



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GISSELE RALINE DA CUNHA FERNANDES MOURA

INDIVÍDUOS DADOS A ARRUAÇAS
CAPOEIRAS, VALIENTES E CONTRAORDEM EM ITABUNA (1950)

**Salvador
2012**

GISSELE RALINE DA CUNHA FERNANDES MOURA

INDIVÍDUOS DADOS A ARRUAÇAS
CAPOEIRAS, VALIENTES E CONTRAORDEM EM ITABUNA (1950)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora:

Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador
2012

M929

Moura, Gissele Raline da Cunha Fernandes

Indivíduos dados a arruaças: capoeiras, valientes e contraordem em Itabuna (1950) / Gissele Raline da Cunha Fernandes Moura. – Salvador, 2012.

110 f.: il.

Orientadora: Profª Drª Lina Maria Brandão de Aras

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

História da Bahia. 2. Capoeira Bahia. 3. Violência. 4. Itabuna (BA). I. Aras, Lina Maria Brandão de. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 796.81

GISSELE RALINE DA CUNHA FERNANDES MOURA

INDIVÍDUOS DADOS A ARRUAÇAS
CAPOEIRAS, VALIENTES E CONTRAORDEM EM ITABUNA (1950)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 30 de maio de 2012.

Banca Examinadora

Lina Maria Brandão de Aras – Orientadora _____
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia

Josivaldo Pires de Oliveira _____
Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia
Universidade do Estado da Bahia

Celeste Maria Pacheco de Andrade _____
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Estadual de Feira de Santana

Aos meus pais pelo apoio incondicional.

Ao meu filho amado, Tauã, eixo norteador da minha vida.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial aos meus pais pelo apoio, sempre.

Ao meu amado filho, que é a própria razão da minha existência, o motivo principal da minha resistência.

Aos meus irmãos queridos, sempre atentos e ávidos pelo meu sucesso.

Aos queridos Alaíze Santos, Margarete Santana, Zenilda e Ricardo Santos, pelo carinho, atenção e paciência a mim dispensados. Vocês foram alicerce reforçado nessa minha jornada.

Aos amigos Bruno, Danilo, Tais e Erahsto pelo companheirismo de sempre e por toda a trajetória de luta que não me deixa esquecer o meu lugar no mundo.

À Profa. Ms. Kátia Vinhático Pontes que esteve presente em minha trajetória acadêmica.

À Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras orientadora que tornou possível a conclusão deste trabalho. Aos Professores do PPGH, e aos Professores Josivaldo Pires de Oliveira e Celeste Pacheco pelas contribuições.

À FAPESB pela bolsa que permitiu o desenrolar das minhas atividades na pesquisa.

Aos capoeiristas que fazem desse universo um lugar de solidariedade, de cumplicidade, de luta, e acima de tudo, de vitórias. A contribuição de vocês com suas práticas cotidianas foi salutar no processo de reivindicação por espaços negados a uma parcela da sociedade que não se cansa de lutar por respeito e dignidade. Minha gratidão por me ensinarem o que significa cair e levantar.

AS MIL MORTES DE ZECA-CAPOEIRA

Zeca conheci na minha infância
Magro, pálido e calado.
Conheci outro Zeca na juventude,
Juntos em Salvador da Bahia,
Descemos a ladeira do Quebra-Bunda,
Beco do Mijo.
Descemos a ladeira da Poeira,
Apanhamos da patrulha no São Miguel.
Era tempo do Rumba *Dancing*, do Bolero,
Do estudante pobre e irresponsável,
Das trepadas primeiras e gozadas infinitas,
Das bebedeiras e dos calotes,
Dos porres e porradas.
Conheci o Zeca na praia do Unhão,
Da academia do mestre Bimba.
Magro, pálido,
Introspectivo, mau caráter e violento.
No Belvedere da Sé
As manhãs eram esperas de noites agitadas.
As noites se acendiam no bar de Basílio.
Andamos pela Baixa dos Sapateiros,
Pelos botecos dos espanhóis,
Tesos e famintos de buscas.
Dormiríamos com Auroras nas camas do Gravatá¹⁴
E gameleira 10.
Andávamos lado a lado e distantes,
Da Faísca à Ladeira da Praça.
Zeca já era marginal
Formado com canudo e experiência.
Magro, pálido,
Introspectivo, mau caráter, violento.
Zeca se suicidou!
Uma bala na barriga e um olhar vazio.
Zeca suicida não morre.
Muitas vidas tinha o Zeca dentro de si para matar ainda.

Dagoberto Brandão Oliveira

RESUMO

A cidade de Itabuna nos anos 1950 atravessava um momento de projeção econômica e um processo de reforma urbana, isto implicava na implantação de políticas que geravam exclusão de grupos oriundos de uma classe social empobrecida. Os valientes e/ou capoeiras faziam parte destes grupos, associados a um contexto de violência e em um processo de disputa de espaços atrelado ao uso da força. A discussão nesta Dissertação perpassa por esses indivíduos envolvidos com a contraordem vigente, que eram em sua maioria trabalhadores das lavouras de cacau, ambulantes, funcionários públicos e outros. Em meio a esse processo histórico questiona-se para quem a cidade de Itabuna era violenta e como e porque essa violência permeava o cotidiano desses indivíduos. Buscou-se no entrelaçar de fontes, passando por jornais, depoimentos e pela literatura um mapeamento desse mundo da capoeiragem, visivelmente inserido na criminalidade, marginalidade e violência, mas que sobreviveu em meio à solidariedade dos seus, num misto de repugnância e força por parte de quem vivia e/ou convivia com suas diferenças e contradições. Constatou-se que os personagens aqui apresentados sofreram com a construção de estereótipos pejorativos em função de classe social e raça.

Palavras-chave: Capoeira. Violência. Itabuna-BA.

ABSTRACT

Itabuna city in 1950 crossed a moment of economic projections and a process of urban reform, it implied in the implantation of politics that it created an elimination of groups from a poor social class. "Valientes" and/or "capoeiras" participated of these groups, associated with a context of violence and in a dispute process of space connected to the use of the force. The discussion in this thesis goes beyond by these individuals involved with an actual against order, that they were, mostly, cocoa farms workers, ambulant, officials and others. Through this historical process asks for whom Itabuna city was a violent city and how and why this violence crossed the daily of these individuals. Sought in the to interlace of sources, passing by newspapers, statements and by literature a mapping of this world of the "capoeiragem", visibly placed on crime, marginality and violence, but that it survived through solidarity of yours, in a mixed of disgust and force of who lived and/or lived together with their differences and contradictions. It was found that the characters suffered with build of pejorative stereotypes in a function of a social class and race.

Keywords: Capoeira. Violence. Itabuna-BA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 MODERNIZAÇÃO E DISCURSO DE VIOLÊNCIA EM ITABUNA	18
1.1 VALENTÕES	25
1.2 CABARÉS	34
1.3 CANDOMBLÉS	42
2 O OLHAR DA LITERATURA SOBRE A CAPOEIRA EM ITABUNA	47
3 COTIDIANO, CIVILIZAÇÃO E ORDEM PÚBLICA	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
FONTES	105
REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca problematizar o processo histórico em que a cidade de Itabuna-BA estava inserida na década de 1950 e a categorização de indivíduos e/ou grupos como violentos e/ou criminosos. Segundo os periódicos da época¹, o processo de remodelação pelo qual a cidade estava passando era incompatível com a ocorrência de violência, ferindo os foros de cidade “civilizada”.

Nas primeiras décadas do século XX Itabuna recebia um grande número de migrantes em busca de melhoria de vida, atraídos por promessa de riqueza que o cultivo do cacau produzia. Segundo Carvalho², em 1940 a cidade já contava com mais de vinte mil habitantes. Nos anos de 1927 e 1935 foram criados planos de urbanização para o melhoramento da infraestrutura da cidade e ao longo dos anos foram implementados. Isso, porém, não sanou os problemas como um todo e as queixas continuaram no decorrer do processo de urbanização. Em 1933 foi criada a Guarda Municipal e o Código de Posturas de Itabuna no intuito de colaborar com os ajustes que pleiteavam a administração da época, ou melhor, disciplinar e fiscalizar o comportamento dos cidadãos para que a ordem e o progresso se estabelecessem. “Em 1935, o prefeito patrocinou a produção de um projeto de reformas urbanas criados pelo escritório Saturnino de Brito, com vistas a implantação do sistema de água e esgoto do município”³, isso dá uma dimensão do quanto a cidade demandava melhorias significativas em sua infraestrutura. As queixas sobre violência e a presença de indivíduos rotulados vadios e prostitutas eram recorrentes e na maioria das vezes associados á questões estruturais, como o problema com a iluminação pública.

As preocupações em torno da violência como um elemento a ser contido numa cidade moderna fez parte das análises de Eronize Souza para Feira de

¹APMJD. *Voz de Itabuna*. Tombos 1950-1951 e 1954-1955. *Diário de Itabuna*. Tombos de 1957 até 1962. *Jornal Oficial do Município de Itabuna*. Tombos das décadas de 1950 e 1960. *Intransigente*. Tombo de 1952

²CARVALHO, Philipe Murillo Santana. *Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948)*. 2009. (Dissertação Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Regional e Local. Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus-BA, 2009.

³*Ibidem*, p.9.

Santana no mesmo período em estudo, e a autora aponta para a necessidade da construção de um “novo homem urbano” que pudesse compreender o novo tempo e que implantasse novos valores de higiene que contribuiriam para a consolidação da modernização e do projeto modernizador.⁴

O objeto da pesquisa são os chamados “valientes”⁵ que aparecem com recorrência nas páginas desses periódicos, em meio a conflitos e crimes, envolvidos com bebedeiras e prostituição, atrelados ao que os redatores chamavam de má conduta social.

Os objetivos do estudo foram assim definidos: discutir as relações entre capoeiras e “valientes” na década de 1950, tendo por perspectiva as representações, características, experiências e práticas destes sujeitos históricos; investigar a natureza da relação entre capoeiras e “valientes” caracterizando suas experiências, práticas e territórios através de uma cartografia desses sujeitos históricos, em meio ao processo de remodelação urbana da cidade de Itabuna, bem como evidenciar o processo de marginalização que os periódicos locais organizaram para depreciar as práticas de capoeiras na cidade, na tentativa de discipliná-los.

A história de Itabuna depara-se com significativa presença de capoeiras, porém, os estudos na região não contemplam as demandas da historicidade deste tema. Além da obra literária de Manoel Coelho Brandão (Maneca Brandão), a outra obra que aborda a Capoeira na cidade é a de Cláudia D’Andrade, obra historiográfica que discutiu as trajetórias de alguns capoeiras, porém não abrangeu as relações estabelecidas entre estes e os lugares que ocuparam na cidade, ou mesmo as relações internas a eles.

A historiografia que abarca o tema nos grandes centros, tal como Salvador e Rio de Janeiro e ainda o Recôncavo Baiano, dá conta das especificidades daqueles locais e constituem-se em importantes referenciais para pensar as diversidades e convergências existentes na prática da capoeira na cidade de Itabuna na década de 1950.

⁴SOUZA, Eronize Lima. *Prosas da valentia: violência e modernidade da Princesa do Sertão (1930-1950)*. 2008. (Dissertação Mestrado) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

⁵Valientes - termo utilizado pelos periódicos locais da época ao se reportarem a indivíduos envolvidos com brigas, bebedeiras e confusões.

Necessário se faz ampliar o universo das pesquisas sobre a capoeira, apontando agora para uma cidade no interior da Bahia e abordando esta temática também a partir da voz de um capoeirista, Manoel Coelho Brandão, que em seu livro de memórias contribui para levantar o véu colocado sobre a existência e experiências destes sujeitos históricos.

O processo de modernização reivindicado pelas elites locais era substrato de críticas por parte dos periódicos da cidade. Tais críticas perpassavam pela existência de grupos “inconvenientes”, que por conta de suas atuações nas ruas, as transformavam em algo feio e sujo, totalmente incompatível com a dita “civilização”. Entre estes grupos estavam os “valientes” que eram “por demais espaçosos e barulhentos”, transgredindo aquilo que significava bonito, moderno e civilizado.

Segundo Rinaldo Leite, civilizar está relacionado com:

Ter algumas preocupações sociais, a necessidade de uma ordem (pública e social), ter a vida da cidade normatizada, distinguir-se por gostos e práticas elegantes, realizar melhoramentos na paisagem e possuir bons serviços de infraestrutura [...] seria intervenção na paisagem física e estética da cidade (remodelação urbana), a higienização dos espaços, a introdução de tecnologias modernas, a regulamentação e organização da vida urbana, a moralização dos costumes, a aquisição de hábitos cultos, a prestação de assistência pública⁶

As balizas cronológicas da pesquisa dão conta da década de 1950, se estendendo a 1962, com o advento da primeira academia de capoeira. Era um período no qual as intervenções pela “modernização” da cidade se aceleraram e as reivindicações por uma higienização social se acirraram. Neste contexto, localizam-se um dos indícios sobre a capoeira em Itabuna identificados no *Voz de Itabuna*.

A imprensa contribuiu para a construção da imagem de uma cidade violenta, publicando notícias sobre o tema, ao mesmo tempo em que os articuladores e cronistas discutiam e analisavam as relações entre violência, capoeiragem, modernização e civilização.

Em 1951, o periódico *Voz de Itabuna* anunciou um espetáculo de lutas no clube da cidade onde “foram feitas duas exposições de capoeira, a cargo de quatro

⁶LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se ... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador (1912-1916)*. 1996 (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

jogadores locais, ao som do berimbáu e dos pandeiros”⁷. Por que fora do espetáculo, quando praticada nas ruas, “os jogadores” eram alcunhados de “valientes”? Talvez o uso do termo capoeira passasse a compor, no período, uma noção cultural que buscava discipliná-la, e o uso do termo “valiente” fosse reservado aos locais onde esta prática não era aceitável: as ruas.

Com a inauguração da primeira academia de capoeira em Itabuna, Academia de Cultura Física Major Dórea⁸ em 1962, marcou o início de outro momento da capoeira na cidade, agora tendo locais fechados para sua realização. Isso não significou que tal prática tenha abandonado as ruas, mas que experimentou as tentativas de disciplinarização.

Problematizar as relações estabelecidas pelos capoeiras, entre eles e com os demais segmentos da sociedade, é superar os estereótipos a eles atribuídos e pensar as várias dimensões da vida desses sujeitos. Além de “valientes” e/ou capoeiras, tratavam-se de trabalhadores pobres, arrimos de família, pais, esposos, sujeitos históricos dentro de relações que fugiam à estereotipia dos periódicos locais e de sua opinião pré-fabricada.

A representação atrelada à violência é reproduzida nas páginas escritas por memorialistas locais. Retratavam os aspectos violentos ligados à jagunçada na região, que também é veiculada pelos jornais da época. A exemplo de Maria Delile Miranda Oliveira, memorialista, que em sua obra *Tecendo Lembranças*, contribuiu com essa discussão registrando a ação dos jagunços no período eleitoral afirmando que “quando o chefão necessita de algum ‘serviço’, os ‘capangas’ eram solicitados [...] a tocaia ainda permeava todas as vinganças”.⁹

É possível pensar que um desses “capangas” poderia ser o “valiente” e/ou capoeira. Um exemplo é Elpídio Santos, ou Sururu, exímio capoeirista identificado como capanga da família Barreto¹⁰. Para Ginzburg “ [...] o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”¹¹, sendo assim, Sururu é um dos

⁷ *Voz de Itabuna*, 11 maio 1951.

⁸ BRANDÃO, Manoel Coelho. *O capoeira*. Itabuna: S/E, 1979. p. 207-211.

⁹ OLIVEIRA, Maria Delile Miranda. *Tecendo lembranças*. s.n.t.

¹⁰ D’ANDRADE, Cláudia Viana Ávila. *Capoeira: de luta de negro a exercício de branco*. Itabuna: Via Litterarum, 2006. p. 71

¹¹ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.174.

indícios que possibilita ampliar a investigação histórica acerca das experiências desses sujeitos.

Discutir as práticas dos “valientes” e/ou capoeiras neste contexto contribuiu para identificar práticas e identidades excluídas e depreciadas pelos discursos hegemônicos locais, evidenciando assim sujeitos que foram construtores de um capítulo não contado da história de Itabuna e uma passagem ignorada pela história da capoeira.

Os cabarés, os bares, as praças, aparecem como lugares de frequência assídua desses indivíduos. Suas famas de “arruaceiros” corriam pela cidade e, segundo os jornais, faziam parte de uma gama de inconvenientes e entraves para o *status* da cidade “civilizada” e em processo de reurbanização.

O povo estava sujeito a pressões para “reformatar” sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a tradição oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores para os inferiores – pelo menos era o se supunha.¹²

A análise de depoimentos de moradores do Bairro da Conceição também foi relevante no sentido de identificar a dinâmica social da época através da relação entre as experiências desses moradores, reveladas através de suas memórias e das queixas nos jornais. O cruzamento dessas fontes enriqueceu as problematizações em torno dos discursos sobre violência envolvendo os grupos veiculados pelos jornais.

A violência tem várias faces. Cada face é evidenciada de acordo com a conveniência. A questão é exercitar um pouco de alteridade para com esses grupos sociais e oportunizar um olhar mais crítico acerca do que os envolve e com isso problematizar as relações no ensejo de colaborar com uma História menos tendenciosa.

A busca inicial por capoeiras foi a responsável pelo encontro com os “valientes”. O trato das fontes foi aos poucos revelando o novo elemento que se tornou salutar no desenvolvimento deste trabalho.

A relação entre os “valientes” e os capoeiras foi se configurando na medida em que percebeu-se que ambos possuíam normas de conduta próximas, compartilhavam dos mesmos lugares e costumes. Esse processo foi se delineando

¹²THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.13.

até o momento em que houve a possibilidade de assegurar que ambos partilhavam do mesmo corpo.

A história da capoeira, que remonta ao período colonial, ganhou expressão historiográfica a partir de obras que discutem as experiências de capoeiras como uma prática urbana por conta do seu desenvolvimento mais aparente nas ruas das cidades. A historiografia também constata que os capoeiras valentões eram, em sua maioria, trabalhadores, pessoas comuns, que cumpriam as suas demandas cotidianas.

Outro aspecto comum era o envolvimento com a polícia, política e capangagem, tanto no enfrentamento quanto na cumplicidade. Esses traços em comum da capoeiragem foram verificados nos diferentes lugares onde a temática foi pauta das discussões: Salvador, Rio de Janeiro, Recôncavo Baiano, Belém e Recife.¹³

Buscou-se, também, a literatura que contribuiu de maneira expressiva no desenvolvimento deste trabalho:

[...] inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social [...] a literatura é, enfim, *testemunho histórico*.¹⁴

Trazê-la como testemunho histórico, essa é proposta para vislumbrar a violência através da ação dos jagunços, ou capangas, muito recorrente nos personagens de Jorge Amado, quando se refere ao ciclo do cacau.

Os bares e bordéis também fazem parte do roteiro desse escritor, onde fica mais nítida a presença de homens e mulheres oriundos de classes sociais mais baixas, e torna-se possível perceber as relações internas à classe e com sujeitos pertencentes a outras classes sociais. Sandra Jatahy Pesavento, afirma que “é a

¹³REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Itapuã, 1968. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: capoeiras na corte do Rio de Janeiro (1850-1890)*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. PIRES, Antônio L. C. S. *Bimba, Pastinha e Besouro Mangangá: três personagens da capoeira baiana*. NEAB/Grafset, 2002. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850.)*. Unicamp, 2004. OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes: os capoeiras na cidade da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2005. DIAS, Adriana Albert, *Mandinga, manha e malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925)*. Salvador. Edufba, 2006. OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

¹⁴CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. (Org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7.

História que formula as perguntas e coloca as questões, enquanto que a Literatura opera como fonte¹⁵, sendo assim, torna-se um recurso importante para os historiadores na medida em que pode auxiliar na repostas de questões propostas.

No decorrer do texto é possível observar de que forma acontecia esse processo de marginalização. No tocante à capoeira, também em Itabuna esta foi perseguida e contestada. Foi necessário desvendar os mistérios através das entrelinhas dos jornais em uma associação com outras fontes para encontrar o contexto no qual a capoeira estava inserida em Itabuna da década de 1950.

Com a publicação do Código Penal de 1940, as práticas da população negra até então proibidas, passaram a não ter o caráter de infração, dentre elas estava a capoeira, que era crime desde o decreto de 1890.¹⁶ Mesmo com o processo de descriminalização, a prática da capoeira não poderia conotar qualquer expressão de luta ou enfrentamento, sendo essa vertente considerada violenta e subversiva¹⁷, demonstrando que a vontade do Estado Novo (1937 – 1945) não era democratizar, mas adaptar as formas de controle e atender as demandas vigentes.

No discurso de modernização e apelo ao progresso pelo qual Itabuna estava passando, inserido em um contexto mais amplo é que se observa a violência e a criminalidade desse período como produto de uma gama de acontecimentos que perpassava pelo projeto de remodelação da cidade, pelo cumprimento do código de posturas, pela política nacionalista e excludente de Getúlio Vargas, onde capoeiras e/ou valentões, quanto a outros grupos sociais encontraram-se em igual desacordo com as propostas de embelezamento e higienização vigentes e traçaram estratégias de sobrevivência nessa sociedade.

Foi neste contexto que se buscou a cidade dos capoeiras – seus territórios e seus trajetos. O trabalho apresenta alguns aspectos que caracterizaram o ímpeto violento pelo qual a cidade de Itabuna estava passando, registrado nos jornais da época. A discussão perpassa por indivíduos envolvidos com atitudes consideradas violentas e inadequadas para uma harmonia do convívio social.

No primeiro capítulo propõe-se uma discussão sobre as variadas formas de contraordem denunciada, principalmente, pelo jornal *Voz de Itabuna*. As pessoas

¹⁵PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 80.

¹⁶SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

¹⁷D'ANDRADE, *op. cit.*, nota 9.

que compunham esse emaranhado de relações estavam envolvidas com o candomblé, com os crimes de mando - capangagem ou jagunçada -, com a mendicância ou “vadiagem”. Essa onda de violência também tinha sua base plantada na precária infraestrutura da cidade, esse argumento também é debatido neste capítulo buscando uma articulação entre o uso dos espaços da cidade e a prática desses indivíduos.

No segundo capítulo, a proposta é estabelecer relação entre os “valientes” e os capoeiras da cidade a partir de autores que discutem os capoeiras em seus vários aspectos e da literatura local que discorre sobre a experiência de um capoeira de Itabuna; correlacionados com as fontes disponíveis no momento, é possível vislumbrar uma proximidade entre as duas categorias, onde em algumas vezes, formaram uma só representação.

No terceiro, analisam-se os discursos em torno da marginalização e como esta se processa na sociedade, através do parecer de autoridades jurídicas. O reconhecimento de que o Estado contribuiu para a esse processo de marginalização ainda não é o suficiente para minimizar os danos causados a esses grupos, sejam eles morais e/ou materiais.

A partir disso, pensar a violência em Itabuna requer uma leitura cuidadosa das fontes. Perguntando quem de fato estava por trás de tantos assassinatos? E quanto aos vadios e vagabundos, eles também não eram parte de um processo de progresso que marginalizava e excluía? E os jagunços, esses não faziam parte da leva de trabalhadores diretamente ligados aos coronéis? Pensar a violência requer antes de tudo atenção aos fatores que a circundam, desde questões coletivas a interesses particulares.

Dessa forma espera-se que o percurso realizado através da bibliografia pertinente e das fontes trabalhadas seja um início de uma caminhada por esse emaranhado de complexas relações reveladoras de uma história cheia de vida e de morte e, acima de tudo, cheia de experiências que falam não apenas da cidade de Itabuna, mas também de uma trajetória de construção de vidas que vigoram até os nossos dias.

1 MODERNIZAÇÃO E DISCURSO DE VIOLÊNCIA EM ITABUNA

Em meados do século XX, Itabuna era uma pequena cidade de interior, cortada pelo rio Cachoeira, fonte de inspiração para muitos artistas locais e também fonte de renda para as lavadeiras¹⁸ da cidade, de onde tiravam o sustento de suas famílias. Em outros momentos também fonte de lazer dos moradores que se banhavam em suas águas.

A década de 1950, no entanto, foi um período marcado por uma significativa reformulação urbana com a realização de obras que mudaram o centro da cidade. A Av. J.J. Seabra recebeu um traço retilíneo e, no final da década, passou a se chamar Avenida Cinquentenário, em comemoração aos 50 anos de emancipação da cidade que ocorreu em 28 de julho de 1910¹⁹. No decorrer desse período, a feira livre, localizada no centro da cidade, esteve gradativamente mudando de lugar; ainda no centro, construções de prédios comerciais novos, como o prédio do Banco Econômico S/A, mudaram as feições do local e a zona do meretrício recebeu atenção do poder público, afastando-a para a periferia da cidade e longe da modernização em curso.

As mudanças transformaram o centro comercial da cidade o que implicou diretamente nos hábitos de grupos sociais que se viram obrigados a saírem dos lugares que comumente habitavam ou estabeleciam as mais diversas relações sociais para cedê-los a interesses que nem sempre eram seus, desencadeando conflitos.

Itabuna respondia pelo encargo de ser na época e em relação às cidades vizinhas, uma das maiores, até porque algumas das cidades hoje circunvizinhas eram, naqueles anos, seus distritos. Segundo o *Voz de Itabuna*, periódico local, ela era a terceira cidade mais populosa da Bahia, estando atrás apenas de Salvador e Feira de Santana e contava com 26.312 habitantes.²⁰

Os limites políticos e administrativos de Itabuna eram definidos pelo Código

¹⁸ Este grupo social foi alvo de estudo CARVALHO, op. cit., nota 2.

¹⁹ Monografia do IBGE, 2ª edição atualizada (1950), p. 2.

²⁰ APDMIJD. *Voz de Itabuna*, 06 abr 1950.

de Posturas Municipal publicado desde 1933 e ainda vigente na década de 1950. De acordo com as informações contidas no documento, Itabuna possuía seu traçado definido no Capítulo II do referido código da seguinte forma:

Art. 3 – O território do Município de Itabuna, para os efeitos da administração municipal, divide-se em três zonas: urbana, suburbana e rural.

Art. 4 – A zona urbana compreende todas as ruas da cidade, bairros e povoações adjacentes num raio de dois quilômetros do ponto central da cidade.

Art. 5 – A zona urbana divide-se em: perímetro central e perímetro adjacente.

Art. 6 – O perímetro central abrange todas as ruas, travessas e praças da cidade, calçadas ou não.

Art. 7 – O perímetro adjacente é formado pelos bairros da Jaqueira, Pontalzinho, Misericórdia e Conceição

Art. 8 - A zona suburbana começa a dois quilômetros da cidade e estende-se em torno do perímetro urbano numa faixa de três quilômetros.²¹

O Código de Posturas Municipal objetivava regulamentar, dentre outros assuntos, os hábitos dos cidadãos, por exemplo, “Art. 332 – É terminantemente proibido tomar banho, das 6 às 18 horas, [...] no trecho do rio que margeia a cidade”²². Antônio Joaquim Santana, em entrevista concedida ao CEDOC/UESC (Centro de Documentação de Memória Regional/Universidade Estadual de Santa Cruz) narra o quanto era corriqueiro banhar-se no rio durante a hora do almoço, pois, “o pessoal tomava muita batida muita ‘temperada’. O pessoal na hora do almoço tomava um lá, tomava no lado de cá, tomava até banho no rio e depois ia almoçar e voltava para o trabalho”²³.

As elites itabuneses se preocupavam com a aplicação do Código de Posturas, bem como desejava fazer valer o Código Penal. Tais preocupações buscavam racionalizar os conflitos e resolvê-los através de ações policiais, por serem mais imediatas e passíveis de manipulação, através das relações de mando e, depois, as ações judiciais para controle dos casos mais complexos.

O Código atingiu os trabalhadores ambulantes que levavam diariamente para as ruas da cidade os artigos e produtos para a venda. No “Art. 350 Fica terminantemente proibido a ocupação dos passeios das ruas e das praças por

²¹Código de Posturas Municipais de Itabuna. Estado da Bahia. Ato n.184 de 9 de junho de 1933. p. 6.

²²*Ibidem*. p. 55.

²³CEDOC/UESC. Depoimento oral de Antônio Joaquim Santana, realizado em 1995.

engraxates, vendedores de frutas, legumes, [...]”²⁴. O hábito de realizar compras nas portas e em pequenos tabuleiros espalhados pelas calçadas datavam de tempos pretéritos e os cidadãos deveriam excluir tal comportamento para alcançarem um modelo de cidade moderna, onde não cabia, dentre outras práticas, proferirem palavrões e gestos obscenos como proibido no Código de Posturas.

No momento em que o Código de Posturas Municipal foi criado, a cidade passava por um processo de migração acentuada em função da lavoura cacaujeira. O cultivo do cacau ainda estimulava a circulação de trabalhadores em busca dos “frutos de ouro” e da possibilidade de encontrar um local de trabalho e moradia. O número de habitantes cresceu muito e exigiu do poder público medidas que organizassem a vida cidadina, diante desta preocupação foram criados, a Guarda Municipal e o Código de Posturas²⁵. Enfim, era um texto minucioso, que arvorava resolver cada pormenor, o que provavelmente foi um problema atender tal demanda.

É possível que a intenção fosse sanar as demandas que surgissem, mas organizar uma cidade que cresceu rapidamente era realmente uma tarefa difícil e propensa a gerar conflitos. Itabuna tinha como principal base econômica a produção e comercialização do cacau. A monocultura bastante rentável aglomerava nas mãos de uns poucos a renda maciça que dela provinha. As diferenças sociais eram “gritantes” em contrapartida aos almejos por uma cidade civilizada com base nesse acúmulo de capital, que eram veiculados pelos jornais locais.

É comum encontrar nos jornais referência à necessidade de melhoramentos na infraestrutura para atender às demandas da população itabunense. Dentre essas demandas contam o abastecimento de água, a expansão da rede elétrica, o esgotamento sanitário, elementos importantes para uma cidade que se queria modernizada.

Os problemas com a segurança eram de diversas ordens, que iam desde os atropelamentos a assassinatos. Atropelamentos apareciam com muita frequência nos artigos dos jornais, apesar do rigor estabelecido no Código de Posturas²⁶ que também regulamentava o uso dos veículos na zona urbana, eram recorrentes os acidentes envolvendo veículos automotores, sendo alguns deles fatais.

²⁴Código de Postura. p. 57.

²⁵CARVALHO, *op. cit.*, nota 2.

²⁶Código de Posturas. p 43-51.

Segundo o *Voz de Itabuna*, na década de 1950 a violência era algo muito presente no cotidiano da cidade, sendo alvo de indignação e denúncia expressada nos artigos desse jornal e, por vezes, associada aos problemas de ordem estrutural, “[...] a partir das 18 horas as ruas dos subúrbios transformam-se em zonas perigosas, onde só os bêbados e os meliantes têm passagem franca”²⁷.

Os subúrbios como zonas perigosas a partir das dezoito horas, constituía-se em espaço apenas para os “meliantes”²⁸. Essa designação chama atenção, posto que, é um dos termos da linguagem policial recorrente na documentação produzida por essas instituições, onde é atribuído às pessoas de má conduta, que estavam em desacordo com a ordem estabelecida, principalmente àqueles oriundos das camadas sociais de baixa renda, denominados também como malandros e vagabundos.

Ainda de acordo com a matéria, a iluminação precária estimulava a ação desses indivíduos por lhe garantir o ambiente propício à delinquência.

A cidade, há muitos dias, está praticamente às escuras. Saindo-se do centro, onde nunca falta iluminação, entra-se no restante da zona urbana onde o silêncio e a treva fazem denotar ameaças de bombardeiro. O ‘black-out’, nestas zonas, é imposto todas as noites, em detrimento do ritmo normal de vida²⁹

As “ameaças de bombardeiros” são uma alusão ao período da Segunda Guerra (1939 -1945), que dez anos depois ainda era lembrada, deixando registrado nestas linhas de jornal o lugar de destaque que ocupou no imaginário da população da região, quando a cidade de Ilhéus, situada no litoral, vizinha à Itabuna, teve sua participação na guerra através de soldados convocados para lutarem no campo de batalha. Esse conflito forçou Ilhéus, neste período, a adotar medidas de segurança, entre elas estava o apagar das luzes, em um esforço para se proteger de um possível ataque por mar, como informa Tarsia Thizarth Maciel Cordeiro e Andrade:

Na cidade de Ilhéus, núcleo populacional situado na orla Atlântica, foi instalado serviços de escurecimento, após devidos acordos entre as autoridades locais. O chamado ‘black out’ inicialmente parcial e em seguida total da costa foi uma medida preventiva de guerra que trouxe contratempes e afetou o cotidiano da comunidade local.³⁰

²⁷ APDMIJD. *Voz de Itabuna*, 25 maio 1951.

²⁸ Etimologicamente encontramos a seguinte origem: cast. *maleante* (1609) 'burlador', de *malear*, este der. de *malo* 'mau'; ver *mal(e)-*; f.hist. 1858 *miliante*, 1877 *meliante*. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=meliante&stipe=k>.

²⁹ APDMIJD. *Voz de Itabuna* 07 out. 1950.

³⁰ ANDRADE, Tharsia Thizarth Maciel Cordeiro e Andrade. *Repercussões da Segunda Guerra Mundial em Ilhéus (1939-1945)*. Ilhéus: UESC, 2006 (Monografia de conclusão de curso). p. 32.

O *Voz de Itabuna* no decorrer dos anos de 1950 era de propriedade de um grupo de oposição em relação aos partidos que estiveram no comando da máquina administrativa. Logo, é possível perceber a crítica acirrada à administração local, baseadas no beneficiamento de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras. Centro e subúrbio eram pautas cotidianas das páginas desses periódicos e, segundo as notícias, havia um privilégio na realização das obras em relação ao centro. Tal discurso modernizador havia chegado à Itabuna ou pelo menos nas páginas de seus jornais, visto que a vontade de modernização pela qual a cidade estava passando naquele momento respaldava as reivindicações encontradas naquelas páginas.

Refiro-me à vontade de modernização, porque apesar dos incansáveis debates nos periódicos e as transformações que Itabuna sofreu no decorrer dos anos de 1950, a cidade ainda possuía características acentuadas de uma pequena cidade. Muitas de suas ruas não tinham calçamento, possuíam um traçado estreito e tortuoso, graves problemas no abastecimento de água e de luz. Até as sucessivas tentativas de um pleno funcionamento de cinemas não obteve sucesso. Ainda era necessário algo mais para que Itabuna se tornasse aquela cidade reclamada pela redação dos jornais. O que evidencia uma distância entre o discurso publicado nos jornais e o cotidiano dos itabunenses expostos às mazelas de uma cidade insalubre.

Fica mais fácil compreender o teor e o tom das matérias do jornal quando se leva em consideração que o *Voz de Itabuna*, além de pertencer à oposição, como já referido, tinha como proprietário Aziz Maron, deputado federal pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTB), que cedia espaço privilegiado em seu jornal para as campanhas eleitorais de Getúlio Vargas, cujo governo havia se empenhado no processo de industrialização do Brasil, que fazia parte de um projeto maior, o de contemplação do discurso modernizador iniciado nos primeiros anos do século XX.³¹

Para alcançar a modernização almejada era necessário cumprir alguns requisitos, assim, além do processo de industrialização, as cidades precisavam ter aspecto de modernas, e para isso o modelo inspirador dessas feições era o modelo europeu e, mesmo, norte-americano, diante do olhar que os governantes dirigiam para os grandes centros urbanos mundiais.

³¹FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Em Itabuna, o deputado federal Aziz Maron, do PTB, veiculava em seu jornal, o discurso de ‘cidade civilizada’³² e fez chegar ao conhecimento da população itabunense uma nota de reconhecimento de sua importância nesse processo de desenvolvimento, progresso pelo qual o país estava passando. Getúlio Vargas em passagem por Ilhéus e não em Itabuna, apesar da importância da cidade na região, justificou sua ausência por inviabilidade de tempo e compensou a sua ausência, escrevendo as seguintes linhas:

Povo de Itabuna!

Nesta jornada que empreendo pelo território brasileiro, era meu desejo, ao visitar Ilhéus, ir até Itabuna, Para entrar em contato com sua laboriosa população. Os encargos desta campanha política a exiguidade de tempo, não me permitiram satisfazer esse desejo e atender às solicitações que dessa próspera cidade me viera. Todavia, por intermédio desta mensagem, quero significar aos trabalhadores e ao povo de Itabuna, a minha saudação amiga. Vai aqui, também, a minha palavra de confiança na vitória dos nossos ideais, se comigo estiverdes, como espero, nesta cruzada em que levanto a bandeira do trabalhismo, que há de redimir a nossa querida Pátria e fazer a felicidade do seu povo.

Salvador, 31 de agosto de 1950.³³

A pequena nota que se refere “aos trabalhadores e ao povo de Itabuna”, é uma amostra de mais uma das propostas implantadas pela política nacionalista, trabalhista e populista de Vargas. O apelo ao trabalho era um dos seus lemas de peso e em Itabuna ela era sentida de forma mais ou menos igual aos centros urbanos de maior porte, inclusive no que diz respeito à representação que o trabalho e o trabalhador adquiriam naquele contexto.

O trabalhador desempregado era considerado e tratado como vagabundo ou vadio. Essas denominações, de acordo com parâmetros policiais, os colocavam no mesmo patamar dos contraventores. Não havia nenhuma preocupação com os motivos do desemprego que geravam a marginalização desses indivíduos.

É possível que esse “lapso” tenha sido cometido, pela crença desses redatores em que era simples opção destes “vadios” não trabalharem. Possivelmente também acreditavam que havia um mercado de trabalho que atendesse a tantos quantos quisessem, e que estar à margem da sociedade, no que se refere ao atendimento das necessidades básicas, como saúde, alimentação e

³²APMIJD. *Voz de Itabuna*, 27 abr. 1954.

³³APMIJD. *Voz de Itabuna*, 02 set. 1950.

educação, não lhes causariam quaisquer constrangimentos, ou seja, em uma Itabuna “próspera e civilizada”, não trabalhava quem não queria.

Em torno dessa questão, o problema da mendicância tomou tal proporção que foi criada a Casa do Mendigo, inaugurada em 19 de março de 1954³⁴. Esta instituição tinha como finalidade afastar das ruas esse inconveniente social, o que foi demonstrado pelo jornal com frequência, salientando o desconforto e constrangimento pelos quais as mulheres de família passavam ao se depararem com esses indivíduos, que, em determinadas circunstâncias, chegavam a denotar perigo para estas “pessoas de bem”.

A presença desses “desocupados” rendeu uma súplica aos motoristas no sentido de não favorecer a vinda de mais mendigos para a cidade:

Um apelo aos motoristas: Itabuna está se enchendo, dia a dia, de doentes, mendigos, loucos, idiotas, ladrões, golpistas, etc,[...] Itabuna não é manicômio ou reformatório. Basta de malandros e elementos perniciosos.³⁵

O *Intransigente* era um periódico aliado à administração da cidade, mas, nem por isso fugiu ao discurso higienista e mantenedor da ordem, o que estava para além das divergências partidárias, ficando evidente que a política vigente não tolerava o desalinho à concepção de país industrializado, civilizado e em progresso pelo qual o Brasil e Itabuna, segundo os periódicos locais, estavam inseridos.

Fazer parte de uma oposição à administração vigente e deter a posse de um meio de comunicação em massa, como fazia o jornal semanal *Voz de Itabuna*, permitia uma tentativa de manipulação da opinião pública e, com isso, atender seus interesses políticos partidários. No entanto, deve-se considerar que apesar de se configurar como um instrumento de manipulação, o jornal não deixa de ser uma das maneiras que contribuiu para perceber as práticas cotidianas dos indivíduos de uma época e o contexto no qual foram inseridos, seja por conveniência de quem escreve, seja por mera descrição de fatos. Em ambos os casos requerem do leitor cautela nas inúmeras interpretações que se podem inferir.

Assim, outros personagens faziam parte das notícias: eram os valentões,

³⁴Sobre mendigos ver dissertação de SOUSA, Erahsto Felício. *Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)*. 2010 (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2010.

³⁵APMIJD. *O Intransigente*, 16 jan. 1952.

capoeiras, arruaceiros, beberrões e afins. Sujeitos recorrentes nas páginas dos jornais de Itabuna nos anos 1950, estes indivíduos foram alvo privilegiado das tintas que imprimiram naquelas páginas a versão estereotipada e maculada daqueles que viviam à margem do modelo de conduta, adotado pelas mãos de quem os julgavam.

Os valentões, adjetivo também referente aos “valientes”, deixaram seu registro na história de Itabuna, fizeram parte de uma dinâmica social ocupando um lugar de destaque. A relevância da sua existência está na possibilidade de problematizar acerca de um comportamento que propunha uma contraordem em meio às relações sociais compartilhadas nos anos de 1950, relações essas, permeadas de conflitos e defesas de territórios.

1.1 VALENTÕES

Em vinte e sete de abril de um mil e novecentos e cinquenta e quatro o *Voz de Itabuna* noticiava:

Pelas reclamações que temos recebido ultimamente, as imediações da estação da estrada de ferro, tem sido palco de algum tempo para cá, de fatos abomináveis não poucas vezes, tem havido sangue em algumas das contendidas ali verificadas, que não tem a punição devida dos policiadores. De ordinário após armarem barulho e sobressaltarem as famílias, os ‘valientes’ deixam o local sem maiores preocupações, pois as contendidas que travam se realizam sem precalços, uma vez que raramente aparecem policiais para repararem os acontecimentos³⁶.

Sobre a imagem desses indivíduos, era comumente associada a beberrões e brigões, assim caracterizados nessa mesma matéria do *Voz de Itabuna*: “elementos irresponsáveis, que, além de beberem a mangas largas, armam brigas e pronunciam imoralidades da pior espécie, em vozes altas, que podem ser ouvidas pelas famílias daquela zona”.³⁷ Logo seus comportamentos eram incompatíveis e inapropriados para o convívio com as famílias residentes na Praça da Estação, que ao contrário destes, se representavam como vivendo de acordo com a moral e os bons costumes.

³⁶APMIJD. *Voz de Itabuna*, 27 abr. 1954.

³⁷*Idem*.

Os “valientes” viviam na disputa de espaço ou de “seus” territórios, e ao que parece gostavam, ou pelo menos não se incomodavam, em serem reconhecidos como arruaceiros, brigões, valentões, donos das ruas. As ruas eram o local de encontro com eles. É no espaço público, que se dá o desfecho de suas atuações ante uma sociedade dividida entre as riquezas do cacau e os infortúnios dos trabalhadores e\ou desempregados.

Enquanto isso outros trabalhadores se envolviam em circunstâncias embaraçosas. No início dos anos de 1950, em Itabuna encontrava-se um alerta sobre o comércio de armas, que estava acontecendo sob os auspícios da polícia, os “elementos de farda”:

Está merecendo a atenção do Sr. Chefe de polícia as negociatas de armas de fogo nesta cidade, o que vem tomando proporções alarmantes. Vendem-se revólveres, punhais e ‘peixeiras’ às escancaradas, parecendo que aqui se ai transformar num pavoroso ‘far-west’. Raros são os que andam desarmados nesta cidade Consta até que elementos de farda são grandes negociantes de armas. E com tanta arma perigosa, todo mundo armado, não é e admirar que matem em praça pública.³⁸

Nesta nota o uso da força e violência através de armas alcançava, inclusive, “os homens da lei”. Eram os policiais que possivelmente negociavam as armas, o que os engloba no rol dos meliantes, aqueles encarregados de combatê-los. Fica demonstrado que é difícil estabelecer, numa sociedade estratificada, quem são as pessoas do “bem” e quem não são, a julgar pelas roupas que usam, ou fardas... Neste caso, chamar a polícia não ajudaria muito.

Marcos Luiz Bretas, em seu livro *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)* discute o cotidiano dos policiais na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX e identificou naquele contexto, que os recrutados para compor o quadro do efetivo policial, principalmente os servidores destacados para a patrulha nas ruas, eram, em sua maioria, pertencentes a uma classe social de baixa renda e possuíam escolaridade mínima ou nenhuma.

Os recrutamentos eram realizados de forma voluntária, porém os que não se inscrevessem para o destacamento da polícia tinham grandes chances de servirem ao Exército de forma compulsória, onde as condições de trabalho e os baixos salários eram uma realidade ainda pior que a da polícia. Logo, o que, às vezes,

³⁸APMIJD. *Voz de Itabuna*, 25 mar. 1950.

parecia um ato voluntário transformava-se em uma das poucas alternativas para sua sobrevivência, até porque, ser policial significava garantir a sobrevivência de famílias inteiras, mesmo que em condições precárias³⁹. Em Itabuna na década de 1950, a situação dos policiais era muito próxima do quadro descrito por Bretas e isso talvez explique a possível participação de policiais na venda de armas.

Há uma tendência que os “valientes” fizessem, em sua maioria, o uso de “armas brancas”, como eram denominados os punhais, facas, facões, e armamentos do gênero. O uso da arma de fogo demandava os recursos financeiros para sua aquisição, bem como o uso das mãos e do enfrentamento com as “armas brancas” demonstrava habilidade e coragem nos enfrentamentos físicos.

Na demanda de serem reconhecidos, os “valientes” fizeram das ruas o palco principal de sua atuação. Segundo Pierre Mayol, esse comportamento, “cujo sistema se torna visível no espaço da rua”, aliado aos “benefícios simbólicos que se espera obter” se transforma em um mecanismo de “particularização do espaço público”.⁴⁰ Os espaços públicos eram, assim, um ambiente propício para sua demonstração de poder e, portanto, transformados em espaços privados. Eram reconhecidos como os “valentões donos da rua”, ao ponto de determinar “quem poderia ou não frequentar certas zonas”, como afirma Josivaldo Pires Oliveira⁴¹.

Um dos motivos que corroboravam para este delinear de violência era a precária infraestrutura. Esta facilitava os desatinos ocorridos na cidade, entre eles, assaltos e agressões de várias naturezas, principalmente nos subúrbios, que “... a partir das 18 horas as ruas dos subúrbios transformam-se em zonas perigosas, onde só os bêbados e os meliantes têm passagem franca”⁴² como já foi dito.

Deve-se questionar, porém, para quem essas zonas eram perigosas, de que forma esse perigo se apresentava, e por quê? Ainda para Mayol, “o bairro constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido”⁴³. Desta forma, classificar de violento um indivíduo ou uma situação perpassa, antes de tudo, pelo lugar social de onde se

³⁹BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

⁴⁰MAYOL, Pierre. Anais do cotidiano. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1966, p. 38-40.

⁴¹OLIVEIRA, *op. cit.*, nota 12, p.53.

⁴²APMIJD. *Voz de Itabuna* 25 maio 1951.

⁴³MAYOL, *op. cit.*, p. 26.

está falando e no caso, o olhar extramuros possibilitava o estranhamento daquelas práticas correntes naquelas zonas.

Segundo as notícias dos jornais, a impressão era que a cidade, naquele momento, estava prestes a “entrar em guerra”. Nesse clima de insegurança, diversos grupos foram alvos da pecha de violentos, e quando o cenário político era o das eleições, as formas dos preparativos para um momento de singular importância como este, eram descritas, pelos periódicos locais, em tons de preocupação e revolta. Estes sentimentos que permeavam as linhas das notícias sobre o assunto traziam o receio em torno da segurança e denunciava o envolvimento das elites nesse processo:

A situação política de Itabuna já começou agitar-se profundamente. Preparativos de toda espécie estão sendo feitas. Até preparativos bélicos. Consoante certas informações de fontes credenciadas, gente escolhida e braba está descendo do Pernambuco e Alagoas, para engrossar de conhecidíssimos capitães do cangaço local. Essas mesmas fontes afirmam ainda, com segurança, está chegando semanalmente a essa cidade apreciável, carga de repetições, secretamente. Como se vê, a política do crê ou morre, começa a por a cabeça de fora. Veremos, contudo se essa gente podre, carcomida, decaída, tem mesmo a coragem de estabelecer o pânico no seio da família itabunense. Ora, ninguém é pêco. Foi-se o tempo que amarrava cachorro com linguça. A força gera força. Para bandido há cadeias. E, quando faltar cadeias, também poderá haver outra cousa...⁴⁴

Nessa matéria, o foco é dado à violência praticada em Itabuna pelos “capitães do cangaço”. Sendo essa uma alusão aos jagunços ou capangas, trabalhadores dos fazendeiros da região, cuja função principal seria matar aqueles considerados inimigos ou os desafetos de seus patrões. Esses personagens são muito recorrentes na literatura local, Oliveira, contribuiu com essa discussão registrando a ação desses indivíduos, em momentos como o das eleições municipais afirmou que “quando o chefe necessita de algum ‘serviço’, os ‘capangas’ eram solicitados [...] a tocaia ainda permeava todas as vinganças”⁴⁵.

O “serviço era realizado”, geralmente, por meio de “tocaia”. Estar de tocaia significava estar às escondidas, espreitando, vigiando e seguindo o alvo a ser executado. A “tocaia” é uma expressão que denota traição e crueldade. A vítima de uma “tocaia”, na maioria das vezes, não tem chances de defesa, é alvo do

⁴⁴APMIJD. *Voz de Itabuna*. 18 mar. 1950.

⁴⁵OLIVEIRA, *op. cit.*, nota 8, p 36.

inesperado, daquele que não terá compaixão; de um ato frio e sem qualquer remorso.

O jagunço seria um ser sorrateiro, “quase uma sombra” e, às vezes, conseguia certa invisibilidade, era traiçoeiro, certo e temido. Na literatura amadiana sobre a região, a presença desse personagem era algo comum. Ele era representado como o homem de confiança do coronel e de uma fidelidade inquestionável e talvez ingênua que transparecia no cumprimento de seu trabalho. Deveria servir inclusive de agrado ao patrão como forma de recompensa ao favor prestado em tê-los como empregados.

Jorge Amado em sua obra *Cacau* descreve um personagem de nome Colodino, jagunço que ao receber uma ordem para matar outro trabalhador, prefere fugir, pois apesar de não ter coragem de matar o seu igual no que cerne à condição de trabalhador, também não teve coragem de negar, diante do coronel, a ordem que lhe foi dada.⁴⁶ Essa atitude de desistência voluntária representaria o fracasso do jagunço e sua desmoralização perante o Coronel e o grupo social no qual estava inserido, assim, a solução encontrada pelo romancista foi a fuga da personagem, opção mais nobre em relação à execução de um companheiro.

Os jagunços tiveram um papel relevante na cidade de Itabuna nos anos de 1950. Eles podiam atuar durante as eleições, mas sua ação permanecia para além deste evento, fazendo parte do cotidiano da cidade. Os jagunços representavam seu papel de forma impecável e para muitos, assustadora.

Os assassinatos por encomenda fizeram parte do repertório de violência estampada nos jornais da cidade, a bem dizer que essa prática sofria interpretações variadas, principalmente para quem cometia o crime, o executor. Para quem executava a ordem, é possível que diante da sua ação corriqueira, da sua lealdade ao mandante, ou mesmo do mero cumprimento do dever, não sentisse o teor de sua ação como algo inconcebível, afinal aquele era o seu trabalho. Para o mandante, que não tinha o envolvimento direto com crime, era ainda mais fácil sua relação com esse tipo de atitude, o não sujar as mãos além de cômodo, não denotava culpa. O único que, possivelmente não estava tão confortável na situação era o alvo, que tinha sua vida ceifada e que, provavelmente, levava consigo a certeza da impunidade em relação aos responsáveis por sua morte.

⁴⁶AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Martins, 1933.

Em 6 de junho de 1955 foi noticiado o crime que culminou na morte do fazendeiro Nabor e cogitou-se a possibilidade deste acontecimento estar relacionado a outro assassinato, ao do seu pai. Este último era um fazendeiro da cidade e tinha sido encontrado morto, em um local conhecido por Fundão, em Ilhéus. Enquanto isso, Nabor já tinha sido ameaçado de morte:

Segundo apurou a reportagem, Nabor, filho do fazendeiro assassinado e aparecido no Fundão, em Ilhéus, tinha por hábito todas as tardes sentar-se do bar referido (Lafaiete), de cujo proprietário era amigo. Na tarde do crime, por volta das 6 horas, encontra-se sentado, conversando com algum conhecido quando recebeu quatro balaços, que o fizeram tombar impossibilitando-o de reagir ou afastar-se do local.⁴⁷

O que se noticia no jornal tem o peso da interpretação do redator, as características e valores impressos às matérias não estão isentas das impressões que estão imbuídas de quem as escreve. A reportagem explicita algumas conclusões sobre o caso segundo informações que a própria equipe do jornal buscou: “[...] bem provável é que o crime não se tenha certificado isoladamente, sem uma ramificação. Foi o que a reportagem pode observar, ouvindo algumas pessoas das relações de Nabor [...]”.⁴⁸ A narração do crime segue:

[...] segundo essas pessoas, há dias que a vítima vinha sendo avisada de que mais dia menos dia seria morto, inapelavelmente. O rapaz no entanto não dava crédito à ameaças, embora seus amigos discordassem, aconselhando-o que viajasse. A várias pessoa Nabor teria declarado que estava preparado para o que desse ou viesse, mas o que não estava disposto a fazer era sair da cidade, como um covarde.⁴⁹

Segundo essas informações, é perceptível a naturalidade com que esse tipo de crime ocorria, visto que já era do conhecimento de alguns o que estava para acontecer. Era possível que houvesse uma comodidade ou convívio natural com essa relação de poder estabelecida entre as partes envolvidas. De um lado, a vítima consciente do que estava enfrentando, apesar da coragem; e, do outro, o mandante e/ou executor, cientes de que poderiam continuar com os seus planos sem temer qualquer interferência e, assim, o fez a seu modo.

⁴⁷APMIJD. *Voz de Itabuna*, 10 jun. 1955.

⁴⁸*Idem*.

⁴⁹*Idem*.

Ainda nesta matéria outros elementos mostram o caminho desta trajetória sangrenta na qual Itabuna estava inserida, o crime tem indícios de premeditação, a partir do momento que o autor dos disparos:

[...] tinha por hábito em companhia de um grupo soltar bombas na porta do bar, o que faz algumas pessoas presentes ao crime descrerem que os estampidos fossem realmente tiro de revólver. Esta particularidade leva a crer que o crime foi preparado com antecipação, por elementos interessados na morte do filho do fazendeiro assassinado a meses.⁵⁰

A violência neste caso estava banhada por sangue da elite da cidade em defesa de interesses próprios, onde a lei estava do lado do mais forte ou do mais rápido. O fato de ter havido premeditação e as vítimas pertencerem a uma classe social abastada da cidade, não deixa dúvidas que as relações de poder que engendravam essa sociedade tinham leis próprias e que estas não se encontravam sob o jugo das autoridades policiais.

Os fazendeiros tinham formas próprias de resolução das suas pendências e, para isso, não importavam os meios. Neste sentido, essa relação de troca de experiência é demonstrada na conclusão da matéria:

Vale recordar, para demonstrar possibilidade de ramificação do crime, que tempos após a morte do velho fazendeiro, Vavá Leal, envolvido como suspeito do crime foi alvo de um atentado, vindo depois a ser assassinado. Agora Nabor, sobre quem recaiu as suspeitas do assassinato de Vavá, é morto misteriosamente.⁵¹

Diante das circunstâncias, a morte do filho do fazendeiro não foi tão misteriosa. Ele estava envolvido numa trama já em andamento e, de certa forma, já esperava por isso, tanto que já tinha sido avisado, não sendo tomada qualquer iniciativa a fim de evitar seu próprio assassinato. Esse tipo de desdobramento das relações contribui para se pensar que a criminalidade em Itabuna era algo corriqueiro e, por vezes, com uma conotação de acertos de contas onde não cabiam interferências de qualquer natureza.

De alguma forma isso incomodava os que estavam ligados ao *Voz de Itabuna*, talvez por se sentirem ameaçados pelo papel que desempenhavam de

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ *Idem.*

críticos aos que ocupavam o poder naquele momento. Em crônica que publicou, tem suas palavras cheias de indignação e revolta, numa defesa calorosa da cidade:

Itabuna está se tornado tristemente famosa; periodicamente se vê às voltas com mortes violentas, com assassinatos premeditados e estúpidos. [...] É cousa que cumpre a todos evitar. [...] Apele a população para Câmara de Vereadores que elegeu, dirija-se ao Prefeito, encaminhe-se para a Ordem dos Advogados de Itabuna, que deveria ser a primeira a tomar a defesa da cidade que se vê como bob uma pesada nuvem de inquietude. Porque o crime organizado continua a aumentar a população do nosso cemitério. E é voz geral que os crimes são intelectualmente preparados por gente que não diremos ilustres (porque não seria próprio o adjetivo) mas por quem se julga acobertado por dinheiro e por amizades influentes [...] Isto tem sido a mancha maior da cidade. [...] a falta de civilidade e urbanismo nos envergonha[...].⁵²

Até aqui a preocupação expressada pelo jornal está em torno da “civilidade” e “urbanismo” que estavam sendo maculados pela ação desses indivíduos e os foros da civilização não eram compatíveis com este tipo de acontecimento. Porém, o que era mesmo vergonhoso para estes, era a ligação desses crimes a pessoas abastadas da cidade, pois, atos criminosos agora também maculavam a imagem dos abastados, desmascarando-os. A crônica conclui:

Pobre cidade! Na sombra de uma iluminação colonial, a ronda dos capa-pretas. Na calada da noite a eloquência das pistolas! No passo dos pistoleiros a paz dos mandantes! E tudo isso ao compasso do seu progresso material. Que há coragem para matar não há dúvidas. [...] Mas coragem para punir, consciência para acusar, justiça para Se fazer é obra morta. [...] por enquanto se refestelam os mandantes e a vítima é a cidade.⁵³

A preocupação com o progresso da cidade, pelo que estava sendo apresentado, não fazia parte dos interesses desses mandantes dos crimes premeditados. Logo, as reclamações por essa civilidade não faziam coro com uma parcela da elite de Itabuna. Isso explica e referenda que o progresso era mais uma vontade do que realidade, uma vez que dependia dos esforços e ingerência política dessa elite.

Os crimes de mando foi pauta de discussão de uma das seções da Câmara de Vereadores, visto que, o sangue corria solto na cidade e cujo alvo era os nomes da elite itabunense que preenchiam uma lista de futuros mortos. Parte da ata da

⁵²APMIJD. *Voz de Itabuna* 23 jun. 1955.

⁵³*Idem.*

referida seção foi publicada no jornal para trazer a público, de maneira mais abrangente, a onda de violência que assolava a cidade e o título da matéria já era bem sugestiva: “a esteira de crime agita o legislativo”.

Os comentários sobre os crimes iniciaram-se com as palavras do Sr. José Joaquim do Rosário, presidente da Câmara:

para tecer considerações sobre a esteira de crime que vem sendo praticada nessa região, sem que os criminosos recebam a punição merecida. Inicialmente declarou [...] que iria relatar em forma de depoimento, ocorrências que se vêm processando em Itabuna, as quais vem combatendo de há muito como cidadão, como também na qualidade de presidente da Associação Comercial.[...] ontem registrou-se mais um assassinato de um homem que também era apontado como pistoleiro, passando a fazer referências aos crimes cometidos anteriormente. Lembrou os crimes cometidos na pessoa do jovem Edvaldo, assassinado no bairro do Cajueiro, o do cabo Francelino, o de Juvêncio Lima e depois do próprio matador na cadeia desta cidade. Depois foi Vavá Leal e na frente da Casa de Saúde Dr. Alberto Barreto, contra a vida de José Brilhante. Ao que tudo indicava estava sendo travada verdadeira batalha entre os próprios pistoleiros, embora pessoas de bem da sociedade itabunense soubessem estar os nomes anotados nas famigeradas listas negras[...].⁵⁴

O tema foi pauta de outro vereador que, da mesma forma se manifestou naquela sessão:

Raimundo Lima [...] orador seguinte, [...] lançando um olhar retrospectivo sobre Itabuna do passado, onde partidos políticos a par de outros interesses, apelavam via de regra para violências inomináveis, valendo-se do banditismo regional. [...] O Sr. Raimundo Lima não tinha receios de dizer que suspeitava dos srs. Oscar Marinho Falcão e Washington Quintela [...].⁵⁵

Segundo a matéria, estava acontecendo uma guerra entre “pistoleiros” (jagunços). Esses homens armados estavam vinculados a alguma pessoa e recebiam ordens para executar suas vítimas, tal qual Colodino, personagem de Jorge Amado, a diferença é que estes, da vida real, não fugiram ao trabalho como o personagem amadiano. Mas ordem de quem? Raimundo Lima apresentou suas suspeitas e afirmou que estas eram gente ilustre da sociedade itabunense. Essa disputa pelo poder estava respaldada no fato de que a cidade era considerada uma das cidades mais ricas do estado da Bahia em função da lavoura cacaueteira.

⁵⁴APMIJD. *Voz de Itabuna*, 10 jun. 1955.

⁵⁵*Idem*.

Nos jornais é possível acompanhar as solicitações de financiamento para lavoura e os investimentos que esta recebia. Um banco que foi instalado na cidade especificamente para cuidar dos interesses do cacau como foi divulgado: “Itabuna ganha financiamento para lavoura e um banco – Banco do Estado de São Paulo. “[...] já é conhecida a importância do cacau no comércio exterior do Brasil”⁵⁶. A circulação de capital e a ampliação da rede bancária e de investimento eram evidências de que a cidade se expandia e se sustentava em uma produção que rendia lucros para as elites cacaeiras e esse cenário era incompatível com a realidade dos grupos de mando local.

Ficava, então, explícita sua relevância no cenário nacional e internacional e a quantidade de dinheiro que movimentava a cidade em função da monocultura cacaeira. A cidade de Itabuna precisava corresponder ao *status* de cidade civilizada⁵⁷, talvez isso justifique o incomodo causado pela guerra entre os pistoleiros representantes das elites locais. Essa guerra era financiada pelo cacau, ou melhor, os interesses por trás dele e a guerra política transcendia à mera questão de pistoleiros se matarem a mando dos mandões regionais.

As recorrentes reclamações a respeito da violência elencadas até agora têm com o pano de fundo os problemas sociais advindos de uma economia baseada em uma monocultura que ao mesmo tempo divulgava e reclamava a cidade civilizada e que atraía os olhares dos trabalhadores de outras regiões em busca de melhores condições de vida, o que nem sempre acontecia e colocava esses indivíduos à margem daquela sociedade.

1.2 CABARÉS

O cenário de violência de Itabuna se estende um pouco mais e alcança os lugares frequentados pelos valentões da cidade. O Cabaré Confeti era um desses espaços cuja presença era recorrentemente nos jornais que denunciavam os acontecimentos naquele local e divulgavam os nomes dos valentões mais conhecidos da cidade: Granja, Vavá Leal, Marca Passo e José Buraco são apenas alguns dos nomes citados pelos jornais.

⁵⁶APMIJD. *Voz de Itabuna*, 11 fev. 1950.

⁵⁷APMIJD. *Voz de Itabuna*, 27 abr. 1954.

Um dos casos, o *Voz de Itabuna* em tom de satisfação, divulgou com o título “O salário dos valentões”:

Corria célere na cidade, segunda-feira, a notícia de que um guarda noturno havia alvejado mortalmente, no cabaré “confeti”, localizado perto do Graplúna Tênis, indivíduo dado a arruaças de nome GRANJA. Às duas horas da manhã de domingo, quando a ‘animação’ no ‘confeti’ ainda era fato, o conhecido arruaceiro granja, com várias entradas na polícia, resolveu também participar da ‘festa’. Granja, trazia consigo um facão, o que deu motivo ao guarda noturno Felisberto que, procurando evitar dificuldades para os frequentadores do cabaré procurou desarma-lo, solicitando-lhe o facão que seria devolvido quando ele quisesse ir embora ao invés de atender ao pedido do policial, Granja se altera e diz que no cabaré não havia homem para desarma-lo. Felisberto, observando que com boas maneiras não conseguiria desarmar o desordeiro, lança mão do instintivo e atraca-se com granja. Os dois lutaram com arma branca. Felisberto com um punhal e Granja com o facão referido.⁵⁸

O policial Felisberto poderia ter encaminhado a situação de forma mais efetiva, simplesmente rendendo o dito “arruaceiro” munido apenas por um facão. Porém preferiu lutar corporalmente o que pressupõe uma atitude vinculada ao código de honra que o policial trazia consigo e que o impedia de usar sua arma de fogo em detrimento de um facão ou, ainda, ele era tão valentão quanto seu oponente. Portanto, tanto a força policial quanto valentão comungava dos mesmos valores, faziam parte do mesmo código de conduta.

A matéria foi concluída com a consumação da morte do valentão:

[...] tendo a frente o delegado Elias Faskomy, [...] transportou Granja para o Hospital e em seguida arrolou várias testemunhas, sendo procedido o exame de corpo delito pelo médico legista. Às 18 horas da segunda feira, ‘José bispo de Almeida’, este o verdadeiro nome de Granja, que havia sido internado no Hospital Santa Cruz, não resistindo ao efeito do projétil que se alojava no seu corpo, veio a falecer. Este é o salário dos valentões.⁵⁹

O salário deveria ser a morte. Era essa a reivindicação. Para alguns os valentões deveriam morrer e seu salário, a morte, seria o pagamento pelas atitudes consideradas negativas, amorais e violentas. A notícia chegou com alegria às páginas dos jornais e serviu de incentivo à ação da polícia que deveria primar pela ordem e segurança dos cidadãos.

⁵⁸APMIJD. *Voz de Itabuna*. 02 abr. 1954.

⁵⁹*Idem*.

Para Thompson, “[...] costumes poderiam ser descritos como visíveis: estavam codificados de alguma forma, ou podiam ser justificados com exatidão”⁶⁰. A forma dos usos desses espaços “costumeiramente” era um código de conduta, um reclame do direito de usá-los de acordo com suas conveniências já que o “costume constituía uma retórica de legitimação de quase todo o uso, prática ou direito reclamado”.⁶¹ Esses tidos como valentões utilizavam esses espaços corriqueiramente e reivindicavam para si o direito de agir como o de costume. Eles resolviam suas desavenças e chegavam a um acordo segundo suas próprias orientações.

Ainda em relação ao cabaré Confeti, mais sangue escorreu e tingiu as páginas dos jornais:

O referido cabaré, que de certo tempo para cá vem aparecendo na crônica policial, já que quase todas as suas notícias terminam em pancadaria, [...] estava chegando ao término das suas atividades [...] quando dá entrada no recinto das danças o individuo conhecido por José Buraco e diz que ninguém se meta com ele pois que estava ‘danado’.[...] De repente, José Buraco grita que a festa iria se acabar e dispara várias vezes o revolver que trazia consigo. O criminoso, após praticar os crimes acima mencionados, desapareceu, apesar de se encontrarem cabaré sinistro quatro policiais: os guardas noturnos conhecidos por Borracha e Cornélio, o inspetor de polícia apelidado Sururu e o soldado Julinho...⁶²

Os tiros atingiram algumas pessoas que estavam no local, mas o autor dos disparos se retirou sem sofrer qualquer represália em relação à sua atitude, ainda, que no local houvesse policiais. Esse foi o maior motivo de indignação por parte de quem escreveu a matéria, pois era inadmissível, para ele, a omissão tão explícita da polícia.

O inspetor de polícia Elpídio dos Santos, mais conhecido como Sururu, que estava no referido cabaré, também era capanga da família Barreto.⁶³ Sua omissão pode ser explicada com este fato, pois, fazer parte de um mundo em que a ação da polícia estava vinculada mais a conveniência do que com a pura e simples aplicação da lei. Ele, o próprio Sururu, por ter sido um capanga, poderia entender o porquê da ação daquele individuo, já que, como foi dito anteriormente, assassinatos

⁶⁰ THOMPSON, *op. cit.*, nota 11, p. 16.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² APMIJD. *Voz de Itabuna* 06 jun. 1954.

⁶³ D’ANDRADE, *op. cit.*, nota 9, p.71.

aconteciam também para pôr fim a um ‘inconveniente’, segundo o julgo de um coronel qualquer, e aquele poderia ser um desses casos.

Assim, Sururu enquanto partícipe deste mundo compreendia essas ações e decidiu por não interferir. São apenas conjecturas, mas que pode levar a uma problematização sobre o que era pertinente ou não punir, tirando o mérito da violência apenas dos executores dos crimes.

Em lugar muito mais iluminado que essas ruas ocorreu um episódio que chocou a elite itabunense. Desta vez os protagonistas eram rapazes oriundos da própria elite, em um ambiente voltado para o atendimento desta, era o recém-reformado restaurante “A Pergola”:

A Pergola” foi reformada a poucos dias. Estava a serviço de nossa sociedade. No domingo, porém foi quebrada. Houve luta corporal em seu salão onde é atendida a família itabunense. Estavam ai os jovens Heitor Prates de Azevedo e Carlos Mangaba, provocando, segundo informações que temos do proprietário de “A Pergola”, quando outros jovens, Nairson Menezes Aquino e Antonio Modesto Menezes Filho, tiveram que com eles se atracar [...] cabe aos pais orientar os filhos, fazer com que respeitem a sociedade em que vivem.⁶⁴



Figura 1: Bar Pégola após a briga. Imagem retirada do *Diário de Itabuna*, 29 jul. 1959.

Independente da luminosidade do local, o que chama atenção nessa matéria são as reivindicações em relação ao ocorrido, “cabe aos pais orientar os filhos”. Ou

⁶⁴APMIJD. *Diário de Itabuna*, 28 jul. 1959.

seja, cadeia e “outras cousas” eram para os pobres, para os filhos da elite, um diálogo com pais bastavam. Ficava evidente que a diferença de classe social implicava no tipo de reivindicação proposta pelos periódicos locais.

Já o garçom agredido foi exposto nas condições físicas em que o mesmo se encontrava após o atendimento médico. Ele, um subalterno social, não mereceu muitas linhas no jornal que publicou a sua imagem.



Figura 2: Garçom após a briga. Mesma fonte da figura 1.

Voltando a Sururu, D’Andrade discorre sobre a experiência de alguns dos capoeiras de Itabuna. Ela realiza um levantamento dos capoeiristas mais conhecidos, descrevendo um pouco da vida desses personagens. É uma obra pioneira no que diz respeito à produção historiográfica sobre o tema, sendo sua contribuição expressiva para os demais interessados em discutir o assunto.

Entre os capoeiristas apresentados está Elpídio Santos, vulgarmente conhecido por Sururu, já apresentado anteriormente, que “viveu intensamente a capoeira”.⁶⁵ O Coronel Nicodemos Barreto foi um grande fazendeiro, primeiro banqueiro de Itabuna e sócio fundador de entidades culturais e assistenciais, a exemplo da Liga Itabunense de Desportos Atlético⁶⁶. Sururu era seu empregado de “confiança” e sua principal função era promover a segurança deste e de seus familiares.

⁶⁵D’ANDRADE, *op. cit.*, nota 9, p 71.

⁶⁶MENEZES, Moacir Garcia. *Recordações Históricas de Itabuna*. Itabuna: Via Litteratum, 2005, p, 96.

Em outra matéria em 1957 no *Diário de Itabuna*, aparece a seguinte chamada: “Sururu em campo por falta de policiamento”. A dita matéria se referia a um jogo de futebol entre a seleção de Itabuna e a de Ubaitaba, no qual o nível de rivalidade era muito alto e, com a falta de policiamento, a presença de Sururu no campo parecia ser suficientemente respeitada ao ponto de evitar possíveis desavenças entre as torcidas.⁶⁷

Para Josivaldo Pires de Oliveira, em sua obra *No tempo dos Valentos: os capoeiras na cidade da Bahia*, uma das características dos capoeiras, é a valentia. A ostentação de seus atributos – principalmente os físicos (como o caso de Sururu) – acontece por meio da força ou de ameaças, sempre exaltando seu domínio sobre aquela área e/ou situação.

Oliveira citando Manuel Querino, descreve que o capoeira é, “em geral, pernóstico, excessivamente loquaz, [...] typo completo e acabado do capadócio” e continua: um “notório tipo de rua, que inclusive determinava regras para a mesma. Era ele um tipo de ‘dono’ das ruas ou pelo menos dos territórios sociais que se constituíam nessas ruas”.⁶⁸

Em *Negregada Instituição*, de Carlos Eugênio Líbano Soares, os capoeiras também aparecem como típicos valentões, que se envolvem com brigas tanto com a polícia, quanto entre eles mesmos e, nesse último caso, a disputa dos territórios é algo recorrente, e faz parte das relações entre as maltas de capoeiras, composta por grupos que variavam entre 3 a 20 componentes que brigavam entre si por ocupação e defesa de territórios. Em outros momentos, enquanto rivais políticas da época, transição da monarquia para república, as mais famosas apoiavam partidos políticos que defendiam a República e a Monarquia, entre elas estavam “gaiamus ” e “nagoas”. Essa rivalidade era percebida nas ruas, palco de atuação desses capoeiras, ora em grupo, ora individualmente, ora por questões internas às suas relações, ora por questões políticas partidárias. Esses conflitos tinham ressonância nos jornais e no parlamento, ou vice-versa: “Ao mesmo tempo que capoeiras se digladiavam nas ruas, no parlamento e nos jornais aliados e inimigos[...] terçavam duelos”.⁶⁹

⁶⁷APMIJD. *Diário de Itabuna*, 18 nov. 1957.

⁶⁸OLIVEIRA, *op. cit.*, nota 12, (2005), p.36.

⁶⁹SOARES, *op.cit.*, nota 12, (1999), p 59.

De volta à Itabuna, a Praça da Estação retorna ao destaque nas páginas policiais.

A polícia precisa fiscalizar a zona da estação [...] onde se verifica todas as noites, [...] contravenções e outras espécies de abusos por parte de indivíduos irresponsáveis [...] A partir das 9 horas, as imediações do bar que ali funciona, e das diversas barracas instaladas marginalmente à rodovia que vai ter a Ilhéus, se enche desses indivíduos, que se engalfinham em lutas corporais, e até mesmo tendo à mão armas de fogo.⁷⁰

Este grupo “de indivíduos irresponsáveis” que se reuniam na Praça da Estação tinha como legítimo, o uso do local e a forma desse uso. Este caso traz traços peculiares aos dos capoeiras da época, que de ordinário se reuniam para praticar seu “brinquedo” – termo utilizado pelos mestres mais antigos de capoeira ao se referir ao jogo⁷¹ – daí estes indivíduos se encaixam ao estereótipo dos capoeiras, que, por hábito, frequentavam bares, bebiam e “brincavam” à porta de botequins, como cita Waldeloir Rego⁷² em sua obra *Capoeira Angola: Ensaio Sócio-etnográfico*:

Havia capoeira, onde havia uma quitanda ou uma venda de cachaça, com um largo bem em frente, propício ao jogo. Aí, aos domingos, feriados e dias santos, ou após o trabalho se reuniam os capoeiras mais famosos, a tagarelarem, beberem e jogarem capoeira. Contou-me Mestre Bimba, que a cachaça era animação e os capoeiras, em pleno jogo, pediam-na aos dons das vendas, através de toque espacial de berimbau, que eles já conheciam.⁷³

Assim, a Praça da Estação se constituía como um lugar propício para reunião de capoeiristas a jogarem seu jogo, beberem sua cachaça e se distraírem após o expediente de trabalho. A capoeira foi uma prática proibida, que constava no Código

⁷⁰APMIJD. *Voz de Itabuna*, 17 jun. 1954.

⁷¹PASTINHA. Vicente Ferreira. *Capoeira Angola*. Fundação Cultural do Estado da Bahia; Salvador, 1988.

⁷²Waldeloir Rego realizou um trabalho etnográfico é um amplo estudo sobre os costumes dos capoeiras, passando por discussões sobre identidade, e quebrando tabus acerca de uma homogeneização em torno dos hábitos, vestimentas e rituais da capoeira. Ele problematizou as canções que envolveram e ainda envolvem as rodas de capoeiras, sobretudo na Bahia. Discorreu sobre as variadas formas de compreensão da capoeira desde quem a praticava a quem escreveu sobre ela. Teve a oportunidade de conversar com mestres de capoeiras que quebraram paradigmas, que é o caso de Mestre Bimba, Manuel dos Reis Machado, o criador da capoeira regional. Viveu um momento onde esta arte estava sendo transferida do campo criminal para ser um esporte nacional. Assim, é um autor que muito contribuiu e continua contribuindo para os estudos sobre este tema ainda em processo de desvendamento. Segundo Clifford Geertz, a prática da etnografia deverá ir para além da mera descrição e sim empreender um “esforço intelectual”, “um risco elaborado para uma ‘descrição densa’”, ou seja, buscar compreender os significados.⁷² Creio que nesse sentido, Waldeloir Rêgo faz um excelente trabalho etnográfico.

⁷³REGO, *op. cit.*, nota 12, p. 36.

Penal de 1890, pois era tida como uma das práticas mais violentas que assolava o Rio de Janeiro desde a escravidão, segundo Carlos Eugênio Líbano Soares em sua obra *A Capoeira Escrava: e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Ele afirma que aquele que fosse pego exercitando a capoeira era preso e condenado a trezentas chibatadas, ou seja, o mesmo que condenado a morte.⁷⁴ Essas são algumas raízes da capoeira, violenta(da), perseguida e mal vista.

Apesar de não haver referências sobre a capoeira no Código Penal de 1940, deixando de ser crime, continuou a ser marginal. A política nacionalista de Getúlio Vargas retirou do “submundo” da criminalidade práticas oriundas dos negros escravizados, dentro de um discurso populista zelando por um Brasil homogêneo, com símbolos próprios, tentou reunir todos os atributos do país em uma identidade nacional.⁷⁵

Mesmo antes de Vargas, no início do século XX, já se pensava a capoeira como um esporte. No Rio de Janeiro, um professor argentino de educação física que morava no Brasil, sugeriu que a capoeira poderia ser enquadrada na modalidade de esporte já que cuidava do corpo de forma exemplar.⁷⁶ Aquele era o tempo do culto ao corpo, do estímulo à atividade física. Quem se exercitava não adoecia, estava mais disposto e preparado para o trabalho, e no caso da capoeira podemos pensar que, sendo um esporte, estaria sob controle ao invés de ser praticada nas ruas de “qualquer forma”.

Para Thompson:

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa [...] assume a forma de um “sistema” [...] E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua inovação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições dentro do conjunto.⁷⁷

Assim, pensou-se que transformar a capoeira em “símbolo cultural” retiraria dela seu estigma de violenta e nociva à sociedade, porém, talvez não estivessem desconsiderando a complexidade dos significados que aquele tipo de expressão – o

⁷⁴SOARES, *op. cit.*, nota 12, (2004).

⁷⁵FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁷⁶SOARES. *op. cit.*

⁷⁷THOMPSON, *op. cit.*, nota11, p.17.

jogo ou prática da capoeira – trazia consigo, por estar na fronteira entre a luta e o lazer.

Logo, Sururu, que era capanga, capoeirista e inspetor de polícia fazia parte desde complexo mundo e sua atuação variava de acordo com a sua conveniência. Ele é uma demonstração que as relações sociais existentes entre os diversos grupos que compartilhavam o mesmo espaço eram complexas e seus comportamentos estavam na fronteira do certo e\ou errado, a depender do lugar que ocupavam no momento.

1.3 CANDOMBLÉS

Os candomblés também integravam o grupo de elementos que “agrediam” a boa moral e os bons costumes itabunenses. Eles estavam distribuídos pelos subúrbios da cidade sendo motivo, para alguns, de incômodo e insatisfação. As autoridades policiais eram requisitadas no sentido de conter aqueles batuques e pancadarias, além de, por vezes, serem denunciados casos de mortes por conta do curandeirismo dos donos das casas de santo.

Ainda a poucos dias, a imprensa publicou uma notícia a respeito de uma morte praticada por um curandeiro; não poucas vezes têm se registrado casos de intoxicação, e outras consequências advindas do charlatanismo desses “médicos”.⁷⁸

Assim, os candomblés representavam para as autoridades, uma questão de polícia e deveriam ser vigiados, afim de não colocar em risco a integridade física daqueles que, com ele, se envolvessem. O *Voz de Itabuna*, mais uma vez, buscou elucidar os acontecimentos ocorridos sob as sombras da noite, horário oportuno para uma possível tentativa de esconder peripécias:

Está constituído em nosso meio um sério problema, o curandeirismo. Dia a dia essa mística prejudicial se alastra em Itabuna, ocasionando muitas vezes, mortes, num completo desrespeito aos nossos foros de cidade civilizada e especialmente aos médicos, que em muitas ocasiões são preteridos por indivíduos inescrupulosos, que se valem dos chamados “terreiros” e “espíritos” para explorarem os incautos, impingindo-lhes medicamentos absurdos e totalmente incondicionáveis às doenças dos que pretendem curar-se.⁷⁹

⁷⁸APMIJD. *Voz de Itabuna*, 26 jan. 1954.

⁷⁹*Idem*.

Nessas linhas, encontram-se acusações de assassinato e charlatanismo. Porém o redator não se preocupou em saber se os que preferiram o curandeirismo e, segundo ele, arriscaram suas vidas, seriam atendidos na Casa de Saúde de Itabuna e se a mesma teria leito e disposição para atender à demanda daquela população pobre, ou mesmo se a medicina exercitada pelos médicos de Itabuna atendia às demandas daqueles que recorriam ao candomblé para a cura de seus males de corpo e espírito segundo suas crenças. As acusações pelas mortes foram precipitadas, pois, mesmo que ocorridas as denúncias e aberto um processo para averiguação, a vítima foi inocentada por falhas nos procedimentos legais e falta de provas⁸⁰.

Existe a possibilidade, em relação às possíveis mortes, de se tratarem de pessoas portadoras de doenças com um quadro já avançado, sendo sua morte algo inevitável independente da circunstância. Outra questão perpassa pela crença individual, que é algo imensurável e lhe dá o direito de escolher onde prefere ser tratado. Há ainda a possibilidade de não terem procurado atendimento Casa de Saúde em Itabuna por motivos diversos, inclusive o de não conseguirem ser atendidos. Enfim, eram improcedentes as acusações, sem qualquer indício que leve a se pensar na morte de pessoas em função das práticas dos candomblés.

O termo charlatanismo, utilizado pelos redatores, é preconceituoso. Nada houve que comprovasse as denúncias dos jornais. O que mais se aproxima de uma explicação razoável para tanta preocupação é o número de casas de candomblés existente na cidade, e estando estas localizadas nos subúrbios, bairros de população expressiva, principalmente no bairro da Conceição, por ser um dos bairros mais populosos de Itabuna, poderia catalisar um número expressivo de adeptos e, de alguma forma, representaria perigo à ordem vigente. Essa preocupação fica bem expressa nas linhas a seguir dessa mesma matéria:

[...] já é tempo da policia, dos médicos e do povo reagir contra esses impostores; já é tempo de compreendermos que a nossa formação essencialmente religiosa muitas vezes nos cega diante de fatos e realidades absurdos, como no caso dos candomblés aos quais comparecem (não por distração) até mesmo famílias representativa de nossa sociedade.⁸¹

⁸⁰APEB. Processo crime nº 218/85/27.

⁸¹APMIJD. *Voz de Itabuna*, 26 jan. 1954.

Fica evidente o inconformismo do denunciante. O tom é de uma subversão da ordem já que, inclusive pessoas ligadas à elite da cidade estavam ao deleite da religião. A matéria finda pedindo à polícia que tome providências, mas quais seriam essas providências e contra quem? É possível que muitos desses policiais, moradores desses subúrbios tivessem algum tipo de ligação com o candomblé. Caso não fosse um frequentador, poderia ser filho de quem fosse ou mantinha outras relações com a casa.

Era incansável a luta das autoridades contra esses “infratores” da ordem pública, para o *Voz de Itabuna*, as argumentações eram infundas quando o assunto fosse do interesse daquilo que eles entendiam como correto e respeitoso, e com certeza os candomblés não passaram pelos crivos de comportamento adequado aos foros de cidade civilizada. Denúncias minuciosas recheavam aquelas páginas, e, desta vez, anônimos que representavam, para o redator, a voz do povo, clamavam por socorro:

Pessoas residentes no Bairro Conceição, à rua São João, nesta cidade, estiveram nesta redação, ontem, solicitando endereçarmos um apelo as autoridades policiais do município, no sentido de ser proibido o funcionamento de um candomblé pernicioso, ali instalado.⁸²

O jornal se respaldava na denúncia de moradores do próprio bairro que dividia espaço com o candomblé. Acontece que os nomes dos moradores não foram divulgados por medo de represálias, mas pode ser também mais uma das estratégias utilizadas pelo redator do periódico para defender seus valores em detrimento dos outros. As argumentações dessa vez foram pautadas no sossego público e continua afirmando que:

[...] o referido candomblé está localizado em zona residencial, o que consiste motivo de intranquilidade para as famílias, pois quase sempre há naquele antro pancadaria, além do batuque infernal que prejudica o sossego das pessoas que tem a noite para descanso da labutas diurnas. Esperamos que a policia não se demore para atendera ao justo apêlo dos moradores.⁸³

Esse tipo de julgamento sem fundamentação, uma vez que adjetiva e desqualifica um ritual religioso do qual ele não tem conhecimento, desconstrói qualquer credibilidade sobre as informações trazidas pela fonte. Esse tipo de apelo

⁸²APMIJD. *Voz de Itabuna*, 28 jan. 1955.

⁸³*Idem*.

tentou rotular ou rotulou, um grupo social apenas por diferir de sua crença religiosa e apenas por isso tornou-se impertinente e violento.

Paulo Alves de Almeida, residente no bairro Conceição, também conhecido como Abissínia, afirma que:

O lado de cá do rio era conhecido com Abissínia, porque havia muita confusão ali na subida da antiga estrada para Macuco, hoje Buerarema, havia muita confusão lá em cima porque havia muito candomblé.[...] Agora, no nosso bairro, na parte de cá, não havia confusão.⁸⁴

Nesse depoimento há algo peculiar que é a divisão do bairro do Conceição em dois, o Alto do Conceição, a Abissínia, e a parte de baixo que margeia o rio, ligado à igreja de Nossa Senhora da Conceição. Os moradores do próprio bairro faziam uma distinção entre esses espaços. Isso pede uma reflexão sobre o referencial de violência, pois para os moradores do centro, todo o bairro da Conceição era a Abissínia, logo violento.

A presença da Igreja, que também era formadora de opinião, tinha sua parcela na formação dos valores dos seus fiéis, isso pode explicar a denuncia citada anteriormente, feita por um morador da parte de baixo do bairro que se preocupava em não fazer parte da Abissínia e sim da Conceição.

A ocupação da área do bairro da Conceição cresceu a partir da construção da Ponte Goes Calmon, quando foi efetivada a ligação de uma área a outra da cidade, estimulando a ocupação dessa margem do Rio Cachoeira. A partir das obras da estrada de rodagem no sentido Buerarema (1931), o processo de ocupação se intensificou levando a sua ocupação e definição de espaços dentro do bairro.

Em outra entrevista, concedida por Joana Oliveira Santana, também moradora do bairro da Conceição, é possível fazer uma correlação com a matéria do jornal que reclamava a presença de “pessoas representativas da sociedade”, em um terreiro de candomblé, ela conta que “até os políticos iam lá pra cima, pra os candomblés [...]”.⁸⁵

A presença de políticos é explicável, pois além da possibilidade de pertencerem de fato à religião, há sua necessidade de dialogar com essa parcela da população, pois eram eleitores a serem conquistados. Neste caso o ganho era dos

⁸⁴CEDOC/UESC. Depoimento oral de Paulo Alves de Almeida, realizado em 1995.

⁸⁵CEDOC/UESC. Depoimento oral de José Oliveira Santana, realizado em 1995.

dois lados: o lado dos candomblés, porque teria seu terreiro protegido das possíveis investidas daqueles contrários aos seus rituais; o outro, o lado dos políticos, por manter uma relação amistosa e angariar favores que poderiam se reverter em votos indispensáveis para sua manutenção no poder, além da proteção religiosa.

Aos candomblés foram atribuídos, pela linguagem do jornal, características como atividade perniciosa e violenta ou, ainda, representavam um território de malfazejos e aproveitadores da fé alheia, algo que precisava ser combatido para o bem das famílias de bem, ainda que algumas dessas famílias corroborassem para a sua permanência.

Assim, a violência ou o perigo que rondava a cidade de Itabuna, muitas vezes eram sentidos apenas por uma parcela da população. A convivência com determinados comportamentos tidos como violentos faziam com que as interpretações sobre essa violência variassem em tom de discordância. Essas discordâncias estavam respaldadas pelos interesses que serviam de argumentação para estas práticas, o que para uns era violência, para outros não passava de um acerto de contas, ou apenas uma questão de justiça. O perigo sempre ameaçador era relativo, podendo ser sentido ou não, isso dependeria dos valores e interesses em voga.

2 O OLHAR DA LITERATURA SOBRE A CAPOEIRA EM ITABUNA

Para pensar as relações sociais que envolviam os capoeiristas da cidade de Itabuna na década de 1950, recorreu-se à literatura. O desafio, neste trabalho, trilha o caminho no sentido de buscar as relações entre a História e a Literatura na construção do conhecimento histórico. As relações entre os escritos literários e os históricos encontram proximidade desde as crônicas, escritas no mundo ibérico medieval. Os relatos históricos ao descrever, datar, situar e apresentar o passado e seus contextos a partir do olhar de Manoel Coelho Brandão trouxeram para o texto sua vivência e, com ela, os elementos do mundo no qual estava inserido.⁸⁶

Dois dos livros utilizados como fonte foram escritos por um capoeirista de Itabuna e que atuou como tal no período demarcado por este estudo, pois “[...] é o elemento da narrativa, assim como é o ele é o elemento da vida; está inseparavelmente ligado a ela, como aos corpos no espaço.”⁸⁷ As obras de ficção não apenas colaborou para as reflexões, como se tornou um dos pilares para a discussão proposta.

A literatura contribuiu substancialmente para a formação de um imaginário acerca da cidade de Itabuna e região, particularmente a literatura amadiana que teve (e ainda tem) grande influência nessa construção. Muitos romances foram ambientados no eixo Ilhéus/Itabuna e mesmo que não tratem especificamente sobre os capoeiras da região, remete ao imaginário regional.

Jorge Amado narra a região por meio dos jagunços, coronéis e bordéis e traça uma trajetória da violência introjetada nas relações de poder estabelecidas entre esses segmentos da sociedade, onde o equilíbrio da convivência era mantido através dos cumprimentos de suas funções sociais. Escritor conhecido por escrever o cotidiano de pessoas partícipes das camadas populares, Jorge Amado, segundo Palamartchuk, no artigo “Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos?”, apesar de ter recebido críticas de acentuado menosprezo, que o caracterizavam

⁸⁶DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Campinas: Ensaio, 1992.

⁸⁷MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 601

como “escritor de putas e vagabundos”, conseguiu transformar este estereótipo em algo positivo. Porém, para Palamartchuk, seus romances possuem uma tentativa de conscientização de classe provinda de sua orientação política ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde o processo de conscientização apenas acontecia fora do meio em que a trama se desenrolava⁸⁸.

No romance *Cacau* os personagens Colodino e Sergipano só conseguem enxergar ou se imbuírem da consciência de classe depois do contato com os proletários dos grandes centros urbanos, pois na fazenda de cacau, para Jorge Amado, não era possível uma percepção da exploração que sofriam, na medida em que o sentimento de gratidão e conformismo permeava a ignorância e a tolerância daquele povo tão mateiro.

Sergipano:

Estou no Rio, já arranjei trabalho. Como vão os camaradas dai?

O coronel ficou danado por que Honório não me matou?

Venha embora para cá, Sergipano. Aqui se aprende muito. Tem resposta para o que a gente perguntava aí.

Eu não sei explicar direito. Você já ouviu falar em luta de classe? Pois há luta de classe.

As classes são os coronéis e os trabalhadores. Venha que fica sabendo tudo.

E um dia a gente pode voltar e ensinar para os outros. Abrace os conhecidos.

Colodino.⁸⁹

Porém o trecho “[...] o coronel ficou danado por que Honório não me matou” anuncia um descumprimento das ordens do coronel. Em um diálogo, Honório explica porque não matou Colodino, e, entendo que apesar do nome Consciência de Classe não fazer parte daquele cotidiano, não desqualificava a atitude de Honório como uma ação que refletia sim um comportamento classista.

– Tão cachorros porque não comi Colodino no chumbo.

– E você?

– Disse que a pontaria errou.

– Por que você não matou Colodino? Por que queria bem a ele?

– Eu gostava de Colodino... Mas eu não matei o bruto porque ele era alugado como a gente.

– Matá coroné é bom, mas trabaiadô não mato. Não sou traidô.

⁸⁸PALAMARTCHUK, Ana Paula. “Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos?” In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

⁸⁹AMADO, op. cit., nota 47, p. 57.

Só muito tempo depois soube que o gesto de Honório não se chamava generosidade. Tinha um nome muito mais bonito: Consciência de Classe.⁹⁰

A consciência de classe ligada à experiência dos proletários de grandes centros urbanos, é discutida por Antônio Luigi Negro em “Um certo número de ideias para uma História Social, geral e irrestrita”, ele analisa alguns cânones da história social, problematizando a reificação da história operária como uma história branca, fabril, urbana e masculina. Em um dos seus argumentos, Negro afirma que “fenômenos coletivos que não são urbanos, industriais, nem galvanizados por multidões sindicalizadas podem ser, perfeitamente, fenômenos da história operária. Como a capoeira, por exemplo”.⁹¹

O universo da capoeiragem também era permeado por trabalhadores que viam naquela prática apenas uma forma de lazer, um momento de descontração com os amigos. Ora utilizada para se organizarem, não para revolução ou premeditar ataques, mas para sua rotina, o momento de troca de ideias através de conversas amistosas, e a solidariedade elevava o moral para enfrentar suas demandas.

Assim, para além de organização partidarista, as experiências dos sujeitos históricos estudados apontam para um caminho de insurgência cotidiana dentro de suas expectativas de vida, ou seja, lutavam pelas suas demandas agindo dentro das estruturas em que viviam. Muitas vezes a luta era individual, outras vezes, coletivas, e o fato de não se organizarem seguindo uma cartilha de partido político, não quer dizer que não havia qualquer espécie de organização. Exerciam suas próprias políticas de acordo com seus quadros cotidianos.

Como já foi dito a história da capoeira é marcada pela violência. O Código Penal de 1890 que em seu texto, tipificava a prática da capoeira como crime demonstra o quanto essa prática foi alvo de perseguições e ultraje. No decorrer dos anos isso foi modificando, pelo menos no que diz respeito à lei, uma vez que na reformulação do Código Penal em 1940, a capoeira não mais era encontrada em

⁹⁰ *Ibidem*, p. 54.

⁹¹ NEGRO, Antônio Luigi. “Um certo número de ideias para uma história social geral e irrestrita”. In: MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: EDUSC, 2007. p. 78.

seu texto, retirando-a dessa forma do universo do crime, mas não da pecha de violenta.

A pecha de violentos atribuída aos praticantes da capoeira esteve presente nos escritos dos memorialistas e na crônica jornalística regional a seguir apresentados, ligada à alcunha de “valientes”, que também serviu para representar os indivíduos ligados à prática da capoeiragem. Em Itabuna não era comum encontrar nos jornais a designação “capoeira”. “Valiente” era sua representação constante nas páginas dos periódicos.

Isso provavelmente acontecia, não apenas pela revogação do crime no tocante à sua prática, mas porque no período em estudo, Getúlio Vargas já reconhecia a capoeira como esporte nacional, tendo recebido no Palácio da Aclamação no estado da Bahia em 1953, o mestre Bimba (Manoel dos Reis Machado), conhecido capoeirista baiano. O mestre e seus alunos se apresentaram através de uma roda de capoeira.⁹²

Para buscar a relação entre “valientes” e capoeiras na cidade de Itabuna utilizo duas obras de autoria de um morador e capoeirista local, Manoel Coelho Brandão. As obras são: *O capoeira* e *O canto da lúna: a saga de um capoeira*. A primeira se destina a relatar sua própria experiência como capoeirista na cidade, e, a segunda, o escritor presta uma homenagem ao seu mestre de capoeira, contanto, à sua maneira, um pouco da vida de Mestre Bimba.

Em *O capoeira*, o escritor afirma tratar-se de uma obra autobiográfica, adotando, porém, nomes fictícios para contar sua experiência com a capoeira e revela que

[...] na sua maior parte, os fatos são reais, baseados em acontecimentos de que fui testemunha em minha juventude e mesmo quando criança, cujos personagens, apenas com os nomes substituídos, existem ainda em quase sua totalidade.⁹³

Maneca Brandão, como é tratado e reconhecido, discorre sobre sua experiência como capoeirista, tanto em Salvador quanto em Itabuna. É uma narrativa que traça uma trajetória de brigas, bebedeiras, envolvimento com prostituição e enfrentamentos com a polícia. Esse cenário foi modificado, segundo

⁹²ABREU, Frede. Criador da capoeira regional. *Revista Memórias da Bahia II*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2003.

⁹³BRANDÃO, *op. cit.*, nota 7, p. 4.

ele, com o advento da primeira academia de capoeira em Itabuna, em 1962, que o tiraria dessa vida “nefasta”.

Bem, major, prá mim é um prazer fazer parte de sua academia, porém, eu ainda não me testei se posso ou não voltar a jogar capoeira. O meu médico me disse uma vez que não haveria problema nenhum, entretanto, a minha preocupação não é sobre isso e sim sobre que poderia advir depois, ou melhor, o retorno da influência negativa que esse esporte trouxe para mim, [porém], dedicara-se, desde o início do ano que estava a findar, às atividades que mais gostava. Passara a maior parte do tempo útil na Academia de Cultura Física Major Carlos da Hora, onde ensinava a capoeira regional. Dessa maneira, gozava interiormente de uma certa paz e uma relativa felicidade.⁹⁴

Na ficção e na vida real, o escritor é filho abastado de um advogado, banqueiro, proprietário de terras e de imóveis em lugares valorizados do centro urbano de Itabuna⁹⁵. Começa-se, então, a descortinar a experiência de capoeira em Itabuna, a partir do olhar de um membro da elite, que tanto combateu e recriminou a prática da capoeira. Toda a sua experiência no universo da capoeira é por ele contada refletindo ou corroborando com a visão da elite social a qual pertencia, onde seu comportamento é descrito como repugnante e fora do seu padrão social.

A narrativa contém informações sobre a cidade em alguns aspectos, mesmo que essa não fosse a sua preocupação naquele momento. Estava atento aos benefícios que o rio Cachoeira trazia aos “pobres” da cidade, as lavadeiras de Itabuna “sentiam-se como que felizes, pois possuíam poços naturais, oferecidos pelo rio, para execução do seu árduo trabalho. Piscoso como era, o pobre sempre encontrava nele meios de subsistência”⁹⁶ e constata a opulência do cacau. Ele próprio era partícipe dessa classe que usufruía dos benefícios financeiros da monocultura, por isso dedicou muitas páginas que evidenciavam a produção cacauera.

Iniciava-se o ano de 1950 [...] na cidade de Itabuna, Bahia, cuja prosperidade se mostrava evidente, a alegria contagiante, motivada pela boa safra de cacau no ano anterior. Dinheiro muito, proveniente das exportações das sementes dos frutos de ouro.⁹⁷

⁹⁴ *Ibidem*, p. 213 e 214.

⁹⁵ APMIJD. *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, 19 abr. 1958, p. 05. Para ter uma dimensão de suas propriedades, em 1958 ele era dono de todos os seis imóveis da Travessa Sete de Setembro, tendo sido cobrado Cr\$ 5.032,40 de décimas urbanas – valor relativamente alto para a média das ruas adjacentes.

⁹⁶ BRANDÃO, *op. cit.*, p. 12.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 7.

Registrou a inauguração da avenida do Cinquentenário, motivo de muito orgulho para Itabuna, e acompanhou o processo de remodelação que a cidade passou no decorrer da década de 1950:

Como Cidade [...] muito havia prosperado desde dez anos atrás. Muitas ruas foram calçadas e, principalmente, uma comprida avenida com mais de um quilômetro e meio de extensão, fora aberta em pleno coração do distrito-sede, a fim de dar vazão ao crescente progresso do comércio local. Tal artéria, por ocasião do aniversário do município, recebera o nome de “cinquentenário”, como uma homenagem à sua emancipação realizada por decreto lei de 1910. Era o centro nervoso da região cacauífera da Bahia, para ali, convergiam os grandes, médios e pequenos agricultores da planta-ouro, em busca de altos negócios a fim de multiplicarem as suas já abastadas fortunas.⁹⁸

A planta-ouro a qual se refere é o cacau, assim designado porque seu fruto rendia verdadeiras fortunas para os seus cultivadores, incluindo o pai do Maneca Brandão, Ubaldino Brandão. Aliás, situação essa que lhe tiraria de maiores problemas no futuro, em função da cobrança que sofreria sobre seu comportamento que estaria em desacordo com sua posição social. Ainda sobre a cidade, tal qual nos periódicos na época, também retratou a discrepância entre centro e periferia, aliás, também carrega no peso dos termos para descrever os bairros periféricos que ele tanto gostava de frequentar. Mais uma vez se posicionando no seu lugar de origem social:

Sempre se fazia acompanhar de dois ou três amigos para aquelas noites perdidas entre bebidas e braços de mulheres fáceis. Frequentava [...] as casas de tolerância localizadas no bairro Cajueiro. Era um bairro depravado, pleno de prostíbulos e local de assassinatos misteriosos [...]. Aconselhavam-no sempre para que não fosse àquele bairro, entretanto, ele gostava daquele ambiente, onde começava a ficar conhecido e respeitado. Quando o viam por lá, nas noites de sábado, aproximavam-se dele com o intuito de fazer amizade. No entanto, o jovem procurava manter-se à distância, buscando casas noturnas menos frequentadas e, ali, enterrava a noite a partir das vinte horas até o amanhecer, dormindo com uma mulher qualquer que fosse do seu agrado.⁹⁹

Ele não apenas frequentava o lugar, como provocava confusões e ainda se mantinha distante dos moradores do bairro para não ser confundido com estes como se o problema fosse os outros e não ele. Fica evidente o preconceito social e

⁹⁸ *Ibidem*, p.159.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 163.

o distanciamento de classe dos dois universos. Ele frequentava o bairro acompanhado por seus amigos de classe, lá se envolviam em brigas, causavam confusões, deitavam-se com as prostitutas, mas acreditavam que não se misturavam.

Zeca Capoeira, seu nome fictício, possuiu uma trajetória de vida permeada por um comportamento que se assemelhou aos “valientes” da cidade de Itabuna divulgado pelos jornais da época. A frequência na zona do meretrício, as recorrentes brigas, os excessos de bebidas alcoólicas e demonstração de força e exibicionismo eram ações e atributos recorrentes no universo dos capoeiras.¹⁰⁰

Sua personalidade brigona encontra-se por quase toda a obra. É um misto de orgulho e reprovação. Essa dualidade talvez se deva ao fato de ter que dá satisfações a dois universos distintos, mas que conviveram tão próximos. De um lado, o capoeira (e tudo que isso implicava); do outro, seu lugar social de filho de banqueiro. Esse conflito interno do escritor, quase uma crise existencial, provavelmente é a responsável por uma escrita cheia de justificativas, quase se desculpando por seu comportamento e, ao mesmo tempo, banhada de saudosismo.

O universo da capoeira revela essa contradição. São sujeitos que vivem na fronteira, entre a ordem e a contraordem. Em alguns momentos é possível perceber alguma satisfação em ser um indivíduo rotulado de violento, perigoso, temido. Em outros, eram apenas reféns das circunstâncias ou de sua condição social e, muitas vezes, agiam em defesa pessoal.

Sobre este comportamento considerado agressivo, foi descrito também por D'Andrade, autora da obra *Capoeira: de luta de negro a exercício de branco*. Pioneira na região, em sua escrita sobre o tema, cita entre outros, Alberto Ascênio Fernandes (Alemão), amigo de Maneca Brandão e companheiro nas experiências vividas no mundo da capoeira. Segundo ela, Alemão

[...] se envolvia com brigas e, chegou a ficar preso quinze dias, fato que não se esquece, pois junto com Maneca, sempre se metia em

¹⁰⁰OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No Tempo dos Valentes: os capoeiras na cidade da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2005; REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: Ensaio Sócio-etnográfico*. Salvador: Itapuã, 1968. Pires, Antônio L. C. S. *Bimba, Pastinha e Besouro Mangangá: três personagens da capoeira baiana*. NEAB/Grafset, 2002 e *A capoeira de todos os santos: um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890-1937)*. Tocantins/Goiania: NEAB/Grafset, 2004. DIAS, Adriana Albert. *Mandinga, manha & malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925)* – Salvador: EDUFBA, 2006.

confusão [...]. Muito alegre, conta-nos que o que mais gostava no esporte era o fato de poder se exibirem.¹⁰¹

No texto de Maneca Brandão também fica registrado como o fator exibicionista fazia parte do comportamento do capoeirista:

Para o Zeca, acostumados a confusões dessa natureza, o ambiente era propício à demonstração de sua arte, da qual era tido como um [il]. A briga veio a calhar, pois precisava mostra a Itabuna quem ele era. E assim foi. Os seus atacantes eram repelidos brutalmente por pernadas violentas e certeiras¹⁰²

A capoeiragem em Itabuna estava ligada a algo pernicioso e em detrimento aos ‘bons costumes’ de pessoas trabalhadoras e honestas. Ainda na obra é possível vislumbrar um tipo de distanciamento entre capoeiragem e a boa conduta, quando o personagem principal, após seus desencantos com a vida, arruma um emprego “digno” de um filho de “respeitável” advogado e coronel, em uma empresa ligada à agricultura:

Na verdade, o rapaz passara de uma fase negativa em seu destino para uma outra que muito lhe prometia em termo de dignidade e respeitabilidade. Deixara de ser um elemento pernicioso à sociedade, para tornar-se uma célula viva do mecanismo de um trabalho honesto e honrado.¹⁰³

Maneca Brandão, apesar de capoeirista, acaba reproduzindo o preconceito. O desfecho que dá para seu personagem principal, o Zeca Capoeira, segue o discurso de regeneração através do trabalho. Indo mais além, quando o Zeca é morto por um tiro traiçoeiro é o exato momento em que o Manoel Coelho Brandão passa a trabalhar na CEPLAC¹⁰⁴, órgão voltado para cuidar da lavoura cacaueteira. Neste momento, a capoeira deixa de fazer parte de sua vida para dar lugar ao trabalho digno de indivíduo de sua classe social.

Em relação ao comportamento dos capoeiras, a tendência à valentia como forma de ocupação e defesa de espaços, o apelo à briga como demonstração de força e poder, e o papel da capoeira em meio a este contexto, ocupa um lugar desqualificado, porquanto se encontrava submetido a um julgamento tendencioso.

¹⁰¹D’ANDRADE, *op. cit.*, nota 9, p. 76.

¹⁰²BRANDÃO, *op. cit.*, nota 7, p. 112.

¹⁰³*Ibidem.* p 218.

¹⁰⁴CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

É necessário avaliar quais parâmetros foram adotados para o julgamento de atitudes oriundas de indivíduos com esse perfil, pois, apesar de ter as mesmas características de qualquer um dos “valientes” da cidade, Maneca Brandão foi poupado das palavras agressivas dos jornais. O fato de pertencer a uma elite econômica permitiu que suas ações estivessem livres dos combates travados pelos jornais da época e poupou-o de constrangimentos e execração pública que a outros foram impostos.

As idas aos cabarés e os confrontos com a polícia são amplamente relatadas em sua autobiografia. Em companhia de seus amigos, mais precisamente, do Alemão. Em um trecho do livro *o Alemão* “[...] convida-o a se afastarem do bairro das prostitutas, porque tinham plena certeza de que os dois soldados haviam ido buscar ajuda lá na sub-delegacia”.¹⁰⁵ Em outro momento, o escritor discorre sobre o senso de solidariedade.

Zeca... corre, porque a polícia está batendo em Vadu!
O Zeca levantou-se rápido e saiu pela avenida a fora [...]. Adiante, divisou uma fileira de homens fardados, composta de mais ou menos oito indivíduos. Aproximando-se sorrateiro, atacou o ultimo deles, dando-lhe uma rasteira pelas costas. A queda foi brutal e o resto da patrulha, observadora do fato, após ordem dada pelo seu comandante, partiu para o jovem empunhando cassetetes. O tempo fechou [...] o Zeca defendia-se como um leão valente e alguns dos soldados foram ao chão, derrubados por golpes traiçoeiros de capoeira.¹⁰⁶

Solidariedade essa, necessária à sobrevivência de indivíduos como ele. Seres destemidos, por muitos odiados e, em sua maioria, com o ego muito massageado. Era uma arrogância nascida da autoconfiança, outra característica dos capoeiras. No decorrer dos anos e de suas experiências de capoeira valentão, a crise existencial do escritor chega ao ponto da tentativa de suicídio e “as cenas da hora em que se atirara, repassaram pela mente. Perguntava a si próprio porque fizera aquilo consigo, concluindo que fora pelo desespero que lhe havia dominado a alma, ao ver-se desprezado pelo pai”¹⁰⁷. O autor atrela seus problemas pessoais com o pai com a prática da capoeira, tornando-a a vilã odiada e desejada ao mesmo tempo.

¹⁰⁵ BRANDÃO. *op. cit.*, p. 195.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 154.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 206.

Ele atribuiu à capoeira os seus problemas de comportamento. Seria da capoeira a responsabilidade por seus envolvimento em brigas, prostituição, prisões e sua quase morte. Este último fato aconteceu em meio a uma campanha política a qual estava envolvido e em uma das contentas ele agrediu alguns adversários e após séria discussão em casa, teve uma forte crise de consciência. Dirigiu-se ao bairro Cajueiro, lugar do meretrício, muito frequentado por ele e tentou o suicídio com uma pistola.¹⁰⁸

O escritor se precipita ao atribuir à capoeira seus desmandos, como em vários outros momentos, fica latente o lugar de onde fala, o de uma elite social, onde o erro e a má conduta estão sempre no outro. A classe social a qual pertencia Zeca capoeira ou Maneca Brandão não poderia ser maculada por tão vis desregramentos, logo a culpa seria da capoeira.

O autor, Maneca Brandão, em vários momentos do seu texto corrobora com a idéia de que a capoeira é sim pernóstica, ainda mais se praticada de maneira livre, nas ruas e a mercê dos seus praticantes. Ele deixa claro a necessidade de troná-la mais disciplinada, menos autônoma, e sua propagação acontecer sob coordenação de pessoas ou lugares específicos para tal fim. Assim, considerou o fato de transformá-la em algo menos nocivo a partir do momento que foi inserida no modelo de esporte praticado em lugar e hora determinados. A concretização disso ocorreu quando o Major Da Hora, tio de Zeca Capoeira (Major Dórea, tio de Maneca Brandão), inaugurou a primeira academia de capoeira de Itabuna, para atender aos filhos de coronéis que voltavam de Salvador. Zeca Capoeira passou, neste momento, a ensinar a arte ou a praticá-la dentro de um recinto fechado, longe dos perigos das ruas e esquinas.

Esse procedimento é exatamente o inverso do que acontece com o personagem Sururu, ele é o contraponto do Zeca em quase todos os aspectos, tanto na ficção, quanto na vida real. Ele também é o único personagem que não teve seu nome alterado, a alcunha de Sururu é reconhecida na ficção e na realidade da sociedade itabunense. Nos dois lugares, ele era o mestre da capoeira angola que coordenava rodas de capoeira ordinariamente na Praça Adami, centro da cidade.

O Zeca encontrava-se em sua casa, preparando-se para sair. Participaria às dez horas de uma roda de Capoeira Angola na praça

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 203

Adami a convite do Mestre Sururu. Seria a primeira vez que entraria em contato com os capoeiristas de Itabuna e assim, pensava no assunto, concluindo que seria ótimo para ele, conhecer outros praticantes da “Dança da malandragem”.¹⁰⁹



Figura 3: Praça Adami. Imagem retirada de <http://www2.uol.com.br/aregiao/art/hist/trespracas.htm>

Fora das páginas do romance, a relevância de Sururu é explicitada no momento em que consegue permissão para que sua roda de capoeira acontecesse ordinariamente sem o incômodo da polícia, graças à interferência do Coronel Nicodemos Barreto, para quem prestava serviços. Este último afugentou os policiais que tentaram impedir que o evento do seu funcionário ocorresse desafiando inclusive ao Delegado, numa demonstração explícita de poder. Diferente de Maneca Brandão, tanto na ficção, quanto na vida, era negro e pobre. E a experiência de capoeira para ele teve outro sentido. Era também capanga do coronel Nicodemos Barreto e inspetor de polícia, o que contribuiu para o respaldo adquirido.

Ele também mantinha a tradição da roda de capoeira semanalmente na Praça Adami. Uma situação era a capoeira jogada em uma roda, sob o comando de um mestre, outra era sua prática de forma individual. Na primeira, a capoeira era praticada como uma manifestação cultural; já na segunda sua caracterização era de promotora de desordens e arruaças.

Sururu não teve problemas com a polícia ou, ao menos se teve notícias de seu envolvimento com brigas. Talvez por pertencer ao corpo policial da cidade ou por ser um protegido de um coronel, e ainda por estar inserido num universo cultural

¹⁰⁹ *Ibidem*, p.164.

que advêm de uma tradição secular: a capoeira. A esse respeito, destaca-se o pensamento de Eduard Palmer Thompson.

Se, de um lado, o “costume” incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à “cultura”, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reproduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei.¹¹⁰

Ao pensar a prática de capoeira nesta perspectiva cultural, mantenedora de um costume de reunir-se em largos e praças para jogarem ao longo de mais de séculos, não apenas Sururu, mas todos os envolvidos com a capoeira naquelas condições tinham a garantia de que estavam, não apenas exercendo seu direito de praticá-la, mas atendendo a uma demanda de seus antepassados numa demonstração de respeito a tudo que eles passaram para chegar até ali, jogando capoeira e garantindo seus espaços.

Por trás dessas práticas e costumes, tem-se não apenas uma luta de classe, mas também de raça, pontos que permeiam a história da capoeira de forma muito marcada. No caso de Itabuna, é possível perceber essas questões no dueto Sururu e Maneca. A inversão está no fato de que o rico e branco era o arruaceiro e o negro e pobre constituía-se no referencial de boa conduta e o mantenedor da ordem pública.

A complexidade dessas relações vai além de uma análise mais geral. Por um lado o ícone da elite estava no lugar de desordeiro, este por sua vez não teve sua imagem maculada como seus colegas de arruaças, nossos conhecidos “valientes”. Em contrapartida Sururu contava com a proteção de um poderoso banqueiro e fazendeiro local. Essa relação de poder insere, neste momento, ambos em lugares próximos, amparados pela mesma elite social.

Uma contradição é percebida nessa relação. O discurso modernizador que permeava as páginas dos jornais, perseguindo e depreciando a prática da capoeira, não censurou a prática de Nicodemos Barreto, moderno coronel, dono de casa bancária, casa de ferragens, fazendas e clube de futebol, ao interceder em favor de Sururu, o que demonstra um dissenso no seio e anseios da elite local.¹¹¹

¹¹⁰THOMPSON, *op. cit.*, nota 11, p. 15.

¹¹¹Sobre elite em Itabuna ver CARVALHO, *op. cit.*, nota 2.

Maneca Brandão, na segunda obra, “O canto da luna”, continua a descrever a capoeira, desta vez em Salvador. Ele propõe discorrer um pouco do que foi a vida de mestre Bimba, que o formou na arte da capoeiragem. Essa história é narrada através de um período que vai da década de 1930 até os anos de 1970, quando o mestre Bimba morreu.

A narrativa tem início com seu ingresso no aprendizado de capoeira. A relevância de Bimba para capoeira foi a criação da capoeira regional na década de 1930, até então ela era conhecida ou praticada apenas em uma modalidade de capoeira: a capoeira Angola.

- Me diga um coisa, mestre, seu sistema é diferente dos outros?
 - Sim Clóvis [...]
 - Mas ela não é tão diferente assim, não é mesmo?
 - Não, [...] tudo aí tem ligação com a velha arte da gente, apenas eu coloquei o jogo mais em pé [...] além disso, introduzi uns golpes novos [...] que eu já conhecia de outras lutas.
- Desse modo, naquele local fora decidido o futuro da Capoeira ensinada por mestre Bimba [...] a ser conhecida dali pra frente como Capoeira Regional.¹¹²

Entre as várias diferenças de ambas, o ritmo e estilo são os fatores mais aparentes, sendo a regional considerada uma modalidade de jogo mais rápido e com movimentações advindas de outras lutas marciais. Isso foi motivo de severas críticas para seu fundador, acusado de selecionar financeiramente seus alunos e de romper com a tradição ao reinventar a capoeira. Essa é outra questão e não é o alvo de discussão no momento.

O texto mais uma vez é construído a partir dos valores do autor. Apesar deste se referir a uma terceira pessoa, Bimba, as questões comportamentais apresentadas recebem a mesma crítica do primeiro. A diferença está no endeusamento do personagem principal, sempre o vitimando para justificar suas atitudes, que em outro momento, e realizada por outros, inclusive por ele próprio, era considerada condenável.

Maneca utilizou muito das cantigas de capoeira para referenciar situações ou exemplificar como essas músicas traduzem o cotidiano desse universo. Músicas que contam histórias de antepassados e de vivências presentes. Numa roda de capoeira

¹¹²BRANDÃO, Manoel Coelho. *O canto da lúna: a saga de um capoeira*. Itabuna. p. 167-168.

a música muitas vezes indica como o jogador deve proceder e atender imediatamente à sua solicitação.

Nos anos trinta, nas capitais do país, principalmente em Salvador, a capoeira surgia com uma nova roupagem. Os mestres de capoeira, em especial Bimba e Pastinha, versam a capoeira em outra perspectiva. Naquele momento ela passava a ser uma prática cultural e não pertencia mais ao mundo dos ‘malandros e vagabundos’. Pastinha, em *Capoeira Angola*, classificou os capoeiras de outrora como “indivíduos de mau caráter que se valiam da capoeira para dar vazão ao instinto agressivo [...] felizmente, esses capoeirista desordeiros constituíam uma pequena parcela”¹¹³. Essa questão também não passou despercebida aos olhos de Maneca Brandão:

Naqueles tempos, na Capital da Bahia, bem como em outras cidades do interior baiano, particularmente no Recôncavo, as rodas de Capoeira se realizavam nas praças e ruas, em dias de Domingo e festas. Vez por outra competiam entre si, resultando no aparecimento de verdadeiros ases da arte, que se tornavam mito no ambiente de malandros. Além do mais, a Capoeira era muito praticada por desocupados, motivando que ela fosse mal vista pelas autoridades da época, inclusive provocando preconceitos sociais. Quem fosse adepto da Capoeira poderia ser considerado malandro ou fora-da-lei.¹¹⁴

Os preconceitos sociais referidos pelo autor acabam sendo endossados quando sugere que os praticantes são “desocupados”, implicando no seu caráter. Ora, não ter emprego é um problema de natureza político-econômica e não está relacionada com a formação do caráter do indivíduo. Mesmo aqueles que tinham emprego, mas não tinham renda suficiente para fazer parte da elite era englobado nessa pecha de marginal e desordeiro.

Mais uma vez o autor deixa isso muito explícito, quando trata da roda do mestre Lourival, indivíduo que em sua obra era o professor de capoeira do mestre Bimba, onde sua roda contava com a participação de “indivíduos das mais diversas profissões, tidos pela sociedade baiana como elementos de classe baixa, marginalizados”¹¹⁵.

¹¹³PASTINHA. *op. cit.*, nota 72, p. 23-24.

¹¹⁴BRANDÃO. *op. cit.*, nota 113, p. 22.

¹¹⁵*Ibidem*, p. 29.

Muitas das experiências vividas pelo autor e contadas em sua autobiografia, aqui se repetem. Além do exibicionismo e enfrentamentos com a polícia, não poderia faltar, as bebedeiras e farras na zona do meretrício. Porém, um fato novo, e não poderia deixar de ser assim, nos salta aos olhos. A relação profunda com o candomblé. Digo isso, porque Bimba era filho de santo e Ogã de uma casa de candomblé, “filho do grande rei negro africano Xangô e de Iemanjá”¹¹⁶, logo toda a trajetória de Bimba contada perpassa intimamente por essa relação com sua religiosidade.

Na ficção, Bimba começou sua relação com a religião em Cachoeira, cidade do recôncavo baiano e muito conhecida por ter um número considerável de terreiros de candomblé. A partir daí o autor atrela a história do mestre a revelações feitas por pais de santo que este vai encontrando nas cidades por onde passava.

Segundo Maneca, Bimba era filho de Oxossi. Isso quer dizer que ele trazia consigo uma proteção de um orixá (entidade religiosa) ligado às matas, e assim herdara uma personalidade forte e também guerreira, constituindo-se um diferencial para sua vida. Não menos guerreira é a personalidade de um filho de Xangô, pois, com a criação da capoeira Regional, “[...] foi acusado de ter se vendido aos brancos e seus alunos foram banidos de muitas rodas. Nada que abalasse o ogã-alabê (cargo do candomblé de protetor da casa e encarregado do atabaque), [...] do seu destino”¹¹⁷. Afinal,

Na pedagogia de Xangô, o desafio e brincar com fogo, é dançar sem cair, é inclinar-se sem se humilhar. Ao se saudar Xangô, coloca-se o peito no chão, com os braços para trás, mas se levanta a cabeça. Domina-se o medo para bem caminhar na corda tensa sobre o abismo, ou seja, para viver.¹¹⁸

Maneca Brandão trás também contos que permeiam o livro e o imaginário do mundo da capoeira. Passaram por estas páginas de maneira muito bem contadas relacionando-as com o desfecho dado à vida do capoeira baiano. Uma delas é sobre *ave lúna*, que na linguagem da capoeira ser um capoeira *lúna* significava ser alguém com uma espécie de missão, que tem obrigações para com a capoeira e sempre destacam-se neste universo.

¹¹⁶ABREU, *op. cit.*, nota 93, p. 10.

¹¹⁷*Ibidem*, p.10.

¹¹⁸SODRÉ, Muniz. Mestre Bimba: corpo de mandinga. Rio de Janeiro: Manati, 2002. In. Revista Memórias da Bahia II: Bimba – Rei Negro. p. 10.

Dizia-se, segundo ele, que tal ave era um mito, apenas fantasia de negro-escravo. No entanto, a ave lúna realmente existe e, misticamente, está incorporada às almas dos grandes capoeiras do passado, do presente e do futuro. No passado existiram três ou quatro capoeiras-lúnas, cuja fama de valentes guerreiros fora motivo de admiração e respeito nas senzalas e nos quilombos daquela “terra de brancos”, dando muito trabalho às autoridades. Quando os negros bantos foram tirados de sua terra natal, para serviço escravo em “terras de brancos”, tomaram como símbolo de sua índole guerreira uma ave estranha e exótica, que habitava os charcos e brejos da nova pátria. Ela era grande como um peru, com penas escuras e de pontas pretas. Tinha um chifre no alto da cabeça e esporões nas asas. Chamavam-na de lúna. Era uma ave ligeira, esperta, difícil de ser vista por olhos humanos, possuindo talvez poderes de invisibilidade, impossibilitando sua captura. Não se sabe, até hoje, de qualquer caçador que tenha conseguido capturá-la ou mesmo matá-la.¹¹⁹

Outro conto, o do “berimbau” é importante para o meio da capoeiragem é o que explica a origem do berimbau, instrumento imprescindível numa roda de capoeira e segundo a tradição oral, ele é o mestre dos mestres. O berimbau é quem realmente comanda a roda. O conto:

Antes das grandes águas molharem o mundo, castigando-os severamente dos muitos pecados, viveu em lugar da velha África, uma linda e gentil Mu’leka, pérola negra que mal despertara pra os anos da adolescência, trazendo no porte esguio e altaneiro, o andar elegante e o sensualismo de uma verdadeira Mi’nbanda. Era neta de um famoso guerreiro dos temíveis e terríveis bantos de Angola, onde seus vizinhos os evitavam, contando deles aventuras mil. Certo dia de sol forte e quente, a bela Mu’leka foi apanhar água com um pote colorido à cabeça, num caudaloso e barrento rio que corria perto de sua aldeia, como uma serpente gigantesca e enfurecida. No ato, abaixando-se para encher o vasilhame de barro, escorrega e precipita-se nas águas turvas e de apavorante murmúrio, que a arrastam, afogando-a na violenta correnteza. Certamente o rio assim fizera, enraivecido e invejoso da beleza inolvidável e sensual da virgem nativa. Mas, lemanjá, a poderosa rainha e orixá das águas, que a tudo assistiu, penalizada com a tragédia que atingiu a formosa jovem negra e todo seu povo, resolveu transformar, como compensação, o seu corpo esbelto e sinuoso de Mu’leka num arco e seu pote multicolorido numa caixa de ressonância, surgindo como resultado da metamorfose miraculosa o Uricungo, instrumento musical exótico também chamado de berimbau.¹²⁰

Após a apresentação do processo de criação do instrumento, o autor buscou atualizar a narrativa de forma a aproximar o leitor daquela história.

¹¹⁹ BRANDÃO, *op. cit.*, nota 113, p. 103 e 104.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 101.

Hoje em dia, se prestarmos atenção ao som do Uricungo, em concentração mística, talvez sintamos lá dentro de nossa alma, o lamento ou gemido da jovem e bela nativa, ainda Mu'leka, mas se assemelhando a uma Mi'nbanda formada, que num dia de sol se foi para sempre tragada pelo rio violento do ciúme. Poderia ser o espírito dela, cujo corpo em forma de berimbau, traz encantos a todos os amantes da Capoeira, além de maravilhar, também, ouvidos profanos, com seus acordes musicais docemente sonoros e imensamente harmoniosos, quando manejado por alguém que com ele tenha afinidade.¹²¹

O conto trás consigo, não apenas a lenda da origem do berimbau, mas uma crença arraigada nos valores dos praticantes do candomblé e da capoeira, mas no final do conto ele afirma que a música deste instrumento é capaz de encantar até os ouvidos “profanos”, ou seja, os ouvidos dos capoeiras eram, ou são, ouvidos religiosos.

A energia em torno da capoeira que foi sentida por vários de seus praticantes, talvez não tenha uma ligação direta com a religião, mas com a história dos negros do país contada através das músicas de capoeira que certamente contribuíram para uma possível comoção e sentimento de alteridade que ligaram os capoeiras desse momento aos de outrora de uma forma um tanto mística.

Voltando ao mestre Bimba. Em sua academia, a maioria dos seus alunos fazia parte de uma elite econômica e eram brancos. As regras eram rígidas, entre elas, a proibição de envolvimento em brigas na rua. A mensalidade excluía aqueles que não tinham um poder aquisitivo suficiente para manter suas aulas. Bimba sofreu duras críticas por causa dessa nova opção, “[...] na visão de mestre Noronha, Bimba teria ido ao meio dos ricos”¹²².

O processo de “culturalização” para Antônio Liberac Cardoso Simões Pires se deu a partir do momento em que ocorreu uma busca por um “*status* na hierarquia social”, acompanhado por uma negação do espaço para aqueles que eram ‘malandros’ e, neste caso, com a conotação negativa, tanto para Bimba, quanto para Pastinha. A partir daquele momento a capoeira era para trabalhadores remunerados o suficiente para atender ao supérfluo de um pagamento de mensalidade de academia de esporte e estudantes, sendo divulgada “enquanto símbolo cultural”¹²³.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² PIRES, *op. cit.*, nota 12, p.39.

¹²³ *Ibidem*.



Figura 4: alunos do Mestre Bimba. Imagem retirada de <http://estudodacapoeira.blogspot.com.br/2010/01/mestre-bimba-sua-historia.html>

Com a reformulação do Código Penal de 1940, a capoeira deixou de ser crime, o discurso ao seu favor não permitia mais atos de violência que a envolvesse. Mestre Pastinha chegou a fazer declarações criticando alguns capoeiristas de anos atrás, classificando-os de arruaceiros e desordeiros que, “tudo isso é mancha suja na história da capoeira, mas um revólver tem culpa dos crimes que pratica? E a faca? Os canhões? E as bombas?”¹²⁴ Mestre Pastinha porém, admitiu que a violência era algo inerente à própria arte da capoeira: “mas o que serve para defesa também serve para o ataque. A capoeira é tão agressiva quanto perigosa”¹²⁵.

No mundo da capoeiragem, é perceptível esse paradoxo. Os diferentes valores convivem. A ambiguidade de seus anseios encontram suas bases nas diferenças de classe social, nas questões religiosas, nas posturas próprias do gênero masculino e, também, nas questões raciais. É nesta complexa rede de sociabilidade que torna possível pensar uma sociedade a partir dos traços que une os indivíduos que dela fazem parte e quando suas diferenças trazem à tona os conflitos.

Voltando ao *Canto da Lúna*, dentre as várias questões levantadas, a da raça é um traço forte do livro. Em um dos seus trechos o autor afirma que,

[...] o que une os capoeiristas talvez seja o próprio estigma da raça negra, fundamentado no sofrimento por séculos e séculos. Todo negro considera outro negro um seu irmão, podendo as raízes desse

¹²⁴ *Ibidem*, p. 66.

¹²⁵ *Ibidem*.

sentimento nobre, estarem ligadas às características da escravidão sofrida por essa raça através dos tempos.¹²⁶

O autor acabou abordando um tema polêmico, que se une à forma um tanto controversa de relatar as experiências desses sujeitos, ora vagabundos, malandros, ora vítimas sociais.¹²⁷ Isto mostra a complexidade que uma obra literária traz consigo. Temas de variadas naturezas numa discussão implícita e, às vezes, despretensiosa, mas que traduz os anseios não apenas de um grupo social, mas de uma época.

A esse respeito, Sevcenko aborda a literatura como uma linguagem abrangente e ambígua, e que atenta para uma demanda social.

Todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo – e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover...[porém] o estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, [...] preenche-se de significados muito peculiares.¹²⁸

Assim, apesar da aparente contradição expressa na literatura em torno do comportamento do capoeirista e de uma apologia, feita por capoeiristas, à capoeira jogada de forma politicamente correta, ajuda-nos a compreender um mundo repleto de sinuosas curvas.

Mesmo com esse apelo o fato é que a própria natureza da capoeira inspira um tom de perigo e audácia, logo, as regras do jogo transcendiam às estipuladas pelo “bom senso” e pelo apelo exclusivo ao lúdico, à brincadeira. O próprio Mestre Bimba, de certa maneira, preservou o estereótipo de violência dentro da prática da capoeira. Em seus treinamentos rigorosos com “perfil militarista, [...] utilizava os treinamentos de ‘emboscada’, semelhantes aos treinamentos de guerrilhas de mato, realizados nas forças armadas”¹²⁹. Apesar da inovação no treinamento tornando-o mais ostensivo, mestre Bimba manteve outros aspectos, no tocante aos conflitos uma das suas recomendações, era:

¹²⁶ BRANDÃO. *op. cit.*, nota 113, p.30.

¹²⁷ Ver sobre as disputas entre maltas de capoeiras em SOARES, *op. cit.*, nota 12.

¹²⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 29.

¹²⁹ PIRES, *op. cit.*, nota 12, p. 48

Meninos não se metam em brigas. Se souberem que numa rua qualquer, está acontecendo alguma, voltem, passem por outra. Mas se no atalho, também houver, sem que haja meios de evitá-la, vão em frente, com segurança. Vocês não podem sair perdendo e voltar para casa pra fazer tratamento na cara. Iodo e arnica custam caro e o pai de vocês não é ladrão para gastar dinheiro à toa.¹³⁰

A incumbência de resolver suas contendas não era a única responsável pelas brigas que ocorriam envolvendo os capoeiristas. A destreza do corpo era uma arma perigosa e, por vezes, fatal a um adversário. Unindo-se essa vantagem a uma personalidade valente, esta última inerente ao indivíduo, facilitava e encorajava àqueles propensos às disputas, que resultavam em mortes algumas vezes.

As “desordens” e os “crimes” estavam desta forma, associados à capoeira devido aos elementos que a compunha – rapidez, força, reflexo aguçado, malícia, etc. – além disso, por ser uma prática que, na grande maioria das vezes, era pertinente à pessoas oriundas de uma classe social de baixa renda, vinculadas a ambientes ditos pernósticos e vulgares, como a zona do meretrício ou cais do porto.

Waldeloir Rego comenta:

O cais dourado no fim do século passado, tornou-se famosíssimo pelo excesso de desordens e crimes, que ali praticavam, sobre tudo por ser zona de meretrício e para lá convergirem, além dos capoeiras, marinheiros, soldados de polícia e delinquentes. Os jornais da época dão conta de como a cidade vivia em sobressalto, pelos acontecimentos ali ocorridos.¹³¹

Na cidade de Itabuna, a Praça da Estação era um bom observatório para se ter uma noção dessas relações.

A Praça da Estação era um local de fluxo diário razoável, pois era um ponto estratégico da cidade. Recebia pessoas e mercadorias vindas de Ilhéus – cidade portuária. Além dos trabalhadores da própria estação, encontravam-se também trabalhadores de outras áreas, os que vinham buscar mercadorias para abastecer seu comércio, os carregadores, os feirantes, inclusive a feira da cidade estava situada nestas imediações, e aqueles que vinham distrair-se ao fim do expediente, já que no local havia quiosques que vendiam - dentre outras coisas - bebidas e gêneros alimentícios, e funcionavam permanentemente.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 50.

¹³¹ REGO, *op. cit.*, nota 12, p. 36.



Figura 5: Praça da Estação: <http://www.dipity.com/libriana50/Historia-de-Itabuna>

As contendas ocorridas nesta parte da cidade eram recorrentes, e amplamente divulgadas:

A polícia precisa fiscalizar a zona da estação [...] rodovia que vai ter a Ilhéus, se enche desses indivíduos, que se engalfinham em lutas corporais, e até mesmo tendo à mão armas de fogo.¹³²

Mas as queixas avançavam para além das contendas que ocorriam, pois é possível perceber uma insatisfação sobre a atuação da polícia no local. O porquê dessa negligência remete a reflexões a respeito da própria estrutura policial e as estratégias de intervenção em determinados espaços urbanos.

Um episódio registrado por Maneca Brandão em *O canto da lúna* descreve uma interferência da polícia em roda de capoeira em Salvador:

A sola do pé de Bimba, passando pelo vazio, atingiu em cheio e com violência um dos espectadores da roda, à altura da barriga, que mais parecia um saco de batatas, dado o volume que apresentava.

O pançudo, cambaleando para trás, viu-se apoiado pelas pessoas às suas costas e, num rápido pulo para frente, achou-se no centro da roda, tendo Bimba cara a cara. Tentou revidar, mas o jovem capoeira, ante o ataque inesperado do gorducho, de imediato girou rápido o corpo e com a perna levantada, como um compasso. Um verdadeiro “rabo-de-arraia”.

O golpe atingiu o rosto do gorducho, que sentiu o gosto de sangue, ao tempo que foi deslocado pelo impacto, tombando no chão. Levantou-se atordoado e enfiou um apito entre os lábios raiados de sangue, soprando-o com força. Era um policial à paisana.¹³³

¹³²APMIJD. *Voz de Itabuna*. 17 jun. 1954.

¹³³BRANDÃO, *op. cit.*, nota 113, p. 24 e 25.

A partir daí a rua foi tomada por policiais civis e militares e uma confusão imensa se estabeleceu. Foi a partir desse acontecimento que Bimba começou a ser procurado pela polícia. A descrição de como tudo aconteceu deixou transparecer o despreparo policial em vários aspectos: em primeiro lugar assistir a uma roda de capoeira, ou melhor, fazer parte dela uma vez que estava ao alcance dos jogadores e não ter a devida atenção para evitar machucar-se. Em segundo lugar, a forma depreciativa como o autor descreve o policial demonstra seu desdém e até antipatia pela categoria. Isso pode ser entendido em função da sua própria experiência com polícias em suas peripécias com a arte da capoeiragem, o que o tornava, neste momento, um porta voz dos capoeiras.

Mesmo que esse não seja o foco do trabalho, o texto é permeado por questões de raça e classe. Mais uma vez o autor se reporta ao assunto nas seguintes palavras:

Na verdade, de nada adiantaria ele procurar defender-se, porque seria condenado do mesmo jeito. Sendo negro, sem eira nem beira e, além disso, jogador de capoeira, seu destino mesmo era a prisão e, possivelmente, o desterro. Os preconceitos raciais e sócias falaria mais alto.¹³⁴

Mestre Bimba, de acordo com seus valores e experiência, lutou ou subverteu o seu destino de “coitado”. Quando inaugurou sua academia de capoeira no centro da cidade e escolheu alunos de uma elite social que poderiam pagar mensalidades, ele estava criando possibilidades de sobrevivência. Mesmo com pouca instrução escolar era um homem astuto e aproveitou o momento político do país a seu favor, tendo, pessoalmente, recebido do próprio presidente da República, Getúlio Vargas, a “benção” para o esporte genuinamente brasileiro.

Outro aspecto que o autor apresenta sobre a formação ou organização da turma de alunos do mestre Bimba era a presença daqueles alunos brancos e ricos, pois “sem medir sacrifícios, empenharia-se para que a Capoeira fosse aceita por gente branca como uma “coisa” boa para todas as pessoas, acabando de vez com os preconceitos sociais que a marginalizavam”¹³⁵.

Mais uma vez, essa situação poderia ser uma estratégia de sobrevivência. Na leitura do trecho, Bimba utilizou das armas que possuía para garantir o seu sustento

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 142.

e de sua família. Talvez não tenha sido essa a intenção do autor, mas a luta pela igualdade social não apresenta-se como uma preocupação de Bimba, mas uma luta por um lugar ao sol.

Em sua contínua busca de reconhecimento, o Mestre deparou-se com o amparo daquele que outrora fora seu algoz, a exemplo, do chefe de polícia Freire. No início do livro, após ferir um policial à paisana como foi descrito em parágrafos anteriores, ele passou a ser um foragido da polícia e esse chefe de polícia transformou a sua captura em uma questão de honra. Primeiro em função dos contínuos problemas causados pelos capoeiras em geral; e, segundo, por ter se sentido ofendido em sua competência dado a eficiência de fuga mostrada por Bimba.

Ao final da obra, decorridos alguns anos, Bimba encontra-se casualmente com seu perseguidor e numa conversa franca e amena tudo estava esclarecido e esquecido. Agora Mestre Bimba era um protegido do atual secretário de segurança pública, cargo que o chefe de polícia havia conquistado. A capoeira começaria, então, uma nova fase:

Praticamente, era o início de uma nova fase para a antiga “Dança-da-Malandragem”, que começara alevantar-se dos chãos imundos das velhas ruas e largos de Salvador, tentando penetrar os sofisticados ambientes sociais. Tudo isso estava sendo conseguido por um negro, há pouco perseguido pelas autoridades, mas que agora tinha uma aliança com elas.¹³⁶

Através da literatura publicada, e da tradição oral, temos informações de que o Mestre Bimba teve um apoio não apenas da elite, mas também de governos¹³⁷. Essa foi uma conquista árdua e não apenas dele, mas do que ele representava, o que era muito maior. Ali estava uma luta de classe e de raça muito bem posta.

Thompson afirmou que “[...] temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes”¹³⁸. Isso implica no alcance que a capoeira vem tendo, muito mais por se insurgir, do que por se submeter, em sua história tem mais conquistas do que meras alianças. A sua insistência em existir aos olhos públicos nas praças e nos largos, não apenas desafiavam autoridades, mas também se imbuíam apenas de viver suas tradições e

¹³⁶ *Ibidem*, p. 150.

¹³⁷ ABREU, Frederico; CASTRO, Maurício de Castro. *Capoeira*. Salvador: Azougue. 2009.

¹³⁸ THOMPSON, *op. cit.*, nota 11, p.19.

crenças numa espécie de indiferença ou despreocupação sobre os estereótipos a seus praticantes atribuídos.

Ao longo da obra, em vários momentos a intervenção policial acontece de forma equivocada e invariavelmente fracassada diante da inteligência, agilidade, força e até hombridade do capoeira. Essa disputa de espaços entre essas duas categorias é outra característica marcante na história da capoeira.

A rua era seu lugar de vivência, com uma expressão maior para alguns sujeitos históricos que dela viviam. Ela se configura como um espaço de sociabilidade. Um local de trabalho, de lazer e de acertos de contas. As relações sociais advindas desse espaço público têm como característica fundamental a variedade de uso que se faz dele. O trabalhador do dia é o mesmo do lazer da noite, o arrimo de família pode ser o mesmo “arruaceiro” bêbado das sombras da cidade após as dezoito horas.

O mendigo ou “vadio” tem nas ruas um lugar de moradia e sobrevivência, as prostitutas tem nas esquinas um trabalho que lhe rende o pão de cada dia. Assim, o que para uns não passa de um lugar comum, para outros são a sua própria casa, o caminho que a vida lhe oferece.

A apropriação desses espaços, territorializando-os, ou seja, delimitando-os, impondo fronteiras e estabelecendo quem usava e as formas de uso, através da defesa destes por meio da força caso necessário, permitia a estes indivíduos uma condição de destaque no meio social, tanto em relação àquele do seu convívio, quanto ao outro. Assim, a rua se configurava como um espaço de sociabilidade¹³⁹.

Desse modo, adjetivar lugares e comportamentos perpassa, antes de tudo, pelo lugar de onde se está falando. As perguntas que deviam ser feitas são as seguintes: perigoso para quem? Violento para quem? Em uma entrevista com o senhor José Oliveira Santana, morador do bairro Conceição, afirma que havia mortes, mas, mesmo assim, era um bairro tranquilo, de ‘gente de bem’. Ele conta que

[...] num apagar de luzes. Você já sabia: ‘morreu fulano’ eu me lembro [...] quando acordei num dia de domingo cedo, ai a primeira

¹³⁹Como a ideia de Robert Moses Pechman, na qual a rua reafirma a solidariedade das camadas populares mais pobres e constrói um lugar de sobrevivência para esta. Ver PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, S (org.). *Imagens da Cidade*. São Paulo: Marco Zero, 1993, p. 29-33.

notícia que eu soube: mataram Roque! Aquele goleiro do Janizario. Ai eu corri, tava lá o Roque coitado esticado, morto.¹⁴⁰

A entrevistadora segue perguntando o motivo das mortes, ao que ele responde: “– Discussão, brigas. Muito cabaré naquele tempo, o pessoal começava a tomar uma daqui a pouco a festa começava, daqui a pouco o ‘pau quebrava”¹⁴¹. A entrevistadora continua: “era assim um ambiente bem pesado?” Resposta:” era”. E continua: “uma ambiente assim de gente de bem... de gente mesmo assim”¹⁴².

A fala desse morador deixa evidente que havia um convívio razoável entre os acontecimentos considerados violentos e as pessoas que frequentavam os lugares palco desses acontecimentos, a exemplo da sua narrativa acima.

Enfim, esse morador reconhecia que havia brigas, mas, entendia também que era um lugar de pessoas de bem, e o fato de sua proximidade com o local relativizava esse teor de violência, seja por uma questão da proximidade geográfica, seja por já ser algo corriqueiro em sua vida ou por ter amigos ou conhecidos naquele meio. Esse tipo de avaliação – do morador – é um contraponto aos argumentos dos jornais que afirmavam, sistematicamente, que só existia o violento e o reprovável, além de se imbuírem do poder de falar por pessoas que não compartilham do seu pensamento.

O parâmetro de comportamento estabelecido tanto dos jornais quanto para os capoeiras, ricos ou pobres, deixa evidente que Itabuna passava por um momento de remodelação também dos valores, já que bem ou mal a capoeira e alguns de seus valentões passavam a ser um pouco mais tolerados com o advento da academia. A academia de capoeira tentou domesticar o furor dos jovens ricos e mantê-los longe dos “antros” dos bairros pobres que só ofereciam “brigas, bebidas e prostitutas”.

O autor finalizou sua segunda obra, retomando falas da primeira, onde o personagem Zeca Capoeira se encontrou com seu Mestre Bimba e ambos se despediram. O Mestre Bimba estava de mudança para o estado de Goiás onde morreria anos mais tarde. Ele voltaria para Itabuna para trabalhar e seria transferido para cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo e lá o personagem

¹⁴⁰ CEDOC/UDESC. *Depoimento de José O. Santana*. 1995.

¹⁴¹ *Idem*.

¹⁴² *Idem*.

também morreria a tiros, de forma traiçoeira e covarde, numa roda de capoeira, desferidos por um capoeirista estranho aos seus alunos ricos e disciplinados.

Os textos literários aqui apresentados foram de suma importância para discutir o tema por mim proposto. Seus relatos se fundiram com relatos de outras fontes proporcionando um cruzamento de dados que permitiram as reflexões feitas acerca das questões dos capoeiras e valentões. Essas fontes ajudaram a preencher lacunas deixadas pelos jornais do período, e trouxeram o teor místico que a capoeira traz consigo através dos seus contos que narram histórias e encantam leitores.

3 COTIDIANO, CIVILIZAÇÃO E ORDEM PÚBLICA

O primeiro capítulo desta Dissertação iniciou-sei apresentando o Código de Posturas Municipal e suas exigências e questionando a forma pela qual grupos sociais são inseridos no contexto de violência e marginalidade estudado neste trabalho. Este capítulo discutirá o processo de marginalização que ocorreu a partir das ações cotidianas infligidas por representantes das instituições públicas como também indivíduos ligados a elas e responsáveis pela manutenção da ordem pública.

Existem variáveis que levaram determinados grupos a manifestarem certos comportamentos. Neste caso, me refiro aos grupos pertencentes a camadas sociais de baixa renda, alvo privilegiado das ações públicas e, dentro do processo de modernização de Itabuna, seria aquele que deveria se adequar às novas demandas sociais.

Uma nota no jornal *O Intransigente* de 1951, intitulada “Mais uma atrocidade da polícia” chama a atenção:

O fator principal de ordem é a educação. Não teremos ordem, paz, respeito sem educação. Os nossos policiais não são selecionados de forma tal, que possam eles, policiando, evitar centenas de barbaridades, por eles mesmos praticadas hoje.¹⁴³

Inicialmente, apesar do jornal, ceder espaço para denuncia, na forma como argumenta, é possível perceber a tentativa de minimizar o problema, apresentado como uma questão de falta de educação. Creio que seja uma questão mais grave, pois colocava em total discrepância com o que se pretende como uma atitude de um policial. Esse trecho por si é autoexplicativo. A relação dos policiais com a violência perpassa pela sua convivência com outras vozes como as relações com as autoridades e mesmo com aqueles que deveriam estar sob seus cuidados.

Em alguns momentos do texto, e de forma mais incisiva no Capítulo I foi abordado o envolvimento de policiais em atividades criminosas, desde tráfico de armas a isentar-se de agir diante de assassinatos. Essa postura denuncia um

¹⁴³CEDOC/UESC - *O Intransigente* 14 abr. 1951.

entreve a cerca da convivência social e suscita pensar sobre o que é chamado de educação.

A educação, neste momento, representava uma gama geral de conhecimentos para além da educação escolar formal, incluindo, ainda, valores morais que deveriam ser cultivados numa sociedade moderna. Portanto, estamos falando em nível de escolaridade ou de valores morais? É um problema de recrutamento ou de condições de trabalho?

Neste caso, o policial foi educado para se comportar assim, atendendo às necessidades dos coronéis e dos seus imediatos. Então a questão deveria ser, que tipo de educação estão recebendo os policiais que servem a esta sociedade? Quais valores os norteiam? Continuando com a notícia do *Intransigente* temos:

Veio até nós, o tropeiro Manuel Santana contar-nos sua história. O homem estava abatido fisicamente por uma tremenda surra que tomara, há dias, no lugar, “Roy”, Zona da Panelinha, município de Canavieiras. Estava parado nessa cidade quando recebeu e atendeu ao chamado de Celestino Oliveira, gerente de uma firma proprietária de fazendas agrícolas e negociante no Roy.¹⁴⁴

O convite para as funções na agricultura era muito comum a trabalhadores que se encontravam desempregado, especialmente numa zona agropecuária quando os serviços podem ser demandados de forma sazonal. O fato de Manuel dispor de sua mão de obra para o trabalho indicava uma expectativa de salário que pudesse sustentar a si e sua família, por isso a atitude de aceitar o emprego e sua disposição em se fixar na Fazenda S. Pedro e seus infortúnios também foram registradas nas páginas do periódico.

Levou sua mulher e um filho. Chegando na fazenda S. Pedro foi posto a morar num casebre junto a outra família. Viu, assim, que começara mal. Passaram-se alguns dias e nada de aparecer trabalho. Daqui levava mantimentos de boca que já se acabava e teve que recorrer ao barracão para comprar fiado, pelo preço do diabo.¹⁴⁵

Aqui aparece a complexa relação de trabalho nas fazendas. O proprietário das terras era quase o proprietário dos seus funcionários também, uma vez que estes deveriam estar à disposição de seus desmandes. O processo de

¹⁴⁴ *Idem.*

¹⁴⁵ *Idem.*

aprisionamento ia desde o baixo salário ao endividamento nos barracões que vendiam mantimentos e claro, propriedade do dono da fazenda.

O poder dispensado ao capataz da fazenda quase o fazia pensar que era o próprio fazendeiro retirando-se assim, da condição de empregado tanto quanto os demais que lidavam com a terra. Portanto, o fato do trabalhador buscar alternativa de sobrevivência representou uma afronta à situação estabelecida. Vejamos o desenrolar dos fatos:

Nesse ínterim, sai em procura de trabalho, pois o Celestino nunca mais aparecera e já eram passados muitos dias. Acolheu-o o fazendeiro Arquimedes. Começou a trabalhar com o novo patrão para sua manutenção e poder pagar \$60,00 de passagem desembolsada pelo Celestino e as despesas do barracão. Foi aí que o Celestino apareceu e o incriminou. O novo patrão lhe disse que tudo se acertava, pois estava o homem no trabalho e restituiria o dinheiro do débito.¹⁴⁶

Nesse trecho fica evidente a existência de outras possibilidades de trabalho, bem como outro tipo de patrão, mas o que estava em questão era a quebra de uma hierarquia onde favorecia ao fazendeiro que tinha desse funcionário a fidelidade e a este último, que usufruía de algumas regalias e da relação de poder para com os demais trabalhadores da fazenda.

O Sr. Arquimedes estava hierarquicamente em posição superior a Celestino, o mesmo se viu em uma situação de confronto ao ser demonstrado por Celestino que o mesmo havia “desviado” um trabalhador da Fazenda S. Pedro para a sua própria, causando certo desconforto ao Sr. Arquimedes. Neste momento está demonstrado que Celestino tratava o outro fazendeiro como se fosse o proprietário da Fazenda, pois havia incorporado o mando repassado a ele por seu patrão.

A saga de Manuel iria se estender mais um pouco diante dos problemas familiares que se abateu sobre ele, pois dias “depois, cai doente a mulher de Manoel e este leva-a (sic) até a estrada, numa rede, com alguns companheiros para trazer a esta cidade, tendo antes ido ao Roy comprar um remédio.”¹⁴⁷ Mais uma vez estaria Manuel quebrando a hierarquia ao desobedecer Celestino, mesmo que sob o argumento de uma urgência de saúde. Entretanto, naquele tipo de relação:

Celestino o viu. Chamou um soldado, mandou prendê-lo e espancá-lo. O soldado Antônio, como um bandido qualquer, usou uma taca

¹⁴⁶ *Idem.*

¹⁴⁷ *Idem.*

até deixá-la em farrapos. Manoel Santana gritava por socorro e não apareceu uma pessoa que o acudisse. Pelo contrário, acompanhava-o como um Judas, mandado que o soldado lhe batesse mais, que ele Celestino, pagaria bem pago ao soldado. Depois de moído de pancada foi solto e pôde voltar, se arrastando. Dias depois pôde trazer sua mulher, na rede, até a cidade, onde a deixou no Hospital Santa Cruz. Quem pode dar jeito nessas barbaridade?¹⁴⁸

Mais adiante fica explícito o poder de mando exercido por parte das pessoas ligadas às fazendas. Aqui, não se trata do proprietário, mas de um administrador que deu uma ordem a um policial e este cumpriu sem questionamentos, para resolver um problema de ordem pessoal, uma rixa adquirida por um infortúnio de um trabalhador e cuja vingança ultrapassava as relações de trabalho.

Dentre os atributos do mando está o poder pessoal dos fazendeiros, pois a sua ordem possuía uma conotação de lei, uma vez que seus funcionários eram seus prepostos e estavam autorizados a darem ordens aos seus funcionários e também aqueles servidores das instituições públicas como foi o caso do soldado que, sob as ordens de Celestino, protagonizou a sessão de espancamento contra Manuel.

Segundo José Murilo de Carvalho o mandonismo:

Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania.¹⁴⁹

Portanto a definição e a indicação de quem estava, ou não, em desacordo com a ordem estabelecida passavam pelo exercício do poder imediato. No caso, obedecia a uma hierarquia que começava com o fazendeiro e chegava ao trabalhador, no final do repasse da dominação local e, portanto, o elo mais frágil dessa corrente.

¹⁴⁸ *Idem.*

¹⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, vol. 40 n. 2 Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso em 8 abr. 2012.

Outro elemento que aparece na denúncia foi a exploração comercial sofrida pelo trabalhador. O preço exorbitante dos barracões (mercearias pertencentes aos proprietários de fazendas) fazia-os reféns destas propriedades, ou melhor, dos proprietários, uma vez que seu salário era baixo e eles passavam até vidas inteiras devendo esses barracões, o que obrigavam a trabalhar quase de graça, em troca apenas da pouca comida. A listagem de produtos nos barracões era ínfima, devendo, inclusive, ser consumido apenas o que estava disponível e selecionado pelo fazendeiro e seus prepostos, numa evidente ação de controle sobre a vida doméstica dos trabalhadores.

O caso de Manuel é emblemático de um processo completo, onde além de trabalhar apenas para comer, ele ainda foi acusado, acuado, espancado e humilhado em lugar público, por um soldado, representante da lei, que naquele momento representava a força do proprietário na pessoa de um administrador de fazendas.

Apesar dos envolvidos no caso se tratarem de pessoas que fazem parte de um mesmo nicho de trabalho, ou seja, tanto o tropeiro, quanto o soldado e o administrador, o que os coloca num mesmo universo de classe são os poderes que cada um detém ou representa naquele momento os diferencia.

A situação descrita se aproxima um pouco do que Thompson tratou sobre consciência social por meio de *congruências*, que é entendido como “regras ‘necessárias’, expectativas e valores segundo os quais as pessoas *vivem* relações produtivas particulares. Não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o *status quo*.”¹⁵⁰

O tropeiro buscou alternativa de trabalho por achar desvantajosa sua situação inicial, isto é, sem ocupação remunerada, necessitando, portanto, de uma estratégia de sobrevivência. O soldado por sua vez, cumpriu ordens de alguém que teoricamente não seria seu superior direto, mas, na prática, naquele momento o era, ainda que fosse apenas pelo dinheiro que o administrador lhe oferecia ou por quem ele representava.

A resposta veio dias depois, veiculada no mesmo jornal, sob o título “Rebatendo uma calúnia”:

¹⁵⁰THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001. p. 262.

Lendo “O intransigente”, editado no dia 14 do corrente, uma nota intitulada “Mais uma atrocidade policial”, na qual minha pessoa foi atacada escandalosamente, venho por intermédio deste mesmo órgão, rebater as acusações que me foram assacadas, desmentindo o que há de anormal na referida nota e, por conseguinte, esclarecer a verdade.¹⁵¹

Esta fala pertence ao capataz, mandante da agressão física sofrida pelo tropeiro Manoel Santana. Aqui teremos o contraponto da história. Acompanhar o desenrolar de um episódio através das notícias dos jornais é um privilégio, pois nos permite observar lados opostos, argumentando que se configura como uma oportunidade de fazer uma leitura próxima daquela realidade social em seus vários aspectos. Continuando:

Evidentemente, o tropeiro Manoel Santana (nome este que ele não me deu), encontrou-se com ele na cidade de Itabuna, dizendo-me ser um chefe de família e se encontrar sem trabalho. Fiz-lhe um convite para trabalhar na fazenda que eu administro o que ele aceitou. Paguei seu transporte da cidade de Itabuna para o Roy (localidade onde sou comerciante), pois o mesmo se encontrava em situação financeira verdadeiramente difícil.¹⁵²

A primeira controvérsia é acerca de como aconteceu a contratação, na versão do senhor Manoel, ele foi convidado a trabalhar; aqui, na versão do “gerente” da fazenda Manoel é quem lhe procura para pedir-lhe emprego. Ainda que a versão verdadeira seja do “gerente”, isso não lhe dá o direito de humilhar, nem explorar quem quer que seja.

Ao chegarmos ao Roy a sua senhora começa a sofrer forte dor de dente e eu tenho o cuidado de levá-la ao dentista para fazer a extração, minorando-lhe, assim, o sofrimento. Evitei que Manoel Santana fosse logo à fazenda, em virtude do estado de saúde da esposa. Dei-lhe tudo quanto precisava em relação a manutenção.¹⁵³

Quanto à benevolência adotada pelo empregador para com a esposa do empregado, tal opção foi de sua livre escolha não devendo fazer parte do contrato de trabalho e não pode se configurar como dívida para o dito favorecido. O trecho onde ele afirma: “dei-lhe tudo quanto precisava em relação a manutenção” está em desacordo com o que ele mesmo mais adiante neste depoimento vai reclamar como

¹⁵¹ CEDOC/UESC - *O Intransigente* 20 abr. 1951.

¹⁵² *Idem.*

¹⁵³ *Idem.*

direito à “restituição”, então ele não deu, ao contrário, tentou aprisionar o cidadão aos seus serviços por força da necessidade básica de se manter, endividando-se no seu estabelecimento comercial. Ele prossegue:

Afinal, lá se foi o homem à fazenda, levando uma carta minha para que o empreiteiro lhe entregasse a tropa. Enquanto estava confiado que ele se encontrava à frente do trabalho, recebo a notícia de que ele, Manoel Santana, havia se transferido para a fazenda em que o Sr. Arquimedes é administrador e não proprietário, conforme diz a nota. E, note-se que ele não prestou satisfação alguma. Decorridos alguns dias, ele aparece no Roy. Desembolsado como fui, natural que procurasse providências que viessem ao menos garantir a restituição do meu dinheiro.¹⁵⁴

Merece uma discussão mais acurada o fato de alguém necessitado de um emprego, sem dinheiro nem para comer, como foi tido por ambos os lados, esteja com uma carta de referência para trabalhar e simplesmente a ignora preferindo ficar se endividando. Nesse trecho também há a desqualificação do Sr. Arquimedes como não proprietário da Fazenda, mas como igual e, mesmo assim, o Celestino o tratou como um inferior, demonstrando haver, dentro de um mesmo grupo de trabalhadores uma hierarquia que poderia ser dada pelo tamanho da fazenda administrada ou pela riqueza do seu proprietário.

Ao que parece é que o trabalhador foi induzido a uma situação onde mais tarde teria que se submeter a qualquer que fosse as condições de trabalho oferecidas em função do seu comprometimento com as contas no estabelecimento do empregador. A nota se estende mais para tratar da ação do soldado e adiante explica:

O soldado Antônio, e não um bandido qualquer como disse na “nota”, intimou-o a comparecer a sub-delegacia. E qual não foi a sua surpresa quando o homenzinho respondeu-lhe asperamente que não ia, pois não tinha satisfação a prestar e era senhor absoluto de seus atos. Por mais que o soldado garantisse que não ia prendê-lo, (pois não havia razão) o homem interpretava diferente. Afinal, depois de muito jeito e com a intervenção de terceiros, conseguiu o soldado levá-lo à sub-delegacia, afim de que o mesmo prestasse um esclarecimento em torno da queixa que eu havia dado. O homem mau na expressão da palavra, tantas grosserias fez ao soldado que este foi obrigado a prendê-lo sem espancamento e sem menor atrocidade.¹⁵⁵

¹⁵⁴ *Idem.*

¹⁵⁵ *Idem.*

Evidente que é a intenção é manter a própria imagem e a imagem do soldado a salvo de qualquer situação que pudesse maculá-las. Apesar do comerciante e soldados não estarem atentos ao fato de não poderem obrigar, o “homenzinho”, como o uso da força a comparecer onde quer que fosse. O tropeiro é desqualificado através do chamamento “homenzinho” e identificado como “homem mau” como forma de recorrer a moralidade corrente para encontrar apoio às atitudes tomadas pelo soldado no cumprimento do seu dever.

O hábito à truculência era tão aparente que mesmo ao publicar sua defesa, confessa que usou de postura arbitrária na condução do senhor Manoel à delegacia. Porém, ele continua:

Eis aí, leitores de “O Intransigente”, a verdade da história. O que houve no Roy com o Sr. Manoel Santana em presença de várias pessoas. Quanto ao estado de sua senhora, nada tenho com isso. Se ela se acha no Hospital a mim não cabe responsabilidade alguma. Quero apenas defender-me das calúnias e injúrias que me foram dirigidas por um homem que não foi grato ao que lhe fiz, e defender mais ainda, o soldado Antônio, que não usou taca, pau ou outro qualquer instrumento para espancá-lo. Isso eu digo de cabeça erguida, bem alto e em bom som, porque tenho a consciência tranquila assim como tem o soldado.¹⁵⁶

A primeira versão se aproxima mais da realidade vivida na região naquele período, porque no ato da descrição o redator já observa que o tropeiro estava muito machucado, como já demonstrando nas condições em que ficou o garçom do Pérgola em situação anteriormente relatada no primeiro capítulo.

Chama a atenção o teor da carta do Celestino, onde em um texto estruturado vai rebatendo as acusações passo a passo, com uma preocupação em desqualificar tanto o agredido como as informações publicadas no jornal. A pena do Celestino apresenta-se bem lustrada dando a entender que a mácula ficara para si e para o soldado, ambos representantes dos poderes existentes na região e que deveria ser dirimida qualquer dúvida em relação aos fatos.

Para Manuel, diante das suas necessidades materiais este não teria muitas razões, senão as apresentadas por ele, para criar uma situação desfavorável para si mesmo, pois aqueles fatos poderiam depor contra ele e causar-lhe mais problemas

¹⁵⁶ *Idem.*

do que a desonra e a violência sofrida, como uma perseguição a si e a sua família, o impedindo de trabalhar e manter-se honestamente naquela localidade.

Pelo observado, ao final, o tropeiro ficou surrado, o soldado manteve-se empregado e o administrador continuou exercendo suas funções, sem qualquer prejuízo para os agressores. O que importa neste caso é perceber de que forma essas contendas cotidianas transformam um indivíduo num marginal com passagem pela polícia.

A autoridade da resposta veio imbuída de um poder que salvaguardava, não apenas sua pessoa, mas a do soldado também. Esse tipo de relação neste período era bem comum e transformavam o cotidiano de pessoas menos favorecidas e sem apadrinhamentos em verdadeiros pesadelos. Muitas vezes, esses últimos se insurgiam pela necessidade de sobrevivência e não por mero desacato como tentou deixar transparecer a versão contada pelo gerente da fazenda.

A preocupação com a conduta humana, de uma forma geral, era encontrada nas crônicas publicadas nos jornais de circulação na região. A preocupação com a civilidade e com o adestramento do comportamento humano, às vezes soava em tom de desabafo, um pensar alto, quase desesperada em ver uma desejada ordem vingar ou se estabelecer.

A crise entre o progresso a violência remetia a reflexões sobre as vantagens e desvantagens desse processo de modernização. Eram novidades que chegavam para ficar, dentre eles os exemplos de cidadania vindos de longe, que deveriam ser referências positivas, acabavam levantando dúvidas sobre qual progresso se queira para cidade.

Os Estados Unidos da América se configuravam como baluarte da civilidade e, ao mesmo tempo, da delinquência:

li há pouco, sobre a desgraça que acomete a mocidade americana. Raça aprimorada, civilizada, que atingiu o cume do progresso humano, deveria ser, também, um povo moral e espiritualmente sadio. Quero dizer, um povo que desse poucos delinquentes. Ficaria os crimes para os bugres, como nós.¹⁵⁷

A comparação com os Estados Unidos acontecia por ser este país um referencial no modelo de civilização ocidental, ainda mais em um Brasil que se

¹⁵⁷APMIJD. *Diário de Itabuna*, 18 dez. 1958.

encontrava sob sua órbita de influência economia e que a economia regional estava vinculada ao mercado internacional. Tal situação os aproximava cada vez mais ao modelo de sociedade propagada pelo “sonho americano”.

O que é salutar é a observação de que progresso e paz não andam, necessariamente, de mãos dadas. Natural, porque não há como atender as necessidades de todos, primeiro que o modelo é de um sistema capitalista sendo absolutamente necessário que haja uma discrepância de renda para que este se mantenha. Isso por se só já explica os conflitos que são inerentes a este sistema.

Mas, que é incrível é que a civilização possa fomentar o crime, as excitações doentias, os paroxismos das massas. E quando isso acontece com sua mocidade, é terrível. [...] não são poucos os jovens que enveredam pelo crime. A percentagem estatística assusta a autoridades, os representantes do povo bradam no parlamento. A mocidade está se perdendo, está criando problemas que parecem insolúveis, mesmo àquela gente dinâmica da Norte America e seu governo bem aparelhado.¹⁵⁸

Há, ainda, uma constatação que dinheiro não compra uma conduta de respeito à vida humana, ao contrário, dão a alguns que o possui a ilusão de poder exercer sua vontade acima de qualquer coisa. A nota continua:

Assaltos, latrocínios, vindictas, planos diabólicos de extermínio em massa, são cousas triviais no país onde existe a pena de morte para tais crimes. Daí concluir-se que a ameaça da pena de morte em nada tem influído na grande democracia. Em nome da lei se mata, mas o crime continua desafiando a lei. O pior é o exemplo que nos dá.¹⁵⁹

A criminalidade deixava de ser um problema dos não civilizados e dos pobres para permear toda a sociedade e mesmo a Justiça utilizando-se de penas capitais não significava que os crimes seriam reduzidos. A crença em que a pena de morte reduziria a criminalidade se faz pauta de discussão entre os juristas brasileiros, mas não encontrou guarida diante de um país com tamanha dimensão e discrepâncias regionais. O problema já se configurava no Rio de Janeiro, cidade muito admirada pelos itabunenses, não só por ser a capital do Brasil, mas por representar a almejada civilização.

Já estamos vendo essa infiltração maligna na capital da republica, com a organização dos perigosos bandos que intranquilizam sua

¹⁵⁸ *Idem.*

¹⁵⁹ *Idem.*

população. Encontra ainda uma política desorganizada, incapacitada, o que os alenta a maiores progressos.¹⁶⁰

Essa preocupação com o progresso e a delinquência dividiu a elite itabunense. Esse conflito interclasse possibilitou que interesses de outros grupos sociais tivessem visibilidade e até apoio das autoridades em certos momentos. Esses conflitos marcaram uma dinâmica social complexa, permeada de relações paradoxais. Nessa disputa de espaço, que clamava por uma civilidade para cidade, associava esse progresso e civilidade a um aumento de delinquência deixou Itabuna dos anos de 1950, o que deixou a cidade apenas na vontade de “civilização”.

A dúvida sobre o que seria melhor para Itabuna, numa disputa de poder pela elite local proporcionou ganhos àqueles que montavam estratégias de sobrevivência e que se relacionavam com essa elite. Esses conflitos registrados nos periódicos citados tiveram sua base plantada nas divergências de interesses que governavam Itabuna naquele período.

Afinal é necessário pensar qual referencia de progresso e civilização era pleiteado. Essa discordância era positiva porque em função dela ou através dela, foi possível estabelecer experiências coletivas e individuais significativas para seus cidadãos.

Tais conflitos criaram espaço também para relativizar os conceitos de benfeitorias advindas desta civilização. Nos conflitos estabeleceram-se novos padrões de comportamento que dialogavam entre si, ajustando-se e convivendo com suas diferenças. Significava espaços conquistados por aqueles que, muitas vezes, só podiam lutar do lado de fora da lei ou do legitimado pela classe detentora do poder.

A seguir, a crônica faz uma reflexão sobre o analfabetismo e o alfabetizado, recorre à figura do índio, emblema de brasilidade para pensar como esse processo interfere no cotidiano das pessoas. No caso em estudo, como um individuo se torna um criminoso, não por sua índole, mas por estar fora de um padrão pré-estabelecido ou por não estar adequadamente informado:

Precisamos alfabetizar o Brasil. Os males que sofremos são oriundos, 90% da nossa falta de conhecimentos. Uma nação morta, que se deixa levar para as aventuras, porque não tem consciência de sua responsabilidade. Uma elite dirige para a massa disforme, sem

¹⁶⁰ *Idem.*

liga para a formação de uma consciência. Esta é a necessidade nacional.¹⁶¹

Certamente é muito acertada a afirmativa de que o país precise ser alfabetizado. Este é um passo importante para o aumento da criticidade e o cronista percebeu essa situação.

Mas, há quem diga, e com muita razão que o alfabetizado sofre mais. E sofre mesmo, num país em formação como o nosso. Ele é chamado a contribuir com sua ajuda, o arcar com o peso da incompreensão dos analfabetos. Ele sabe que muita coisa está errada, que a tarefa é grande para se construir uma nação.¹⁶²

O acesso a leituras diversas que apresentem pontos de vistas diferentes alarga a visão abrindo um leque de possibilidades acerca da formação de um pensamento implicando na conduta daquele indivíduo no seu cotidiano. A prática da leitura e a ampliação do pensamento contribuiriam para a construção de um Brasil desenvolvido e civilizado, muito de acordo com o pensamento de Juscelino Kubitschek. Era o momento de dar um “salto em direção ao futuro” e esse salto, segundo o cronista, passava pela alfabetização da população.

Até um povo amadurecer, muitos heróis tomaram, no anonimato, muita luta foi terçada, muitos combates feridos. Todo homem que pensa sofre. Sofre por si, sofre pelos outros, revolta-se contra a impotência ou contra a prepotência.¹⁶³

Desde a Revolução de 30 que a educação brasileira se tornou foco de discussão entre os intelectuais e educadores, resultando no movimento da Escola Nova. Tais discussões adentraram o Brasil afora e aliada à crítica ao coronelismo¹⁶⁴ e ao mandonismo local, estimulou o desejo de disseminação de uma educação, sustentada na alfabetização como um ideal para um Brasil grande.¹⁶⁵

As constituições brasileiras da década de 30 e a de 46-7 tiveram a educação como um de seu marcos e o controle do Estado sobre ela, demanda a adequação das demandas sociais aos propósitos do Estado. Além da legislação constitucional,

¹⁶¹APMIJD. *Diário de Itabuna*, 01 mar. 1958.

¹⁶²*Idem.*

¹⁶³*Idem.*

¹⁶⁴FALCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: UFBA/Ianama, 1995.

¹⁶⁵Sobre a educação no período em estudo ver: VIEIRA, S. L. e FREITAS, I. M. S. de. *Política Educacional no Brasil*. Brasília: Plano, 2003; SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de & EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

muitas normas foram editadas no sentido de ordenar o ensino no país. A década que antecede nosso estudo conheceu uma série de reformas que buscavam dar uma nova feição ao Brasil educado¹⁶⁶ resultando numa melhora dos indicadores educacionais na chamada Era Vargas.

Certamente que tal cenário de transformação havia chegado à região do cacau, onde era necessário mudar a realidade do analfabetismo entre os mais pobres, especialmente no campo. O discurso da educação como saída para o desenvolvimento do Brasil amparava-se numa conjuntura de salto econômico, representado pelo crescimento dos setores produtivos dominados pelo capital privado em patamar superior ao das empresas estatais.

Na década de 50 os baianos Anísio Teixeira e Clemente Mariani foram destaque no cenário nacional. O primeiro por suas propostas educacionais e, o segundo, à frente do Ministério da Educação e Cultura. Tais proeminências certamente influenciaram na disseminação de uma política para a educação e culminou no segundo manifesto dos educadores em 1959.

Todavia, tão importante quanto à alfabetização seja a postura desse indivíduo perante as suas relações sociais, onde saber ler era também conhecer as leis e seus direitos, mesmo que isso não significasse exercer esses direitos em sua plenitude, visto que as instâncias de poder estavam em mãos de pessoas pouco habilitadas para tanto como era o caso dos soldados que atuavam na cidade de Itabuna naquele momento e protagonizavam situações de pouca civilidade como já relatado nesse trabalho.

No entanto, ao que parece os governantes da cidade não eram iletrados. O mesmo deveria acontecer em relação aos grandes proprietários de fazendas, ou ainda que o fossem, certamente eram assessorados por quem detivessem conhecimentos escolares mínimos e, ainda assim, não seria o suficiente para tivéssemos uma sociedade harmônica e livre de desmandes, ao contrário, muitos destes eram promovidos por pessoas que eram alfabetizadas e ocupavam lugar de destaque social. Mas, continuando:

¹⁶⁶Legislação sobre ensino: Decreto-Lei n. 4.073 de janeiro de 1942; Decreto-Lei n. 4.244 de abril de 1942; Decreto-Lei n. 46.141 de dezembro de 1943; Decreto-lei 4.048, de janeiro de 1942; Decreto-Lei n. 8.529 de janeiro de 1946; Decreto-Lei n. 8.529 de janeiro de 1946; Decreto-Lei n. 9.623 de agosto de 1946; Decretos-leis 8.621 e 8.622 de janeiro de 1946.

Há uma luta íntima, em cada cidadão, procurando uma saída para si, um respiradouro para nação asfixiada por tantos compromissos debatendo-se com tantos problemas. Vejamos, agora, a influência da alfabetização, que não terminou sua missão, que não se completou com a educação. Um pobre índio, de tribo tão distante da civilização, foi trazido à cidade e alfabetizado. Sabendo ler, o índio, cujo nome não gravamos teve necessidade de leitura e lançou mão de uma revista, na Central do Brasil, sendo imediatamente preso como ladrão... Saiu da pureza da terra virgem para ser chamado de ladrão, na terra dos civilizados. Não lhe ensinaram mais nada senão o abc, a soletração, a fusão das sílabas para a formação de nomes. Estava o índio alfabetizado, mas não lhe disseram das normas dos civilizados, das nossas leis e dos nossos costumes. E o índio pensou que podia apanhar uma revista na banca de jornais e sair lendo. Eis aí, que não apenas de instrução, mas de educação estão precisando nossos irmãos.¹⁶⁷

O apelo à educação bradado por esses periódicos, desde a primeira matéria desde capítulo até esta crônica, significa que por mais escamoteadas que estivessem os interesses da elite local, por entre essas linhas emergem as experiências dos sujeitos históricos oriundos de uma classe social de baixa renda e que foram a maior responsável por suscitar essas expressões de preocupação acerca da condição humana.

Assim, esses marginais do sistema capitalista que seriam vítimas, mas acabaram protagonizando papéis importantes, como promotores de mudanças da ordem social. Acabam vitoriosos de uma luta explícita e, por vezes, velada, por suas emancipações.

A noção de educar é a de condicionar um comportamento. Ainda que este condicionamento seja algo pleiteado por uma elite, o que importa é que essa precisa se movimentar de acordo com a demanda dos seus diferentes. Não há meio de subjugação sem uma reação alarmante por parte daqueles que são considerados estorvos sociais por estarem em desacordo com o que seria “legalmente” correto.

Dessa controvérsia, nasce a oportunidade de vislumbrar conceitos diferentes que tentem compreender as particularidades de que uma sociedade é fruto, não no sentido de esgotar o pensamento sobre, mas de abrir leques de possibilidades para se pensar de uma forma menos preconceituosa e determinista.

¹⁶⁷APMIJD. *Diário de Itabuna*, 01 mar. 1958.

Neste caso, do índio o *costume*¹⁶⁸, de se comportar de tal forma, não tendo nos seus arcabouços de conhecimento aquela atitude enquanto um delito, fez com que agisse com naturalidade, sem qualquer noção das consequências. Nesta situação ele foi preso, mas serviu para promover uma discussão acerca do convívio social, das regras e valores de uma sociedade. O *costume* adquiria força de lei, pois na ausência de uma lei ou de outra qualquer que lhe faça analogia, é no costume que se recorre para resolver conflitos sociais.

Mais adiante a discussão sobre os “fora da lei” evolui para uma questão patológica, vejamos.

Segundo a endocrinologia e a patologia, cada um de nós é rixento ou pacífico, irascível ou calmo, valente ou covarde, cruel ou bondoso, etc., de acordo com a nossa compleição material. A psicanálise, por sua vez, nos ensina que o estado das glândulas endócrinas e do nosso organismo em geral é o resultado dos nossos desejos, embora há muito tempo cessados por terem sido reconhecidos por nós (a Alma) como indignos e prejudiciais. Mas afirma também que temos o poder de modificar o funcionamento de nossos órgãos, transmutando assim as qualidades indesejáveis.¹⁶⁹

O cronista recorreu à voz da autoridade da ciência para buscar explicações para os problemas de violência e a criminalidade que assombravam Itabuna naquele momento. Para o público leitor, muitas vezes, com pouco acesso às discussões especializadas, o cronista estava disseminando uma informação precisa e confiável, levando-o a pensar a partir daquele raciocínio e creditando às questões biológicas os crimes que assolavam a cidade.

Ele demonstrava uma preocupação com o Direito Penal e suas escolas ao incluir diversas discussões em sua matéria jornalista.

É, pois, o crime, em última análise, uma questão de ignorância e têm-se visto criminosos, sob a ação de uma forte e sábia sugestão, modificarem completamente as suas condutas, modificando assim o organismo. Reconhecendo a ciência o grande princípio universal da causalidade no que se refere às nossas ações, não se compreende como a sociedade une métodos tão bárbaros com reação aos criminosos. Até o século passado, era atenuado o crime da sociedade (não nos esqueçamos que fazemos parte dessa sociedade), devido à sua ignorância (a Ignorância não justifica), mas agora, com as luzes do século XX, não há mais nada que desculpe o nosso procedimento para com os criminosos.¹⁷⁰

¹⁶⁸Sobre costumes ver THOMPSON. *op. cit.*, nota 11.

¹⁶⁹APMIJD. *Diário de Itabuna*, 25 fev. 1958.

¹⁷⁰*Idem.*

Nesse primeiro momento ele recorreu a Escola Técnica Jurídica, aquela considerada uma reação à Escola Positiva no sentido de contestar a forma de utilização do método positivo aos estudos jurídicos penais. A marca do pensamento dessa escola foi a palestra de Arturo Rocco, em 1905, na Itália, onde esse jurista expôs os problemas do método positivo e trouxe para o centro da discussão o crime, como fenômeno jurídico, apontando o Direito como uma ciência normativa, cujo método é o lógico abstrato, o que contribuiu para dar nome à Escola. De acordo com Bitencourt: suas principais características foram as seguintes:

- a) O delito é pura relação jurídica, de conteúdo individual e social;
- b) a pena constitui uma reação e uma consequência do crime (tutela jurídica), com função preventiva geral e especial, aplicável aos imputáveis; c) a medida de segurança preventiva – deve ser aplicável aos inimputáveis; d) responsabilidade moral (vontade livre); e) método técnico-jurídico; e f) recusa o emprego da filosofia no campo penal.¹⁷¹

Desta forma, é compreensível que os elementos indicados pelo cronista possam ser identificados no pensamento da escola mencionada. Entretanto, ele não se furtou se continuar sua análise apelando para outros postulados do Direito Penal como uma forma de situar a discussão sobre a questão da violência e ampliar o escopo de sua análise.

Em lugar de tratarmos os criminosos como doentes, o que na verdade são, aproveitando os métodos aconselhados pela psicanálise, os condenamos a viverem uma vida anti-biológica e miserável (sem falarmos dos lugares de vingança e tortura extrema que quase todas as nações do mundo possuem), ou então os assassinamos friamente, em nome da lei. Na verdade, um doente não é culpado do estado, porque violou as leis naturais e morais, devido à sua ignorância (a ignorância não justifica) que não lhe permite conhecer o que ele é, e o que pode, mas a razão nos manda tratá-lo com humanidade e não com métodos vingativos, cruéis e cômodos que usamos.¹⁷²

O apelo para a defesa do tratamento justo ao criminoso encontra respaldo na Teoria da Defesa Social, esta tem suas origens na filosofia grega e no Direito Canônico medieval, mas somente no final do século XIX, sob a égide do positivismo é que surgiram seus primeiros defensores como Adolphe Prins. Com a criação do

¹⁷¹PRADO, Luiz Régis e BITENCOURT, Cezar Roberto. *Elementos de Direito Penal*. Parte Geral. São Paulo: RT, 1995. Vol. 1. p. 36.

¹⁷²APMIJD. *Diário de Itabuna*, 25 fev. 1958.

Centro Internacional de Estudos de Defesa Social, em 1945, na Itália do pós-guerra, por Felipe Gramatica é que essa teoria se fortaleceu e apresentou sua proposta de substituição do Direito Penal por um “direito de defesa social”, que objetivava a adaptação do indivíduo à sociedade.

Marc Anal com a publicação da obra “A nova defesa social” (1954) definiu a teoria como uma doutrina de caráter humanista que buscava a proteção social contra o crime. Os postulados dessa teoria podem ser sistematizados nos seguintes princípios: filosofia humanista, análise crítica do sistema vigente e valorização das ciências humanas. Esses princípios implicam em uma preocupação com o criminoso e com a sociedade em que estavam inseridos, afastando do crime como cerne do objeto do Direito Penal.

O cronista foi mais adiante na busca pelo futuro a ser dado ao criminoso, após a sua condenação, demonstrando a sua crença a recuperação do ser humano. Vejamos, então:

Vibremos, pois, os nossos pensamentos, desejando ardentemente que cada cadeia (casa de correção) seja transformada em um hospital e escola, ajudando assim, a humanidade a livrar-se de seu pesado karma, e não nos esqueçamos que nós fazemos parte desta humanidade.¹⁷³

De início fica explícita a articulação do pensamento do cronista com o estudo das escolas penais. Nesse momento se destaca do pensamento da Escola Correçõesista, fundada em 1839, quando Karl Roder apresentou na Alemanha, a obra “Comentatio an poena malum esse debeat”, a partir do pensamento filosófico de Kaue, também alemão e representante do Movimento do Idealismo Romântico. Para essa escola a pena possui como fim único a correção ou emenda do delinquente, pois este seria um ser anormal, constituindo-se em um perigo a sociedade. Tal entendimento vê a pena como um bem ao sujeito e ao mesmo tempo a sociedade, pois evitaria a quebra da vida jurídica.

Nessa escola o papel do Estado teve suas funções bem definidas, devendo essa instituição atuar de duas formas: na restrição da liberdade do indivíduo como forma de afastá-lo dos “estímulos delitivos” e corrigir a sua vontade delituosa. Desta

¹⁷³ *Idem.*

forma, é possível compreender o próprio nome da Escola, pois a Justiça apresenta-se como um instrumento de promoção da higiene social.

A matéria faz um apelo à forma de tratamento aos criminosos, fazendo uma relação do seu comportamento com seu estado de saúde, sugerindo que o primeiro implica no segundo. *Karma* ou não, estamos diante de uma visão atenuante para os ditos criminosos. Pelo teor da matéria, estava se referindo a pessoas que tendem a uma modificação de comportamento, mas que talvez não sejam tão perigosas assim. Esse grupo ao qual essa matéria se refere preenche o perfil daqueles que muitas vezes são injustiçados ou levados ao delito por forças das circunstâncias.

Em um processo crime¹⁷⁴, o réu José Conceição, vulgo Arara, se enquadra um pouco na condição citada. Trata-se de um pedido de revisão do processo, no tocante à sua prisão que teria sido efetuado em descumprimento da lei. O primeiro argumento é que no momento de sua prisão ele não tinha 18 anos de idade (neste momento da petição com 22 anos de idade) o que iria de encontro ao artigo 23 do Código Penal: “os menores de 18 anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.”¹⁷⁵

Desembargadores, o peticionário ao ser processado e condenado era menor de 18 anos como reconheceu a própria sentença condenatória, pois nasceu a 8 de dezembro de 1928. A condenação do peticionário foi contrária ao texto expresso da lei penal e à evidência dos autos. Pelo exposto, o peticionário confia nas providências que o Egrégio Tribunal de Apelação tomará no seu caso.

Penitenciária do Estado 17- 6 – 948.
José Conceição¹⁷⁶

A petição foi redigida pelo próprio réu numa demonstração de consciência de sua situação. Infrator ou não, foi penalizado ilegalmente, o que, no decorrer do processo, levará à compreensão que essa atitude ilegal por parte do Estado agravou sua condição de convivência social. O relatório segue informando,

Que a perigosidade de José Conceição ainda permanece, não obstante ainda atravessar o mesmo, no momento, um período de calma, esclarecendo que o requerente estivera recolhido ao hospital Juliano Moreira, de onde fugiu para a penitenciária. Os Drs. Gilberto Figueiredo, respectivamente, médico e chefe da Secção Penal do

¹⁷⁴ CEDOC/UESC. Processo crime, nº170.

¹⁷⁵ *Idem*, f. 03

¹⁷⁶ *Idem*, f. 05.

referido presídio, informara que “Arara” está respondendo a inquérito policial por haver ferido a um companheiro.¹⁷⁷

O réu fugiu de uma instituição médica direcionada para cuidados psiquiátricos, o Juliano Moreira. O Hospital Juliano Moreira passava, já há alguns anos por problemas de infraestrutura física e de funcionamento, sendo considerado um espaço inadequado ao atendimento especializado aos pacientes encaminhados pelo Poder Judiciário. A presença de José Conceição entre seus pacientes e a sua fuga não seria novidade para a sua direção, visto que os pacientes que se livres perambulavam por suas imediações e causavam transtornos nas vizinhanças.

Como explicar que alguém que redigiu com o próprio punho sua petição de soltura seja tão comprometido mentalmente para não ter a clareza de sua atitude? Em primeiro lugar, o tratamento dispensado neste Hospital deve ser tão hostil ao ponto dele preferir a reclusão penitenciária; em segundo lugar, talvez ele já tivesse em mente, que era mais vantajoso sair pela porta da frente através da revisão de seu processo do que tornar-se um fugitivo. Essa atitude demonstra confiança no sucesso de sua empreitada. A seguir, um pouco da história de “Arára” descrita num parecer jurídico:

José Conceição, vulgo Arára, é um individuo que atualmente abeira-se dos 22 anos de idade [...] com estatura acima do normal, muito vivo, e ao que parece, irrequieto. Antes dos doze anos de idade era senhor absoluto das ruas desta capital, para onde veio, após a morte do seu pai, na cidade de Valença. Informou José Conceição às autoridades, que seu pai, Manoel Justiniano de Santana padecia de uma doença mental e nesse estado insano morreu. Aqui, na capital, em companhia de sua mãe Helenita dos Santos, residiu no Alto da Sereia, Rio Vermelho,⁴⁵ aonde ainda ela mora, em estado de quase permanente loucura [...]¹⁷⁸

A desestruturação da família de José Conceição é um dos elementos citados no parecer, como uma forma de compor o perfil psicológico do indivíduo e, de alguma forma, sensibilizar a autoridade judicial quanto ao pedido interposto pelo Requerente.

As condições nas quais, José Conceição, atravessou a infância e adolescência, com privações financeiras e sem o amparo psicológico necessário para um bom desenvolvimento do indivíduo em seus vários aspectos, precisando

¹⁷⁷ *Idem*, f. 09

¹⁷⁸ *Idem*, f. 16

este se impor sozinho diante das demandas que a vida lhe oferecia, tornam, trajetórias de vidas como a sua, situação corriqueira registradas nos inquéritos policiais. Em seguida, traz um relato detalhado da sua trajetória em Itabuna.

Ainda sem ter completada a segunda infância, “Arára” dominava todas as situações de vagabundagem e malandrice. Nunca mais se encontrou com sua mãe. Depois de adestrado na técnica do crime contra a propriedade ou melhor, contra o patrimônio, procurou a cidade de Ilhéus para agir. Fácil é se compreender a incursão desse jovem rebelde nas cidades daquela região. Itabuna foi pra ele um campo proveitoso à sua capacidade delitual. [...] Em companhia de outros detidos, “Arára” fugiu da cadeia de Itabuna. E agiu criminosamente contra o patrimônio alheio em Vitória da Conquista. Foi recapturado em Ilhéus e recambiado para Itabuna, de onde veio para esta capital com a carta de guia, contendo o despacho detentivo da sua liberdade e no qual o Juiz recomenda que “Arara” deve ficar em seção especial da penitenciária.¹⁷⁹

Após esse breve histórico sobre a vida deste sujeito é possível compreender o parecer advindo do Estado sobre a conduta de José da Conceição, demonstrando a crença de que o meio havia formado o indivíduo e o havia levado a vagabundagem e a circulação entre as duas maiores cidades da região para a execução de seus crimes. A justificativa para o Estado estava bem fundamentada, o que esse mesmo Estado esqueceu é que ele deveria ter dado o amparo que José da Conceição precisava e não pôde obter de seus familiares. Em seguida, chama atenção à discussão sobre o perfil jurídico moral e psicológico do réu.

Para a penitenciária entrou “Arara” no dia 30 de maio de 1946. O meio coletivo que se limita por aquelas pesadas muralhas, que parecem impedir apenas a ouvida do borborinho produzido cá fora, foi o seu melhor campo experimental e de aperfeiçoamento na malandragem e na prática da homossexualidade. Inadaptável, rebelado, insidiosamente subjugado do seu Eu social pelos livres impulsos ou instintos do Sub Eu, requereu, no dia 25 de março de 1947, ao Dr. Presidente deste Conselho o perdão para o resto da pena que não tem limite não foi este marcado.¹⁸⁰

Apesar da descrição do “seu Eu rebelado”, ele demonstra total habilidade para sua defesa, ou seja, destreza mental suficiente que garantia discernimento para reivindicar seus direitos, entre as reivindicações, está a de voltar a Itabuna. Sobre isso especificamente, pode ser em função da possibilidade de nova fuga, ou de um melhor tratamento.

¹⁷⁹ *Idem*, f. 10 e 11.

¹⁸⁰ *Idem*, f. 12.

Qualquer que fosse o motivo, a mobilização para melhorias em sua existência não traz consigo, em nenhum momento, qualquer sentimento de culpa. Talvez ele tivesse a compreensão que seu lugar era mais de vítima do que algoz. Portanto, não satisfeito com o pedido de perdão, o próprio Réu deu entrada em outra petição requerendo liberdade, demonstrando as falhas no processo, isto é, a inexistência de um crime tipificado no Código Penal pelo qual estivesse sido acusado.

Nessa mesma data outra petição, impetrando liberdade, foi dirigida ao Juiz das Execuções Criminais, alegando ter sido preso por suspeita descabida, de vez que sempre foi morigerado e está inocente, mas em ambas alega ter sido preso quando menor de 18 anos. Nessa petição dirigida ao Dr. Juiz das Execuções Criminais, o Dr. Promotor público em parecer que mostra haver motivos para continuar detido o postulante, que ainda é perigoso, opõe-se ao deferimento, após ter ouvido o Diretor da penitenciária.¹⁸¹

O processo demandou ações e demonstração de interesse das autoridades judiciais diante da repercussão de uma prisão indevida. Acompanhar o parecer nos permite indagar o papel desempenhado por cada um dos que se manifestaram no processo e identificar que a prisão indevida provocou a nulidade do processo e a preocupação em sanar tal problema, demonstrado ao longo do processo, todavia, sem solução imediata.

Depois surge um ofício do Dr. Secretário do Interior ao Dr. Juiz das Execuções Criminais, indagando da situação irregular em que se encontra José da Conceição e solicitando urgentes providencias. Antes desse movimento postulatório, José Conceição, ou “Arara”, dirigiu-se em 3 de fevereiro de 1947, ao Presidente desde Egrégio Conselho, pedindo “exame de idade”, providência essa que foi tomada e realizada a prova no Instituto Nina Rodrigues. O laudo que é de 30 de julho de 1947, termina por afirmar ter já o examinado, José Conceição, completado os 20 anos.¹⁸²

Neste trecho do processo, fica evidente o interesse de “Arara” em certificar a sua idade, apesar do laudo tê-lo identificado como maior. Isso não tira o mérito de requerente em ter ido por livre e espontânea vontade em busca da veracidade dos fatos que lhe envolvia sobre a questão da idade. Entendo que fica demonstrado que independente de sua conduta, sua sagacidade é inegável e a certeza de que o Estado havia errado com ele é maior ainda.

¹⁸¹ *Idem.*

¹⁸² *Idem.*

Em 31 de julho de 1947, o major Cosme de Farias requeria ao Tribunal de Justiça uma ordem de “*habeas-corpus*”, em favor de “Arara”, a qual, depois de devidamente informada, foi denegada. Quinze dias após o pronunciamento denegatório da Câmara Criminal ao pedido de “*habeas-corpus*”, José Conceição entra no Juízo das Execuções Criminais com uma petição, implorando determinação da sentença, ou que seja mandado para comarca de Itabuna. A petição foi indeferida.¹⁸³

Neste momento do processo entrou em cena o Major Cosme de Farias.¹⁸⁴ O Major tornou-se famoso como rábula na defesa de indivíduos sem condição de pagar um advogado ou que se encontrasse em uma situação de injustiça, não que isso o qualificasse como inocente dos crimes praticados. O Major, em geral, era acionado por alguém que conhecesse o preso e se compadecesse da sua situação ou ele próprio em suas andanças pelos meios judiciais ao tomar conhecimento daquele caso poderia intervir em busca de uma solução para o caso. Diante da recusa em sua soltura, José Conceição, não se intimidou e continuou a impetrar pedidos de soltura.

Em 30 de março deste ano [1948], José Conceição, dirigiu-se ao Presidente deste Colendo Conselho, pedindo liberdade, pois se encontra completamente regenerado, conforme poderá atestar o Dr. Diretor da Penitenciária. E logo em 19 de abril de 1948 “Arara” faz nova petição ao Dr. Juiz das Execuções Criminais, dizendo-se regenerado, invocando nesta afirmativa o testemunho do Diretor do Presídio, alegando estar trabalhando na padaria da Penitenciária, pelo que requer sua liberdade. O Dr. Promotor publico opinou para que ouvisse a esse conselho.¹⁸⁵

A obstinação de José da Conceição em sair do seu estado de clausura pelas vias legais demonstra algo mais que apenas coragem, determinação, talvez possa sugerir uma esperança de reconhecimento do seu comportamento condizente com as normas requeridas para tal pleito. É possível que ele estivesse se empenhado realmente para sair dali sem se tornar um foragido da justiça e que diante das condições de sobrevivência em um complexo penitenciário, seu comportamento estivesse dentro de um patamar razoável. Continuando:

¹⁸³ *Idem.*

¹⁸⁴ SANTOS, Mônica Celestino. *Réus, analfabetos, trabalhadores e um Major - a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador*. Salvador: UFBA, 2005 (Dissertação de mestrado em História)

¹⁸⁵ CEDOC/UESC. Processo crime, *op. cit.*, fl. 14.

Pelo registro da ata dessa sessão se verifica que em tão curto prazo de reclusão, “Arara” já cometeu cinco faltas graves, registradas no seu prontuário, assim discriminadas: castigado por estar armado de punhal, querendo brigar com um companheiro; por ter jogado fora a comida, ameaçando de morte os guardas que reclamaram contra o seu mau comportamento; por haver agredido ao Diretor do Presídio; por se ter empenhado em lutas corporais com os penitentes 1814 e 1310, produzindo neste ultimo um ferimento no braço. Com esse acervo de faltas graves é evidente incapacidade regenerativa, José Conceição inculca-se de regenerado e está convencido de ser inocente.¹⁸⁶

Quanto às faltas graves que José Conceição foi acusado de ter cometido, podemos pensar que ele não estava em um lugar de convivência amena e que algumas atitudes eram necessárias para manter sua integridade física perante seus colegas de cárcere. Jogar comida fora é sim um ato grave se pensarmos na fome que boa parte da população mundial enfrenta, mas creio que para um indivíduo com o cotidiano de uma penitenciária, vivendo num nível de estresse alto, essa talvez não seja uma atitude tão vil se comparada a atentados contra a vida de outro, por exemplo.

Nas linhas seguintes do processo há alguma contradição sobre a personalidade de “Arara”.

Este auto-conceito é próprio dos malandros, para os quais a mentira, o embuste, a astúcia são apanágios de um embotado senso moral. Admira-nos se ter revelado “Arara” brigão, violento e sanguinário, de agressividade intensa, pois, em geral, o ladrão, o “afanador” tem repugnância ao crime de sangue, salvo os que aliam um a outro crime, praticando o homicídio como um meio para alcançar o que roubar.¹⁸⁷

Primeiro, fazer-se de vítima é algo comum nas personalidades iguais a de José Conceição, depois é surpreendente um comportamento como o dele. Penso que a iniciativa dele em buscar provas de que estava falando a verdade como em relação à sua idade, depois em sua própria fala, pedir como testemunho de bom comportamento o próprio diretor do presídio, sejam elementos que o retira desse véu de periculosidade no qual foi inserido.

É fato que no universo penitenciário as relações entre funcionário e detentos são complexas e exige um olhar desconfiado da completa lisura da postura de

¹⁸⁶ *Idem*, f. 12 e 13.

¹⁸⁷ *Idem*, f. 13.

alguns funcionários, o que torna possível que José Conceição não seja tão sanguinário quanto dito e que a estranheza sobre esse seu comportamento seja plausível. Continuando:

José Conceição é produto do abandono material e moral em que se encontrou na segunda infância, de par com uma forte dose de herança mórbida. A esse abandono dos pais não faltou cumplicidade social com as grandes misérias físicas e morais, a oferecer ao abandonado familiar um campo vastíssimo e propício ao desenvolvimento da criminalidade, principalmente a criminalidade juvenil. A defesa social sempre foi, e será em todos os tempos, um fenômeno mórbido, e insuperável nos seus complexos problemas, notadamente pela má organização e distribuição defeituosa do trabalho e da justiça social. A educação primária para todos é outro elemento da estrutura social, que se torna ineficiente pela quantidade e pela qualidade.¹⁸⁸

A clareza deste trecho nos deixa a consciente constatação descrita pelo próprio punho de representantes da Justiça o quanto ela é falha, porque julga o “produto”. Mesmo ciente das demandas que o Estado não cumpre em suas atribuições junto à sociedade, em especial à parcela carente, ela não vê outra alternativa a não ser justificar a reclusão desse “produto”, uma vez que os “complexos problemas” são indissolúveis e quem paga por isso são desafortunados como “Arara”, que diante das circunstâncias de sua vida foi impelido a sobreviver com pôde. E continua:

Para José Conceição, como para dezenas de milhares de outros infelizes jovens que não tendo teto nem alimentos, ou tendo-os foram e são minados por sentimentos inferiores, a indiferença, o egoísmo e a insensibilidade da sociedade deram-lhe animação e realce Às desenvolturas criminosas.¹⁸⁹

No decorrer do processo, as justificativas e reconhecimento da incapacidade do Estado em atender sua sociedade vão ganhando corpo e em algum momento no conselho um dos magistrados reconhece que por via legal, o requele deve ser atendido por ter sido detido ainda menor de idade. Diante de tamanha mobilização e demonstrações de falhas no processo, o juiz concluiu pela soltura do preso.

Vencido. Deferi o pedido porque, examinando os autos apensos do processo original, verifiquei nos mesmos o descumprimento da lei. Assim, também, vale ferida a tecla, constatou S. Exa. o Exmo. Sr. Dr. Procurador da Justiça quando, ao fim do seu PARECER, expressou:

¹⁸⁸ *Idem*, f.13.

¹⁸⁹ *Idem*, f.16.

“Somos de parecer, portanto que, denegada a revisão por sua falta absoluta de fundamento, o Egrégio Tribunal MANDE POR O RECORRENTE EM LIBERDADE, DADA A MANIFESTA ILEGALIDADE DE SUA PRISÃO.¹⁹⁰

Estava enfim finalizado o processo, mas sem antes que o Juiz se pronunciasse, mais uma vez, recorrendo à legislação para embasar a sua medida.

– Foi meu relevo para destacar. Porque entendeu S. Exa. Illegal essa prisão? Porque não adquiriu alicerce na lei. Venceu, pois, o ortodoxismo do puro Código revogado desde 1940, e no ponto, mais longe ainda, em 1927, face o Dec.17.943 A, de 12 de outubro. Tem todo meu respeito o voto vencedor da nobre maioria. DATA VENIA, porém, transbordou dos preceitos específicos. E tão “terra-a-terra” que chego a pensar em excessivas cautelas por um demérito injustamente emprestado às minhas sinceras e jurídicas proposições. Mas, então, só me cabe aqui, deixar em letra de forma o que afirmei em Plenário. Acentuou-se, ali, e consta, agora, do venerando ACORDÃO que obedeceu o processo a norma prescrita para casos que tais.¹⁹¹

A partir daqui haverá uma discordância do parecer. O que importa, entretanto, é o fato de um semi-analfabeto ter alcançado um deferimento a favor de sua petição, mais do que isso, a instituição responsável estava sendo questionada. O trecho do processo, a seguir, dará uma menção do que os próprios representantes de Estado concluíram acerca do seu aparato disciplinador.

O processo não obedeceu à regra que lhe é adstrita. Segregou-se, por isso, o menor, sem o estudo prévio da sua personalidade, dentro dos aspectos estabelecidos no Art. 10 supra-citado, donde, fatal, a sua degradação, ante impropriedade do ambiente em que foi atirado. Todo o estudo que já existe nos autos, ferindo-lhe à pessoa, às ações, às predisposições, os prognósticos, são, evidentemente, um índice da impossibilidade da sua reeducação pela reconhecida miséria do meio a que o impeliu uma decisão precipitada. Se más eram as suas tendências, aprimoram-se ali. Infelizmente...¹⁹²

Os “trabalhadores pobres não deixaram os seus asilos repletos de documentos para os historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com sua dura labuta”¹⁹³. Através dos instrumentos refinados produzidos pelas elites, também é possível fazer uma leitura das vidas desses sujeitos, que desprovidos de amparos legais ou pessoais, lutavam pela sua sobrevivência num sistema

¹⁹⁰ *Idem*, f.29.

¹⁹¹ *Idem*, f. 29 e 30.

¹⁹² *Idem*, f. 31.

¹⁹³ THOMPSON. *op. cit.*, nota 11, p. 26.

organizado para atender uma demanda específica de uma camada social. Essas estratégias aparecem a todo o momento em que ordem estabelecida é posta em dúvida, numa demonstração de que suas existências estão para além dos olhares, propositadamente seletivos.

Diante desse caso podemos retomar o clamor pela educação proferido em parágrafos anteriores. Qual educação clamada? Ser um letrado não garante o caráter, mas, talvez garanta possibilidades de se articular melhor para se defender de determinados infortúnios. Mas “Arara” tinha informação suficiente para pleitear sua defesa, e destreza de escrita suficiente para notificar um equívoco cometido pela justiça. E ainda assim, não obteve êxito. É necessário mais do que as letras para nos libertarmos desse ranço autoritário que arroga alguns a deterem o poder sobre outros.

A exemplo dos capoeiras, a música neste universo talvez exemplifique um pouco como um processo educativo pode acontecer por meios alternativos e não ser menos valoroso. A conscientização histórica dos acontecimentos em torno da escravidão de alguma forma elucide a nós, seus descendentes o legado de dor e desrespeito que nos foi deixado. Esse processo não passou despercebido pelos cantadores dos corridos e ladainhas de capoeira.

Foi arrancado de sua família, sem saber nem o porquê.
O negro se perguntava o que eu fiz pra merecer.
Tanta dor, tanta maldade, não me deram chance de escolher
Arrancaram minha liberdade.¹⁹⁴

Na maioria dos casos, essas letras foram escritas por pessoas que não detinham qualquer formação escolar. A história de um povo vem sendo contada e cantada atravessando gerações, através das palavras e versos dos sobreviventes a esse sistema de repressão contra aqueles que não se adequam aos seus princípios. Essa forma de educar pode despertar rebeldia ou consternamento na “alma” dos que se sentem representados nela.

Assim como na capoeira, Arara, apesar da sua pouca formação escolar, tinha conhecimento específico sobre a lei que o regia. O que não lhe rendeu uma concórdia sobre seu pleito não foi sua incapacidade argumentativa e sim sua origem. Foi condenado por ser oriundo de uma família pobre, filho de pais com

¹⁹⁴Trecho da música *Navio Negroiro* do grupo Abadá Capoeira.

insanidade mental e, criado na rua com a necessidade de sobrevivência e agindo conforme suas expectativas de vida.

Algo parecido aconteceu com a perseguição aos candomblés, por exemplo. Apesar de ser uma instituição de cunho religioso, não negligenciava o amparo necessário e oportuno para com seus adeptos. As denúncias acerca do “curandeirismo” podem ser interpretadas de forma a perceber que existia uma alternativa à medicina tradicional. Isso poderia ser independente da crença religiosa, e pautar-se em um socorro para quem não tinha condições financeiras para um atendimento médico convencional, ou poderia ser também uma tentativa de cura para aquilo que era desconhecido para os profissionais de canudo.

As recorrentes críticas de suas atividades nos jornais que, inclusive denunciava a presença de pessoas pertencentes à família de “bem” só vem acumular o argumento de que, esta era uma instituição que tinha o apoio de parte da elite local, fosse por interesses eleitoreiros, fosse por crença nos trabalhos ali desenvolvidos e talvez por isso não teve o mesmo fim de “Arara”, recluso ao seu esquecimento, abafado seus cantos e negligenciado suas curas sob o argumento que seus partícipes eram ignorantes e não sabiam o que faziam e faziam tudo errado.

Apesar das promessas de riquezas que essa região trazia consigo em função do cacau, nem sempre essa foi uma realidade a todos que se aventuraram nas terras promissoras da região sul da Bahia. Muitos tiveram o mesmo fim de “Arara”, outros foram tão vítimas quanto o tropeiro Manuel Santana e outros ainda foram estereotipados numa alusão ao cangaço, como foi dito no capítulo II. Sendo isto a meu ver, um equívoco, por não haver uma preocupação em compreender os fatores sociais que envolveram aquele movimento.

As notícias apareceram de forma reducionista, simplificando e atrelando valores pessoais a um processo histórico relevante. A criminalidade e marginalidade atribuída àqueles de forma indiscriminada, e a comparação esdrúxula com o processo dos capangas de Itabuna, evidencia a imagem tendenciosa do jornal, retirando-lhe a credibilidade incontestável e obrigando um olhar astuto do leitor para com essa fonte. Esses são fatores relevantes, do ponto de vista da fidelidade da informação, pois estava em jogo interesses políticos. Ainda que haja uma

veracidade no que é colocado pelo jornal, há de medir as dimensões das informações.

A constatação de que o problema social é, muitas vezes, criado de cima para baixo não resolve a demanda. É necessário repensar políticas, estratégias e conceitos para que tenhamos um pouco mais de dignidade no trato com sujeitos menos favorecidos financeiramente e em decorrência disso, menos favorecido nos mais variados aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do processo histórico estudado, é possível verificar que os sujeitos históricos aqui apresentados fizeram parte de uma teia de relacionamentos coexistente a uma proposta de modernização. Essa proposta pairava no ar como um anseio mal atendido. Isso, porque era uma obra inacabada de um discurso que reivindicava o novo, o melhor apenas do ponto de vista de uma parcela da elite local. A falta de vontade para que aquele modelo de modernização se concretizasse possuía como aliada as discrepâncias sociais advindas de uma economia monocultora e permeada de altos e baixos no decorrer daqueles anos.

A instabilidade e a vontade de uma conjuntura econômica mais favorável geraram uma especulação acerca da região, no caso específico de Itabuna, no tocante a empregos e promessas de riquezas em função do “fruto de ouro”. Jorge Amado não deixou escapar o processo de migração que ocorreu em função de melhores condições de vida.

O alto índice de mendigos, certificado pela construção da Casa do Mendigo, que povoava a cidade é revelador no sentido de demonstrar o desemprego existente e a fragilidade de uma economia baseada em uma mão de obra barata e reduzida por conta da natureza própria do cultivo do cacau. A vinculação estabelecida pelo periódico local entre mendicância e violência, escamoteia um problema maior - o desemprego. Esse é um fator social que a cidade “civilizada” anunciada pelos redatores do jornal parece não querer assumir. A propaganda em torno da prosperidade trouxe uma expectativa que a realidade econômica não pôde corresponder. Logo a imagem criada em torno dos “vadios”, incluem esses sujeitos no mundo da criminalidade sem nenhum critério que possa assegurar as afirmações feitas pelos reclames daqueles periódicos.

As circunstâncias abordadas foram as delineadoras do processo histórico que envolveu sujeitos atrelados à violência na perspectiva apresentada pelos jornais. É conveniente ressaltar, que para além das proposições enunciadas pela mídia local, estava uma realidade que ultrapassava os estereótipos criados e veiculados para atender interesses e satisfazer os egos que se compreendiam detentores de um

padrão correto de comportamento e se disponibilizavam para realizar críticas a partir de parâmetros e critérios, às vezes desconhecidos, principalmente para quem estava sendo julgado.

A oposição declarada que o *Voz de Itabuna* se incumbiu de fomentar estava baseada no preconceito, partindo do princípio que os redatores desconheciam as regras de funcionamento da instituição e acusavam sem um cuidado de demonstrar provas suficientes que pudesse suscitar se quer uma desconfiança.

Em relação aos jagunços, é notável a guerra pelo poder entre as elites locais. Os trabalhadores se valiam da segurança da impunidade, já que agiam sob a custódia de um coronel, e os últimos detinham a máquina administrativa da cidade, ou seja eram os responsáveis pelas regulamentações que geriam o município, e quando não, detinham o capital necessário para barganhar as “vistas grossas” daqueles que poderiam e deveriam agir em detrimento a essa prática.

Assim, não parece coerente que os juízos de valores atribuídos a esses trabalhadores, que desempenhavam seu papel com destreza e fidelidade, logo, o foco da tão divulgada violência nos anos de 1950, poderia ser desviado para os agenciadores dos desmandos, dividindo de igual para igual a responsabilidade por tanto sangue derramado. Afinal eram eles que detinham o poder de fogo, e os jagunços ou capangas eram apenas os executores, que preservavam a imagem de seu coronel, perfazendo uma relação que em várias vezes estava atrelada ao campo afetivo, permeado por sentimentos de gratidão e fidelidade.

Sobre as linhas dos jornais que alvejam a cidade do ponto de vista estrutural, as reclamações iam além da questão propriamente dita. Havia, segundo o *Voz de Itabuna*, uma responsabilidade inerente ao local, por todo ato considerado violento. A falta de luz era a maior responsável pelos “crimes” e “desordens” ocorridos nos locais com iluminação precária, ou seja, havia uma brecha para uma crítica à administração da cidade, visto que o jornal mais ostensivo nestes questionamentos pertencia ao grupo político partidário opositor. Esse é um fator relevante, do ponto de vista da fidelidade da informação, pois estava em jogo interesse políticos.

Como objeto do trabalho, experimentei fazer uma relação entre os *valientes* e os capoeiras. Que entendo ter sido alcançada. O contexto no qual estavam inseridas estas duas categorias foi um tanto conflituoso, mas muito revelador no tocante à aproximação de ambas, e várias vezes mesclavam ocupando um só corpo.

A partir da década de 1930, com o surgimento dos mestres Bimba (Manuel dos Reis Machado) e Pastinha (Vicente Ferreira Patinha) no cenário da capoeira baiana, esta passa a pertencer a outro campo, o cultural. Era o momento do culto ao corpo, do engajamento físico. Segundo Nicolau Sevcenko.¹⁹⁵ Esse era um dos pilares para a nova cara do Brasil moderno e em processo de industrialização.

Isso está nítido na capital, mas no interior do estado a percepção não é a mesma. Ainda nos anos de 1950, mesmo estando a cidade de Itabuna recebendo os filhos dos coronéis em seus braços com o “canudo” de formatura em capoeira, sendo na sua maioria alunos do Mestre Bimba, as atitudes destes aqui era de igual para igual com os valentões e capoeiristas da cidade, em uma disputa de espaço e autoafirmação. As recorrentes brigas nos bares, as rodas e os enfrentamentos que ocorriam em meio a uma plateia de prostitutas dentro dos cabarés, comporão os indícios que permitiu a uma percepção acerca das trocas de experiências entre os sujeitos brigões e beberrões frequentadores assíduos dos cabarés e bares, espalhados pela cidade, com uma significativa concentração nos subúrbios.

Neste contexto estava a política nacionalista de Getúlio Vargas, onde não faltou a perspicácia deste em doutrinar o povo, levando-o a acreditar que suas medidas disciplinadoras denotavam benefícios com ares de benevolência. O que aconteceu foi acirrar as diferenças sociais com seu apelo ao trabalho em detrimento do desocupado, já que o Brasil era um país industrializado e não faltava emprego e sim sobrava “vagabundo”, pelo menos era isso que o jornal do PTB de Itabuna reproduzia, guardando é claro, as devidas proporções. Itabuna não era industrializada mais era uma cidade “rica” e com uma reputação a zelar, logo esses “arruaceiros” e “brigões” eram uma mancha para os “foros de cidade civilizada”.

A literatura local, em específico as obras de Claudia Viana D’Andrade¹⁹⁶ e Manuel Coelho Brandão¹⁹⁷, foram imprescindíveis na correlação entre os “valientes” e capoeiras de Itabuna, permitindo a identificação de indivíduos que permeavam as páginas dos jornais. A descrição das experiências vividas pelo personagem principal da obra de Brandão, um capoeira muito valente e provocador, onde ele salienta que aquela era uma história que fez parte da realidade de muitos que permeavam suas

¹⁹⁵SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.33

¹⁹⁶D’ANDRADE, *op. cit.*, nota 9.

¹⁹⁷BRANDÃO, *op. cit.*, nota 7; BRANDÃO, *op. cit.*, nota 113.

páginas trocando apenas seus nomes, foi revelador e imprescindível para sustentar minha argumentação a cerca da relação de proximidade entre os capoeiras e os “valientes”.

A historiografia sobre a região segue um pouco os passos dos memorialistas, a discussão é centrada nos coronéis, dando pouca, ou às vezes nenhuma atenção aos outros grupos sociais. André Rosa em sua obra *Família, Poder e Mito*, discute as disputas de poder existente entre os próprios coronéis¹⁹⁸. Gustavo Falcon, em *Os coronéis do cacau* trás os conflitos dentro da discussão das relações econômicas e de forma muito sucinta cita as mazelas sociais em decorrência dessa concentração de renda¹⁹⁹. Rocha, com *A região cacauzeira da Bahia: uma abordagem fenomenológica* tem sua discussão centrada nos aspectos físicos da cidade, e brevemente comenta alguns aspectos sociais²⁰⁰.

Assim, que é importante dispensar mais atenção a questões relacionadas a indivíduos que fazem parte de classes sociais diversas das que até então em pauta. Analisar o outro lado, o de quem estava à margem dos olhares historiográficos, mas que sempre fez parte do processo de desenvolvimento da lavoura cacauzeira, que era o homem de confiança dos coronéis (segundo a literatura regional), que trabalhava na feira, que frequentava os bares e cabarés, que morava no subúrbio, e que disputava os seus espaços com sua forma peculiar.

¹⁹⁸RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001.

¹⁹⁹FALCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: UFBA/Ianamá, 1995.

²⁰⁰ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauzeira da Bahia: uma abordagem fenomenológica*. Aracajú: UFS, 2006.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE ITABUNA – JOSÉ DANTAS

- *Código de Posturas Municipais de Itabuna*. ESTADO DA BAHIA. Ato n. 184 de 9 de junho de 1933.
- *Voz de Itabuna*. Tombos 1950-1951 e de 1954-1955.
- *Diário de Itabuna*. Tombos de 1957 até 1962.
- *Jornal Oficial do Município de Itabuna*. Tombos das décadas de 1950 e 1960.
- Atas da câmara de vereadores do município de Itabuna. Período: décadas de 1950 e 1960.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA REGIONAL – CEDOC/UESC

- *O Intransigente*. Tombo de 1952.
- Processos Crimes. Período: décadas de 1950 e 1960.
- Depoimentos orais com moradores da cidade de Itabuna, realizadas entre 1995 e 1997 e depositadas neste arquivo.
- Acervo iconográfico da cidade de Itabuna. Há fotos da Praça da Estação e de outros lugares frequentados por capoeiras e valientes.

INSTITUTO JAIR MOURA (SALVADOR-BA)

- Monografias, revistas, recortes de jornais e outros materiais de publicação esgotada sobre o tema Capoeira.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

- Processo crime nº 218/85/27.

LITERATURA

- AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro: Martins, 1933.
- BRANDÃO, Manoel Coelho. *O capoeira*. Itabuna: S/E, 1979.

- BRANDÃO, Manoel Coelho. *O canto da lúna: a saga de um capoeira*. Itabuna: S/E, 1985.
- Revista Memórias da Bahia II: *Bimba: rei negro*. UCSal. Salvador. 2003.
- PASTINHA. Vicente Ferreira. *Capoeira Angola*. Fundação Cultural do Estado da Bahia; Salvador, 1988.

REFERÊNCIAS

ABREU, Frederico; CASTRO, Maurício de Castro. *Capoeira*. Salvador: Azougue, 2009.

ANDRADE, Tharsia Thizarth Maciel Cordeiro e Andrade. *Repercussões da Segunda Guerra Mundial em Ilhéus (1939-1945)*. Ilhéus: UESC, 2006. (Monografia de conclusão de curso).

ARANTES NETO, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BRESCIANI, S (org.). *Imagens da Cidade*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, vol. 40 n. 2 Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso em 8 abr. 2012.

CARVALHO, Philipe Murilo Santana. *Uma cidade me disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948)*. Ilhéus: UESC, 2009. (Dissertação de mestrado)

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papius, 2003.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1966.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. (Org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietações*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

D'ANDRADE, Cláudia Viana Ávila. *Capoeira: de luta de negro a exercício de branco*. Itabuna: Via Litterarum, 2006.

DIAS, Adriana Albert, *Mandinga, Manha e Malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925)* Salvador. Edufba, 2006.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=meliante&stype=k>. Acessado em junho de 2007.

DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Campinas: Ensaio, 1992.

FALCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: UFBA/Ianama, 1995.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. Brasiliense 1984.

_____. *Getulio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GINZBURG, Carlo. "O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico". In: *A Micro-História e Outros Ensaio*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se ... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador (1912-1916)*. Salvador: UFBA, 1996. (Dissertação de mestrado em História)

MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MAYOL, Pierre. *Anais do cotidiano*. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1966.

MENEZES, Moacir Garcia. *Recordações Históricas de Itabuna*. Itabuna: Via Litteratum, 2005.

NEGRO, Antônio Luigi. "Um certo número de ideias para uma história social geral e irrestrita". In: MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: EDUSC, 2007.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No Tempo dos Valentes: os capoeiras na cidade da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2005.

_____. *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, Maria Delile Miranda. *Tecendo Lembranças*. s.n.t.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. "Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos?" In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, S (org.). *Imagens da Cidade*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIRES, Antônio L. C. S. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850.)*. Unicamp, 2004.

_____. *Bimba, Pastinha e Besouro Mangangá: três personagens da capoeira baiana*. NEAB/Grafset, 2002.

PRADO, Luiz Régis e BITENCOURT, Cezar Roberto. *Elementos de Direito Penal*. Parte Geral. São Paulo: RT, 1995. v.1.

REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: Ensaio Sócio-etnográfico*. Salvador: Itapuã, 1968.

RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001.

ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauzeira da Bahia: uma abordagem fenomenológica*. Aracajú: UFS, 2006.

SANTOS, Mônica Celestino. *Réus, analfabetos, trabalhadores e um Major - a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador*. Salvador: UFBA, 2005. (Dissertação de mestrado em História)

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de & EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850.)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Negregada Instituição: capoeiras na corte do Rio de Janeiro (1850-1890)*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

SOUSA, Erahsto Felício. *Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)*. Salvador: UFBA, 2010. (Dissertação de mestrado em História).

SOUZA, Eronize Lima. *Prosas da valentia: violência e modernidade da Princesa do sertão (1930-1950)*. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação de mestrado em História)

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VIEIRA, S. L. e FREITAS, I. M. S. de. *Política Educacional no Brasil*. Brasília: Plano, 2003.